

AUTARQUIAS

Trabalhadores dizem não...



Manifestação dos trabalhadores em S. Bento e...

Foto de Luís Miguel Cunha.

...Torres Couto diz Tchim Tchim!...



... brindes e sorrisos entre patrões, Governo e UGT na assinatura do Acordo

Nota da Comissão Política do CC do PCP - Pág. 3
Noticiário das lutas - Pág. 3, 4, 5 e 6 • Editorial

Entrevista com
Armando de Castro:

«O marxismo mantém a sua capacidade transformadora, mas é preciso recuperar o tempo perdido»

Pág. 19

Um olhar sobre a
Índia
na viragem do século

- artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 24 e 25

STRIDE:

outro projecto estragado pela incúria do Governo?

Pág. 21

A revolta contra o roubo de

55

milhões

Páginas centrais
Artigo de
Luís Sá
Pág. 18

JCP

propõe debate nacional sobre acesso à Universidade



Pág. 11

EDITORIAL

«Quero, posso e mando» Até quando?



Jornada nacional de luta da CGTP

RESUMO

12 Quarta-feira

Centenas de estudantes cortam a auto-estrada de Cascais-Lisboa, protestando contra a falta de segurança na zona da Escola Secundária de Linda-a-Velha ■ As autoridades moscovitas embargam temporariamente a entrada de dez toneladas de carne provenientes de Portugal, por falta de documentos de qualidade ■ Ucrânia e Bielorrússia recusam assinar os documentos preparatórios para a reunião da CEI, por falta de entendimento sobre a repartição das forças militares da antiga URSS ■ George Bush anuncia a sua recandidatura à presidência dos EUA num hotel de Washington ■ Conta-se já uma dezena de mortos e uma centena de feridos em resultado de confrontos durante a marcha independentista de Caxemira, no Paquistão ■ Culminando jornada de luta da CGTP, manifestação de trabalhadores vai a S. Bento protestar contra a política laboral do Governo.

13 Quinta-feira

Cavaco Silva vai à Assembleia da República encerrar o debate sobre o Orçamento do Estado, elogiando a sua própria política. Na mesma sessão da AR, membros da Associação Socio-Profissional da PSP, fardados, protestam silenciosamente contra as discriminações de que são alvo ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia vem a Lisboa informar a presidência da Comunidade Europeia sobre a situação no seu país ■ Yasser Arafat nega em Genebra a autenticidade de uma conversa telefónica que a CNN lhe atribuiu, afirmando tratar-se de uma montagem visando denegrir o seu prestígio ■ Os organizadores da marcha pela independência de Caxemira decidem anulá-la depois de ser conhecida a ordem que o Executivo paquistanês obteve para disparar.

14 Sexta-feira

A entrevista de Álvaro Cunhal publicada no «Diário de Notícias» é pretexto para uma série de especulações sobre a sua «sucessão», veiculadas por alguns postos de rádio ■ Reunidos em Minsk, os representantes dos governos das repúblicas constituintes da CEI não se entendem sobre a unidade das forças armadas. Ucrânia, Moldávia e Azerbeijão opõem-se à constituição de exército único ■ Marchas de protesto convocadas pelos fundamentalistas argelinos em algumas cidades são dispersadas pela polícia, em confrontos que provocam dois mortos e centenas de prisões ■ Milhares de gregos manifestam-se contra a Macedónia, uma república jugoslava que pretende obter a independência.

15 Sábado

O Governo consegue o acordo com a UGT, a CAP, a CIP e a CCP, sobre a política social. A CGTP recusa-se a assinar, considerando tal acordo um «escândalo» ■ Quatro mil autarcas portugueses reúnem-se em Lisboa e não poupam críticas ao Governo, condenando as verbas propostas no Orçamento para a autarquias ■ Um jornal indonésio revela que o governo

de Jacarta vai enviar um navio de guerra para interceptar a viagem do «Lusitânia Expresso» ■ Termina em Minsk a cimeira da CEI, sem que se tenha verificado acordo sobre os principais temas em discussão entre as repúblicas que antes integravam a União Soviética ■ Perante três centenas de escritores e democratas, o escritor Salman Rushdie, condenado à morte pelos fundamentalistas do Irão, vem a público pela primeira vez em muitos meses para afirmar que recusa continuar a sofrer tais pressões.

16 Domingo

Congresso extraordinário do PSN reelege Manuel Sérgio para presidente daquela agremiação política ■ O musculado «actor» Schwarznegger aparece ao lado de Bush, na campanha deste para as eleições presidenciais dos EUA ■ Aviões israelitas bombardeiam o sul do Líbano, provocando catorze mortos. Entre estes encontra-se o chefe do Hezbollah, sua mulher e filhos, assassinados num dos bombardeamentos propósitos ■ O presidente do Alto Conselho de Estado argelino, Budiaf, vem a público falar das prioridades para resolver a grave crise do seu país.

17 Segunda-feira

Sob forte contestação, a Prova Geral de Acesso (PGA) é mandada investigar, a pedido do Primeiro-Ministro, pela Polícia Judiciária, alegadamente por causa de «fugas» dos textos das provas antes do exame ■ O Sinn Féin, da Irlanda, acusa as forças britânicas de terem atirado a matar sobre quatro presumíveis membros do IRA, em Coalisland ■ Os EUA apresentam novos planos para «ajudar» a destruir o armamento nuclear da antiga URSS ■ A Frente Nacional do fascista Le Pen obtém uma vitória nas eleições cantonais (primeira volta) em Nice, com 37,9 por cento dos votos expressos ■ Uma grande manifestação de protesto contra o assassinio do líder do Hezbollah, desenrola-se em Beirute, durante o funeral das vítimas da aviação israelita ■ A polícia de choque interveém na Universidade de Argel para impedir manifestação de estudantes fundamentalistas.

18 Terça-feira

Greve nacional da Função Pública decretada pela CGTP e UGT leva à paralisação de mais de 375 mil trabalhadores ■ Deputados do PSD promovem debate sobre reforma futura do Parlamento ■ Magistrados acusam o Governo de não ter ouvido a classe sobre a anunciada alteração da Lei Orgânica do Ministério Público ■ Comissão Política do PCP anuncia que o grupo parlamentar comunista vai propor alterações ao Orçamento de Estado, respeitantes às taxas do IVA, salário da Função Pública, IRS, verba para a habitação social, entre outros ■ A descoberta de ligações de políticos a uma empresa de camiões de transportes provoca novo escândalo no Japão ■ Palestínianos decidem participar nas negociações de paz com os israelitas, apesar da prisão de dois membros da delegação pelas autoridades de Telavive.

O

s golpes, as manobras e as jogadas desenvolvidas pelo Governo de Cavaco Silva, em torno do chamado «Acordo de Rendimentos e Preços para 1992», ilustram de forma preocupante o á-vontade com que os governantes do PSD desrespeitam e afrontam a lei, as instituições, os outros órgãos de soberania e até as regras mínimas da convivência democrática.

A nova escalada governamentalizadora que atinge também com especial gravidade as autarquias locais, através da suspensão da Lei de Finanças Locais, não poupa sequer os tribunais, com alterações legislativas que visam limitar o mandato do Procurador Geral da República.

O Governo actua de modo crescente ostensivo em pleno reino do arbítrio e do «quero, posso e mando», tão ao gosto do Primeiro-Ministro.

Em relação ao «Acordo de Rendimentos e Preços para 1992», «tudo foi cozinhado à margem do funcionamento efectivo do Conselho de Concertação Social», como esclareceu o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, em nome da Central, para se referir ao «clima de má-fé» em que o Governo envolveu o processo com «negociações por baixo da mesa», encontros clandestinos bilaterais da UGT com o Governo e o patronato, reuniões parcelares do Conselho de que a CGTP foi abusivamente excluída.

Neste clima se insere, também, a publicação furtiva da Portaria dos 8% quando decorriam negociações sobre o objecto que ela versa e sem que os representantes da CGTP fossem prevenidos da iniciativa unilateral do Governo.

A questão que até hoje não foi esclarecida é a de saber como, mantendo-se em vigor aquela Portaria, será garantida a taxa de aumento dos trabalhadores da Função Pública que o acordo anuncia. O arbítrio do Governo, que não tem limites, já fez saber à Assembleia da República, completamente marginalizada no processo, que não vê necessidade de alterar as dotações previstas no Orçamento do Estado. Isto é, para o Governo tanto faz em termos orçamentais os 8% da Portaria ou os 10% do acordo. Há qualquer coisa que não bate certo...

Impor e enganar são os objectivos que o Governo prossegue desde que o Primeiro-Ministro apareceu de surpresa no Conselho de Concertação Social, no passado mês de Dezembro, a dizer que era necessário um acordo num prazo de quinze dias.

Impor, antes de tudo, a contenção salarial fixando um referencial de aumento abaixo de 10% (a média anual ponderada é 9,75%) e seguramente abaixo da taxa de inflação que se vai verificar, como reclamaram as confederações patronais, que agora rejubilam com o resultado.

Impor, também, um ridículo aumento das prestações sociais (o abono de família aumenta 200\$00), do salário mínimo nacional (abaixo dos 11%, o que o coloca em atraso em relação aos outros salários), o adiamento do compromisso anteriormente assumido pelo Governo em relação à redução do período semanal de trabalho.

Enganar, finalmente, os trabalhadores com uma teia de percentagens e de anunciadas falsas vantagens, de resultado insignificante, como as prometidas deduções fiscais, para os afastar de uma luta em ascenso, que colocou o Governo numa situação embaraçosa e o obrigou a fazer algum recuo em relação aos seus propósitos iniciais.

Com a colaboração vergonhosa da UGT e do seu secretário-geral, Torres Couto, o Governo conseguiu promover a farsa da assinatura do acordo. Não conseguiu, no entanto, enganar os trabalhadores e, como provaram as greves e paralisações de 18 de Fevereiro e as novas acções que se anunciam, a luta continua e vai continuar apesar do acordo e contra o acordo e desmascarando os que nele colaboraram e o festejaram.

A

luta continua também por parte dos eleitos das autarquias que fizeram uma extraordinária afirmação de unidade em defesa do Poder Local, com a reunião-manifestação do passado sábado, na FIL.

Também aqui está escandalosamente em causa a política do «quero, posso e mando», demonstradora de que o Governo não só não respeita o império da lei, como o afronta da maneira mais desabrida.

As alterações que o Governo pretende introduzir no IVA, produzindo um severo agravamento da carga fiscal, redundarão num significativo aumento das receitas do Estado recolhidas através deste imposto. Ora o Governo não quer que as autarquias beneficiem deste aumento de receitas, o que aconteceria automaticamente por força da Lei de Finanças Locais. Então o Governo não está com mais aquelas, suspende a Lei na parte relativa ao cálculo do FEF e inventa novos critérios, lesando as autarquias em cerca de 55 milhões de contos. Não tem, no entanto, os mesmos cuidados em relação ao aumento das despesas que as alterações do IVA acarretam para as autarquias. As autarquias sempre a pagar, tal é a política de descentralização de Cavaco Silva.

Responsáveis por gravíssimos prejuízos materiais que atingem o Poder Local e que inevitavelmente se repercutirão nas populações, as expeditas actuações do Governo em relação às finanças locais são crescentemente contestadas do ponto de vista da sua constitucionalidade e legalidade (como Luís Sá demonstra na presente edição do «Avante!») pela generalidade das autarquias e dos autarcas que estabelecem aqui uma importante trincheira para defesa das justas pretensões do Poder Local.

A suspensão e a alteração da Lei de Finanças Locais feita através da Lei do Orçamento do Estado, como o Governo pretende, constituiria um gravíssimo precedente jurídico-constitucional e sobretudo político, que se tornaria um factor de permanente instabilidade para o Poder Local e uma severa restrição da sua autonomia financeira.

O PCP, como foi anunciado pela Comissão Política, proporá na votação na especialidade no Orçamento do Estado «a eliminação da proposta do Governo de suspensão da aplicação da Lei de Finanças Locais para efeitos de deter-

minação do montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro». Estamos, por isso, em especiais condições para exortar ao prosseguimento da luta, à acção e à iniciativa, a todos os níveis, no movimento de massas e no plano institucional, para impedir que seja consumado um tão grave atentado contra as autarquias locais.

A

s lutas dos trabalhadores, as acções em defesa do Poder Local, as movimentações estudantis demonstram que a política de direita e o estilo cavaquista do «quero, posso e mando» não passam impunemente, pelo contrário, estão a enfrentar uma decidida resistência e uma contestação que põe em causa a sua legitimidade, objectivos e alcance.

A combatividade e a determinação que se desprendem destas lutas, acções e movimentações de massas representam um grande incentivo ao revigoramento e à intensificação da acção oposicionista que possa canalizar num grande caudal estes diferentes afluentes de mal-estar, insatisfação e descontentamento.

A aguda conflitualidade e mesmo a rejeição que a política do Governo está a provocar em largos estratos da sociedade portuguesa constituem um forte encorajamento ao trabalho aturado e responsável com vista a uma alternativa democrática.

O que está em causa não é apenas a decepção de uns (os que votaram no PSD) e a radicalização de outros (os que votaram noutros partidos) perante a cabal demonstração do carácter hipócrita e demagógico das promessas eleitorais do Primeiro-Ministro e do Governo, a escassos cinco meses das últimas eleições.

A onda de descontentamento que percorre o País é provocada pelo próprio desenvolvimento da política de direita nos seus objectivos essenciais de aceleração da acumulação e concentração da riqueza e da promoção dos grupos capitalistas monopolistas. Esta política atinge, em primeiro lugar e com especial violência, os trabalhadores através da intensificação da exploração, dos atentados aos seus direitos (na prática diária e por via legislativa), na contenção salarial, na precarização e despedimentos. Mas reflecte-se crescentemente e atinge outras camadas da sociedade, através, designadamente, do aumento dos preços, do agravamento da carga fiscal, das taxas de juros, do crédito, das políticas de saúde, de habitação, de ensino e educação, de segurança social e da política autárquica.

Outros poderosos factores de descontentamento e rejeição são a governamentalização, o centralismo, o autoritarismo, o abuso do poder, a manipulação da comunicação social, o estilo do «quero posso e mando», tão vulgarizado pelo cavaquismo, típicas manifestações, no plano institucional, da política de direita e estreitamente associadas à sua concretização e desenvolvimento.

É grande tarefa das forças democráticas caracterizar com vigor esta política, desmascará-la perante o País e continuar a apontar, como a vida demonstra, que é possível resistir-lhe em pontos capitais e que é por aí que se preparam os caminhos da alternativa.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Central: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípros, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 5.707\$50
ESPAÑA	— 50 números: 7.090\$00
MACAU	— 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 12.190\$00
EUROPA (E ARGÉLIA, MARROCOS E TUNÍSIA)	— 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política do PCP Entendimento da UGT com o Governo demonstra carácter hipócrita das suas declarações de convergência

● PCP vai propor seis alterações de fundo ao Orçamento de Estado

Na sua reunião de 17 de Fevereiro, a Comissão Política do CC do PCP, a par de questões relativas ao desenvolvimento da acção e tarefas do Partido, apreciou aspectos particularmente relevantes na actualidade nacional, tendo destacado a grande importância e significado político da movimentação social em curso, com relevo para as acções promovidas pelo movimento sindical unitário.

O acordo UGT-Governo

1. Confirmando a primeira apreciação divulgada no passado sábado, a Comissão Política do PCP salienta o carácter profundamente negativo e clamorosamente divorciado dos interesses e expectativas dos trabalhadores do Acordo firmado pela UGT com o Governo e com as confederações patronais, na sequência de combinações secretas e bilaterais que representam não apenas uma escandalosa entorse ao normal funcionamento do Conselho de Concertação Social mas também uma esclarecedora demonstração do carácter hipócrita de muitas proclamações da UGT a respeito da solidariedade e da convergência entre organizações sindicais.

O Acordo, ao consagrar para os aumentos salariais um referencial médio de 9,75%, na base de hipotéticas taxas de inflação, torna-se num importante instrumento da política governamental assente nos baixos salários. Os aumentos das prestações sociais, aos quais se aplicam os referenciais médios, são completamente irrisórios. O salário mínimo, aumentado apenas cerca de 11%, mais uma vez deixa de cumprir a sua função social. As prometidas deduções em impostos sobre rendimentos do trabalho, apresentando-se com o carácter de «cenoura fiscal», traduzir-se-ão em valores muito pouco significativos para a generalidade dos trabalhadores.

O Acordo ao fixar os referenciais para os aumentos salariais deve igualmente ser visto como um importante estímulo ao patronato para resistir às reivindicações e à luta dos trabalhadores por justas actualizações salariais.

O Acordo é altamente lesivo para os interesses e direitos dos trabalhadores da Administração Pública. Para além das ambiguidades e incertezas quanto ao que realmente estabelece, em matéria salarial (a Portaria dos 8% matém-se em vigor), nega na prática o direito à negociação colectiva dos trabalhadores da Administração Pública e coloca-os numa situação discriminatória ao impor-lhes aumentos salariais inferiores aos admitidos para os restantes trabalhadores.

É uma evidência que tendo o Governo sido forçado a recuar em relação às suas propostas iniciais (de carácter quase provocatório) por força do vigoroso desenvolvimento da luta dos trabalhadores (com destaque para a jornada do passado dia 12, para a concentração de trabalhadores da Função Pública e para o anúncio das novas acções de luta que hoje decorrem com grande adesão), o Acordo celebrado entre a UGT, o Governo e as confederações patronais consagra o comum empenho e cumplicidade dos signatários nas tentativas de sabotar o desenvolvimento da luta, de entrar a satisfação das justas e legítimas reivindicações dos trabalhadores e de ajudar o Governo a manter o essencial dos seus objectivos.

As imagens televisivas dos brindes na festiva celebração do Acordo merecem ser retidas pelos trabalhadores e pela opinião pública como um símbolo indecoroso da

condenável orientação da UGT e da sua cumplicidade com o Governo e com o patronato.

Saudando a orientação coerente, corajosa e combativa da CGTP-IN e o seu insubstituível papel na defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores portugueses, o PCP sublinha que a reprovação que o procedimento dos dirigentes da UGT está a merecer da generalidade das estruturas sindicais e dos trabalhadores (incluindo de sindicatos integrados na UGT e de trabalhadores neles filiados), constitui a expressão de uma justa indignação face a esse novo serviço prestado pela UGT à política antipopular do Governo do PSD. Esse facto mais confirma a existência de condições favoráveis para que, com o prosseguimento da sua luta em unidade, os trabalhadores alcancem satisfação para as suas principais reivindicações, derrotando a política governamental de contenção salarial, de aumentos de impostos e de agravamento de condições de vida.

Os «índices de preços»

2. A Comissão Política do PCP chama a atenção da opinião pública e dos trabalhadores para o facto de o Governo se estar a preparar para utilizar o novo índice de preços, referente já ao mês de Janeiro, para dar cobertura às suas irrealistas metas inflacionistas que mais não são do que tentativas para tentar impor tectos salariais.

Não deixa de ser aliás curioso que o ministro das Finanças, conhecido adepto das teses liberais, tenha tabelado o preço de um único tipo de pão com a «inocência» de ser precisamente o único que conta para o novo índice de preços.

O novo índice de preços no consumidor poderá reflectir uma estrutura de consumo mais próxima de uma família de rendimentos médios, mas, dada a acentuação das desigualdades sociais, não reflectirá com verdade o aumento do custo de vida sofrido pelas famílias com rendimentos abaixo da média em que o peso dos gastos em bens alimentares e de primeira necessidade são os de maior peso nos respectivos orçamentos.

Nestes termos, e contrariamente ao que o Governo certamente se prepara para fazer, o PCP acentua que, em rigor, os valores do novo índice não poderão ser comparados com os valores do anterior.

O Orçamento do Estado

3. Procedendo a um balanço do debate do Orçamento de Estado na Assembleia da República, a Comissão Política do PCP salienta que o mesmo permitiu pôr em confronto a política e as opções do Governo, as suas contradições e malefícios, com as fundadas críticas que lhe foram apontadas por vários sectores da oposição, em particular pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Realce merece o facto de, à semelhança do que já sucedera no debate do Programa do Governo, este ter querido evitar trazer à discussão perante o Plenário sectores sociais tão relevantes, no quadro das Opções do Orçamento, como o são a Saúde e a Educação. O mesmo se passou quanto ao sector da Habitação, referido sumariamente numa intervenção cujo objectivo essencial era o sector das Obras Públicas. Com esta postura, o Governo admitiu implicitamente as enormes debilidades e insuficiências do Orçamento quanto a



Vitor Dias e Luis Couceiro na conferência de imprensa para apresentação das decisões da C. Política do PCP

estes sectores sociais particularmente carenciados.

O debate permitiu também desmistificar a grosseira mentira propalada pelo Governo de que a chamada «harmonização» não implicaria um agravamento fiscal. O misto de arrogância e espalhafato, usado pelo ministro das Finanças, traduziu não só uma postura indigna perante a Assembleia da República como órgão de soberania e sede da representação popular, mas também a falta de argumentos para contrapor à evidência de que há um efectivo agravamento fiscal, com graves consequências no plano do poder de compra e da inflação. Traduziu finalmente uma tosca tentativa de desviar a atenção dos verdadeiros responsáveis pelo Orçamento, isto é, o Governo PSD no seu todo e, em particular, Cavaco Silva como Primeiro-Ministro e presidente do PSD.

Através das suas intervenções e tomadas de posição, os deputados do PCP denunciaram o incumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral pelo PSD e por Cavaco Silva; mostraram as gravosas consequências do Orçamento no plano dos direitos sociais, incluindo na Saúde, Habitação e Educação; provaram que as intenções vertidas pelo Governo no Orçamento se traduziriam na perda do poder de compra dos trabalhadores; denunciaram a brutal imposição do tecto de 8% aos trabalhadores da Administração Central e Local; denunciaram a escandalosa violação da Lei das Finanças Locais.

Em coerência com esta orientação e atitude, a Comissão Política do PCP anuncia que o Grupo Parlamentar do PCP, no debate da especialidade da proposta do OE/92, se baterá pela consagração de seis principais propostas de alteração:

1ª - a eliminação da proposta do Governo de alteração das taxas do IVA, nomeadamente a de abolição da taxa zero dada a sua especial incidência sobre os cidadãos de menores recursos e na grave situação dos reformados;

2ª - a proposta de revogação da Portaria de actualização em 8% da tabela de remunerações dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local;

3ª - a proposta de actualização da tabela do IRS à taxa de 10%, redução da taxa mínima de 15 para 14%, aumento da dedução dos rendimentos do trabalho para 405 contos (65% do salário mínimo nacional);

4ª - a eliminação da proposta do Governo de suspensão da aplicação da Lei de Finanças Locais para efeitos de determinação do montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro;

5ª - a proposta de duplicação da dotação orçamental (6 milhões de contos) para a construção de habitação social promovida pela Administração Central;

6ª - a proposta de extinção de vários benefícios fiscais hoje existentes em sede de IRC designadamente para mais-valias e aplicações financeiras e que custam anualmente ao Orçamento do Estado algumas dezenas de milhões de contos.

A reacção das autarquias às «suspensões» no FEF

4. O PCP congratula-se com o magnífico movimento da generalidade das autarquias portuguesas contra o corte de verbas e contra a imposição de novos encargos às autarquias que o Governo pretende impor no Orçamento de Estado de 1992. Destaca-se a realização do Encontro Nacional de Autarquias, no passado sábado, que mostrou o descontentamento e a vontade de luta em defesa dos seus direitos de eleitos autárquicos de todos os partidos políticos.

É particularmente chocante o modo como, de forma autoritária, o Governo pretende «suspender» a aplicação da Lei de Finanças Locais sem respeitar a Constituição e alterar aspectos essenciais sem negociar com as associações representativas das autarquias (ANMP e ANAFRE em especial).

O PCP manifesta-se solidário com a continuação desta luta, apresentará propostas concretas na Assembleia da República para satisfazer as reivindicações dos eleitos autárquicos e procederá a todas as outras diligências aconselháveis para concretizar os direitos das autarquias e das populações.

A PGA e a Lei de Bases do Sistema Educativo

5. A Comissão Política do PCP apreciou o desenvolvimento das lutas juvenis contra a PGA, por um mais justo sistema de acesso ao ensino superior, contra o aumento das propinas e a desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior público, pelo reforço do apoio social aos estudantes.

O escândalo da PGA deste ano, levando a níveis ainda não conhecidos o absurdo desta prova/barreira para limitar o acesso ao ensino superior público, foi uma comprovação esclarecedora do carácter iníquo da PGA e da necessidade da sua eliminação bem como do sistema de «numerus clausus».

Nota da Comissão Política do PCP

O PCP salienta a total responsabilidade do Governo na aplicação deste injusto sistema de acesso ao ensino superior, que contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada na Assembleia da República e que prevê o acesso na base de médias do ensino secundário e 12º ano e de uma prova de capacidade de âmbito nacional, geral para cada área de ensino e que nada tem a ver com a PGA.

O PCP manifesta a sua solidariedade com a luta dos estudantes do ensino secundário e do ensino superior. As generalizadas e criativas acções estudantis constituem uma demonstração da vitalidade do movimento juvenil que tem elevado significado na situação actual.

O Pacote Delors - II

6. A Comissão Política do PCP considera que, face aos embates da União Económica e Monetária, o Governo deve procurar potenciar ao máximo o seu poder negocial no plano interno e no plano comunitário, com vistas a que a aprovação do Pacote Delors II e do «Fundo de Coesão» se faça e com níveis de recursos que permitam, no plano financeiro, corresponder a passos reais na concretização do princípio da coesão económica e social.

A Comissão Política do PCP recorda que após a aprovação do Acto Único, Cavaco Silva considerou então, em termos pouco prudentes e em tom triunfalista e de auto-satisfação pessoal, os recursos aprovados como suficientes. Reconhecendo embora a sua importância, o PCP considerou na altura não compartilhar de tal avaliação, que os factos aliás se encarregaram de demonstrar, manifestando desde logo a opinião que o governo português deveria reivindicar novos recursos nomeadamente para a indústria e para certos sectores industriais a necessitarem de modernização, bem assim como a diminuição da taxa de comparticipação nacional e a extensão dos fundos às áreas da educação, da saúde e da habitação.

Também em relação ao Pacote Delors II proposto pela Comissão, a Comissão Política do PCP considera que a melhor postura do Governo português face às difíceis negociações que ainda se terão de realizar, não é certamente a de auto contentamento ou a da lógica da resignação. Os países pagadores já começaram a manifestar a sua oposição. Lembra-se ainda que em relação ao primeiro «Pacote Delors» a Comissão propôs um aumento de recursos próprios de 1,4% do PNB, mas obteve somente 1,2% e que agora no novo pacote a proposta da Comissão é mais modesta (1,37%) e para um conjunto de acções muito mais ambicioso.

A Comissão Política do PCP considera também que os complexos desafios a que vai ser submetida a economia portuguesa exigem que a aplicação dos fundos estruturais seja determinada por critérios de eficácia económica e social e não pelo compadrio ou por critérios meramente eleitorais. Não é admissível que importantes recursos sejam delapidados em iniciativas e investimentos muito pouco transparentes ou em acções de formação profissional, que muitas vezes mais não servem do que para dar cobertura ao financiamento de empresas.

Do mesmo modo, o financiamento de infra-estruturas de transporte não pode ficar confinado aos grandes eixos sem investimentos necessários e complementares e transversais de maior importância para o desenvolvimento regional.

A Comissão Política do PCP considera ainda que o novo Plano de Desenvolvimento Regional deverá contar necessariamente com a participação e intervenção activa das autarquias, das populações e das forças sindicais e patronais.

O escândalo Abel Matutes

7. A Comissão Política do PCP sublinha que a posição recentemente expressa pela Comissão da CEE através do Comissário

Abel Matutes é insultuosa para o povo de Timor-Leste e para Portugal, absolve de facto a política de terror e genocídio praticada pelo ocupante indonésio e está em aberta contradição com o direito internacional e designadamente as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que preconiza a retirada da Indonésia de Timor-Leste e o exercício do direito à autodeterminação do povo maubere.

O PCP exprime um vigoroso protesto contra as declarações em que o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, qualificou as afirmações do Comissário Matutes como constituindo «uma interpretação correcta» e «de acordo com os interesses portugueses».

O PCP reafirma ser necessária uma firme vigilância face às visíveis manobras para circunscrever exclusivamente a questão de Timor-Leste ao âmbito da violação dos direitos humanos, e desprezando e deixando cair a questão central e fundamental do exercício do direito do povo maubere à autodeterminação e independência.

Uma questão particularmente para a qual o PCP entende necessário chamar a atenção do povo português - e em particular da juventude que tão generosamente tem manifestado a sua solidariedade para com o povo maubere - diz respeito ao silêncio e ao comportamento do Governo do PSD perante posições de «aliados» (dos EUA à Holanda) e instituições comunitárias.

As responsabilidades históricas e as que lhe são conferidas pelo direito internacional como potência administrante não só não autorizam qualquer ambiguidade na posição portuguesa, como exigem um claro posicionamento político e empenhamento diplomático do Governo português para assegurar o fim da ocupação indonésia e a criação de condições que possibilitem o efectivo exercício pelo povo de Timor-Leste do seu direito à autodeterminação e independência.

O descontentamento popular

8. A grande amplitude do descontentamento popular e o assinalável dinamismo das diversificadas acções e iniciativas de protesto e de luta por parte de múltiplos sectores sociais e profissionais exprimem uma firme oposição e condenação da política do Governo PSD/Cavaco Silva e espelham uma considerável mudança no clima social e político que desmente quantos apostaram ou desejaram que a renovação da maioria absoluta do PSD significaria a completa impunidade do Governo e a geral e resignada aceitação da sua política.

Para travar a ofensiva governamental de agravamento das condições de vida da população, de ataque aos direitos dos trabalhadores, de aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais, é essencial que se amplie ainda mais na sociedade portuguesa uma atitude social determinada e combativa, que se reforce a confiança nas possibilidades de êxito da luta, se consolide a consciência do valor insubstituível da opinião e da luta dos cidadãos.

Entretanto, para todos os cidadãos que aspiram a uma nova política e a uma vida melhor e que querem assegurar uma duradoura defesa dos seus interesses não basta limitar-se a uma simples crítica ao facto de a realidade portuguesa não existir. É necessário evidenciar que o PCP, em todo o período que em plena campanha eleitoral falou verdade sobre a nefasta política e as agressivas medidas que o Governo e o PSD preparavam para depois de 6 de Outubro, que o PCP é o Partido que está dedicando o melhor das suas energias à defesa dos interesses dos trabalhadores e de amplas camadas da população agredidas pela política governamental, que o PCP é o Partido que não falta aos seus compromissos e que honra os seus deveres e responsabilidades, que o PCP é uma grande força da democracia portuguesa.

18.2.92

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Convergência em 18 dá força invulgar à luta sindical

A jornada de luta nacional da CGTP de 12 do corrente fez prever para anteontem e para os últimos dias deste mês uma convergência de lutas pouco comum, apontando para um crescendo da luta laboral e mesmo para um aumento das acções sindicais, incluso as conjuntas, em empresas e sectores.

O âmbito alargado da greve da Administração Pública, paralisação parcial dos transportes, o encerramento de grande número de estabelecimentos de ensino, as fortes incidências nos hospitais e em todos os serviços de saúde, a própria dinâmica de paralisações deste tipo não auguram nada de bom para o Governo, o grande patronato e os parciais responsáveis pela assinatura (sindical?) do renegado acordo «abonado» pelo CPCS (Concertação) em 15 do corrente.

Contra o que muitos esperavam as duas comissões negociadoras da Administração Pública marcaram segunda-feira passada, um dia antes da paralisação, uma conferência de Imprensa conjunta para fazer o «balanço da greve».

Isto é: no próprio dia da

greve, apesar das posições conhecidas dos principais dirigentes da UGT, duas organizações importantes de ambas as centrais (CGTP e UGT) iriam sentar-se à mesma mesa para falar aos jornalistas.

Infelizmente, contingências técnicas, que têm a ver com o fecho do «Avante!», não lhe permitem cobrir o acontecimento, já que dum verdadeiro acontecimento se trata, com repercussões certamente dignas de atenção nos próximos desenvolvimentos do processo de unidade sindical.

Dito isto, restam as adesões. É de notar que a dinâmica do processo de luta teve e vai continuar a ter repercussões incómodas nas rotinas da população e nas exigências do trabalho.

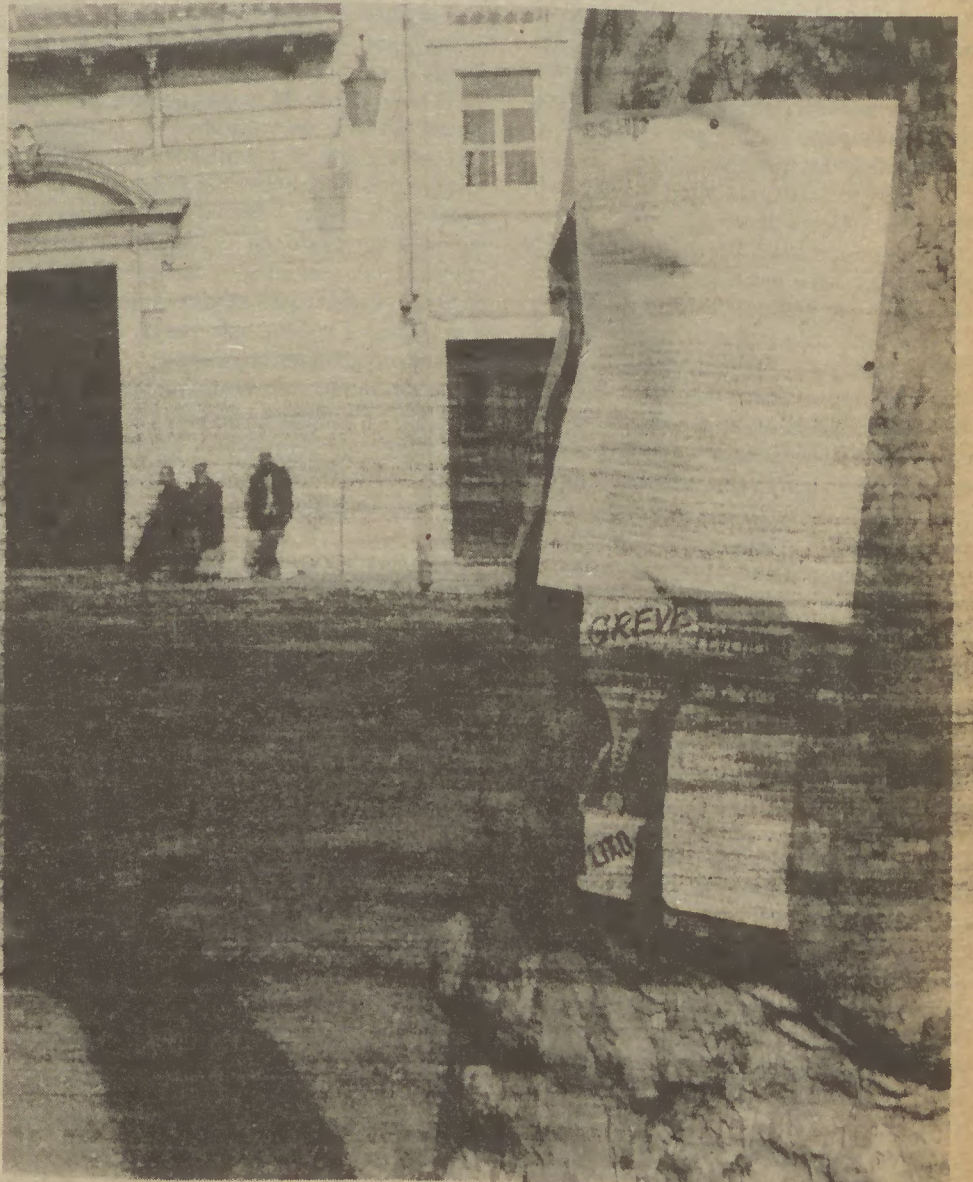
São legítimas as preocupações, mas não é aceitável que em nome do que seria um compromisso inadmissível por parte dos sindicatos e demais organizações representativas dos trabalhadores, se desse por aceite uma imposição afinal prepotente da parte do Governo e dos que com ele assinaram um acordo chamado de «rendimentos e preços», submerso logo à partida por uma portaria (a

dos 8) que não tem em conta nem uma coisa nem outra.

Quanto às adesões, não há talvez neste país sindicato digno desse nome que não tivesse invadido (e não exageramos) as redacções com listas intermináveis — o que quer dizer impublicáveis — na sua extensão.

Diremos apenas e por hoje que os objectivos dos trabalhadores da Administração Pública, incluindo professores, médicos, técnicos e técnicos superiores, trabalhadores administrativos, enfermeiros, operadores dos transportes, convergiram fortemente nas acções de luta de anteontem. A própria população, mal informada como sempre pelos chamados grandes órgãos da comunicação social, apercebeu-se do alcance da luta e pôs, por exemplo, os alegados «alternativos» e parte da Carris que circulou literalmente às moscas.

O caso é de ponderar, já que não se tratou de uma greve geral nem, que se saiba, do prenúncio dela. Prenúncio é apenas de nova confluência e de novas lutas, envolvendo designadamente os transportes por todo o País.

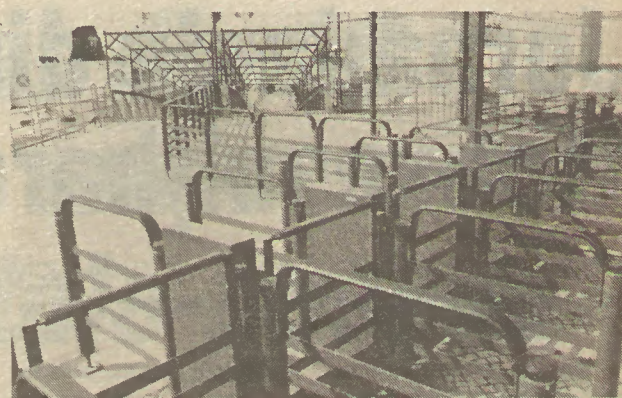


A greve associada ao «lixo» da Portaria dos 8. Enfermeiros e médicos do mesmo lado da luta sindical

TRABALHADORES



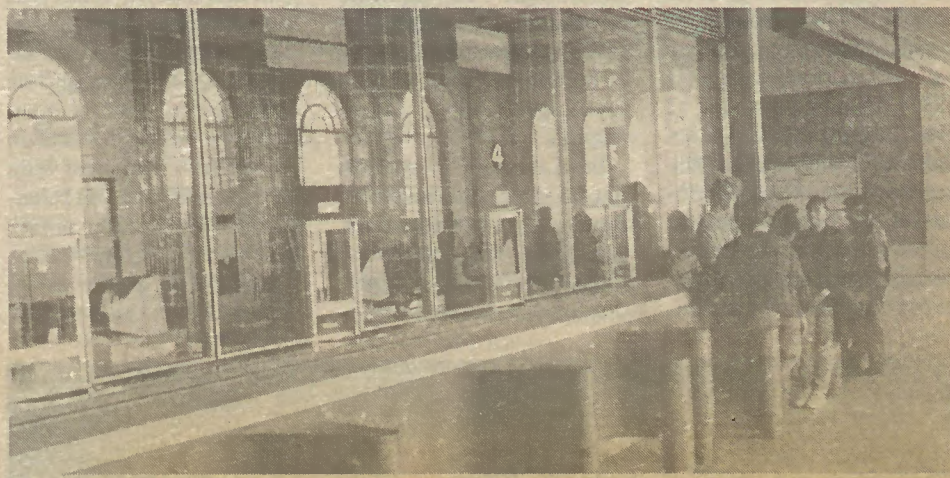
Na Transtejo a adesão foi total



Nem um cacilheiro da Transtejo a circular



Adesão no Ministério da Justiça



Bilhetes fechadas na CP



Ministério da Educação sob o efeito da greve



Faculdade de Direito adere à greve

Dezenas de escolas encerraram nos Açores

Fonte do Sindicato dos Professores dizia antontem à Lusa, em Ponta Delgada, que estavam encerradas, devido à greve, dezenas de escolas dos vários graus de ensino.

Além do Sindicato dos Professores aderiram à greve nas Ilhas, os Sindicatos da Administração Pública, da UGT e da Função Pública do Sul e Açores, este último filiado na CGTP, bem como a respectiva Federação Nacional (FNSFP).

O telex da Lusa (cerca do

meio-dia de 18, em Lisboa), chamava a atenção para a diferença horária que leva as escolas a abrir uma hora mais tarde que no Continente. Daí a falta de elementos mais precisos, na altura, sobre os níveis de adesão.

Fonte sindical acrescentava ainda o facto de estarem a ser afectados os serviços permanentes. Era o caso do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, por exemplo, que paralisou a nível nacional.

Locais de trabalho da FP Continua o desrespeito pela Lei

«Numa atitude de puro desrespeito pelas normas constitucionais consagradas», à semelhança do que sucedeu ainda há dias no Arsenal do Alfeite com o coordenador da CGTP, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) foi «de novo impedida de entrar no INGA (Instituto Nacional de Garantia Agrícola).

Numa nota de 17 do corrente, o STFPSA afirma que ia realizar nesse orga-

nismo do Estado «uma reunião de trabalhadores prévia e legalmente marcada» para «informar e esclarecer as razões da greve» de antontem.

Ao comentar a atitude, o Sindicato destaca que «a democracia ainda não chegou ao INGA». Para o STFPSA «a cena repete-se, pois as organizações sindicais ainda não conseguiram fazer (aí) qualquer reunião. O mesmo já se passou por três vezes no mesmo local de trabalho».

O STFPSA conclui:

«O senhor presidente Manuel Rodrigues André alega exiguidade das instalações, quando nós sabemos que existe pelo menos uma sala de reuniões que o senhor presidente pura e simplesmente se recusa a disponibilizar. Em virtude do ocorrido, foram apresentadas queixas por violação da liberdade sindical ao Procurador-Geral da República, Provedor de Justiça, ministro das Finanças e ministro da Agricultura».



Greve na CP Maquinistas não aderem mas explicam porquê

O Sindicato dos Maquinistas da CP (SMAQ) reconhece que o acordo UGT/Governo/patronato «deitou por terra as expectativas dos trabalhadores».

Não aderiu à greve de antontem porque o SMAQ, ao que parece tão «independente» que chega ao extremo de ser independente dos trabalhadores, não foi convencido a dar a «ordem» de parar.

Quem deveria convencê-lo — diz o próprio Sindi-

cato — era a Federação do sector que «não apresentou outras alternativas viáveis» à paralisação.

A direcção do SMAQ dirige a sua «explicação» aos sócios num documento a que o «Avante!» teve acesso. Um dia antes da greve, os dirigentes sindicais dos maquinistas não afastavam, no entanto, a hipótese de recorrer «a formas de luta a partir da última semana deste mês».

Honra lhe seja feita por estar contra o acordo, por reconhecer que o mesmo é «limitativo da capacidade negocial dos Sindicatos» e por prever «formas de luta» numa altura em que a maioria dos sindicatos do sector também a elas recorrerá.

O resto é do domínio «político-sindical». É contra ele, também, que a direcção do SMAQ quer manter a sua «independência e capacidade negocial».

A portaria dos 8 não foi revogada Os 10 não são.

A Federação da Função Pública (FNSFP) esclarece:

«Contrariamente ao divulgado por alguns órgãos da comunicação social, nomeadamente a RTP, o Governo não alterou nem revogou a Portaria 77-A/92, publicada a 13 de Fevereiro, pelo que se mantém o aumento de 8 por cento na tabela salarial.

«Quando afirma que «nenhum trabalhador da Administração Pública terá um aumento inferior a 10 por cento», o Governo esconde que pensa fazê-lo conjugando diferentes retribuições que nada têm a ver com a tabela salarial

(subsídio de refeição, descongelamento de escalões, etc.).

«Não está marcada qualquer reunião de negociações, o Governo nada respondeu quanto a carreiras profissionais, descongelamento de escalões e revogação do diploma dos excedentes.

«Assim, não só se confirma a greve de amanhã dia 18, como a intenção de recorrer a novas formas de luta».

A nota da Federação é da passada segunda-feira e é assinada pela comissão executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

TRABALHADORES

Jornada de dia 12 trouxe milhares à rua

Com acções muito participadas, a jornada nacional da CGTP trouxe milhares de trabalhadores às ruas de Lisboa, Porto, Setúbal e outros distritos

Plenários, greves, concentrações e desfiles de protesto com elevada participação deram forma à jornada nacional de luta promovida pela CGTP-IN no passado dia 12 com o objectivo de exigir aumentos salariais que melhorassem o nível de vida dos portugueses, bem como contestar recentes medidas do Governo que contrariam este objectivo (em particular os aumen-

tos dos preços e da carga fiscal) e exigir o cumprimento de promessas e compromissos relativamente à redução do horário de trabalho e à actualização do salário mínimo.

Em Lisboa teve lugar, ao fim da tarde, um desfile do Rossio até ao Palácio de S. Bento, passando pela Avenida da Liberdade, no qual participaram alguns milhares de

trabalhadores do distrito, com destaque para empresas e sectores em luta. No final do desfile interveio o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva (que nesse dia foi impedido de entrar no Arsenal do Alfeite para participar num plenário sindical). Um balanço da agência Lusa referia ainda, no âmbito da jornada, a realização de greves de 24 horas na Siderurgia Nacional

e nos sectores dos mármore e dos têxteis e vestuário, e greves parciais. Os trabalhadores das empresas de transportes realizaram plenários onde decidiram paralisar no dia 18 e participaram numa concentração frente à AR.

Em Setúbal houve paralisações nos sectores da metalurgia, química, cortiças, cimentos e têxteis - refere uma nota da União dos Sindicatos do distrito. Na concentração realizada frente ao Governo Civil, com mais de 1500 pessoas, segundo a União, foi aprovada uma resolução que uma delegação de sindicalistas entregou ao governador civil. Na audiência que o coordenador e outros dirigentes da USS tiveram com o representante do Governo no distrito foram manifestadas preocupações quanto ao ressurgimento dos salários em atraso, entre outros problemas sociolaborais.

Milhares de trabalhadores do distrito do Porto demonstraram o seu apoio à jornada da CGTP integrando-se no desfile que percorreu a Avenida da Boavista para entregar na delegação do Ministério do Emprego uma resolução criticando a política anti-social do Governo e exigindo o crescimento dos salários reais.

No distrito de Coimbra as acções sindicais promovidas no âmbito da jornada de dia 12 deverão ter envolvido 5 mil trabalhadores, de acordo com uma nota da USC/CGTP, que anunciava, na véspera, a realização de greves, concentrações, desfiles e plenários na EDP, CP, Gomase, Simões Pereira, clínicas de Montes Claros e de Santa Filomena, estaleiros navais do Mondego e da Figueira da Foz, Ideal, Mondorel, Companhia de Papel de Góis e outras empresas.

A União dos Sindicatos de Aveiro, numa nota à imprensa, refere que houve no distrito uma vasta movimentação

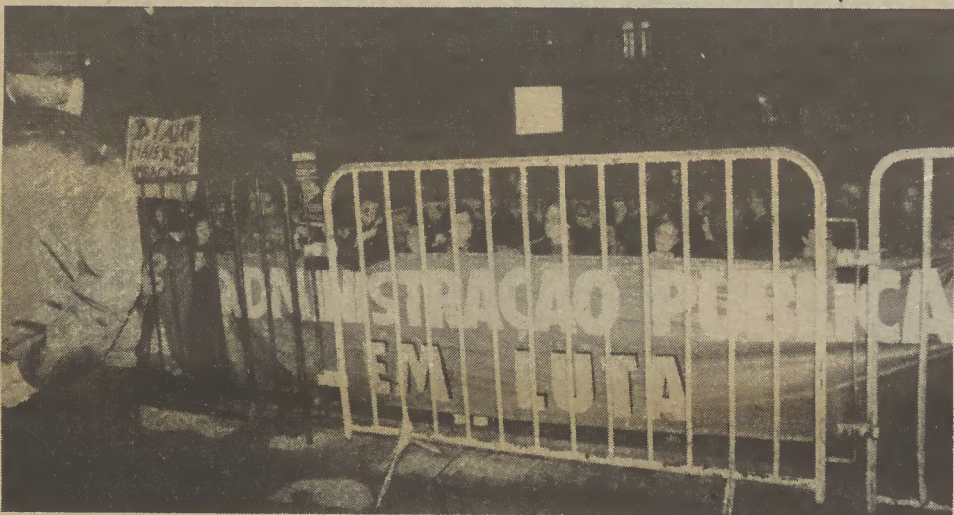


A Comissão Executiva da CGTP criticou severamente o acordo económico e social e a forma escandalosa como foi promovida a sua assinatura. Numa conferência de imprensa dada no intervalo da reunião de dia 17 - e em que participaram Fernando Loureiro, José Ernesto Cartaxo, Carvalho da Silva e Manuel Lopes - o acordo foi classificado como «um retrocesso profundo», ao mesmo tempo que a UGT foi acusada de «cumplicidade activa» com o Governo e os representantes do patronato. A CGTP referiu pontos concretos de um acordo que considera «mesmo muito mau» para os trabalhadores: a fixação de um referencial inferior a 10 por cento para todo o ano, os aumentos do salário mínimo e das prestações sociais inferiores ao aumento real dos salários, a confirmação do agravamento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, o adiamento dos compromissos já assumidos para redução do horário máximo de trabalho (43 horas semanais desde 1 de Janeiro).

de trabalhadores, com paralisações, entre outras empresas, na Cifial, Oliva, Estaleiros S. Jacinto, Corticeira Amorim, Amorim e Irmãos, Inacor, Cortiças Lamosel, Ferragens de Riomeão, Metalurgia de S. João de Ver, Paula Dias e Manufacturas Santos. Embora o mau tempo não tenha permitido a realização das concentrações previstas para zonas industriais de S. João da Madeira e Feira,

foram distribuídos milhares de documentos, nomeadamente pelos trabalhadores da administração pública, e efectuaram-se dezenas de plenários e reuniões em empresas.

Realizaram-se ainda concentrações de trabalhadores nos distritos de Braga, Faro, Funchal e Guarda, e distribuições de documentos sindicais em Leiria, Évora, Viseu, Bragança e Santarém.



Concentração da Função Pública em S. Bento

(Foto de Luís Miguel Cunha)

Crise agrava-se nos têxteis Só em Coimbra há 2500 postos de trabalho em risco de desaparecer

Jotocar: Cuf Têxteis compra a empresa com a condição de despedir mais de 90 trabalhadores. Greve na Fisel, silêncio sobre a Ideal

Com os salários em atraso e o contrato suspenso, os 400 trabalhadores da Ideal, fábrica têxtil de Coimbra, continuam a reivindicar do Banco Português do Atlântico (BPA) que divulgue a sua posição quanto ao futuro da empresa. Entre a movimentação sindical e laboral à volta do caso, destacou-se já em Outubro uma manifestação junto à sede do BPA no Porto.

O pessoal e os sindicatos, designadamente o do Centro, com sede em Coimbra, reclamaram nessa altura uma reunião para viabilizar o têxtil.

O não pagamento de salários em atraso, parava quinta-feira passada os trabalhadores da Fisel, em Seia. O têxtil emprega nesta localidade mais de 870 pessoas. É a maior unidade industrial do concelho. Fonte sindical adiantou à Lusa que a greve de 24 horas se deveu aos atrasos de Dezembro de 1991 e Janeiro deste ano.

Fonte da administração da Fisel disse por seu turno à Lusa que a empresa estava a ser modernizada e re-

estruturada. Segundo João Fernandes, administrador, «a situação geral vai tender para a normalização».

No entanto, a greve de 24 horas teve uma adesão de 99 por cento, com «apenas uma ou duas pessoas a trabalhar». Mas o mesmo administrador reconhece o aumento registado «ultimamente» na «produção e faturação da fábrica», refere a Lusa.

Citando o mesmo administrador, o caso tenderá para a «normalização», graças ao apoio do Pedip (apoios ligados à CEE).

A crer no administrador, o processo é «moroso», mas será solucionado em breve. Fala mesmo em «muito curto prazo», mas de acordo com a Lusa não fala em despedimentos.

Entretanto a crise geral aprofunda-se no sector. É certo que as «promessas» são várias para o Ave, porém e só em Coimbra há cerca de 2500 postos de trabalho prontos a desaparecer.

Desde Outubro do ano findo que o BPA silencia o caso da Ideal, quando já de-

pois desse mês se efectuou naquela cidade, com a participação do Banco, do Sindicato têxtil do Centro e o presidente da Câmara, uma reunião à qual se seguiu o silêncio dos responsáveis do BPA.

O Sindicato, com sede em Coimbra, manifesta o receio de que esse silêncio signifique uma opção bancária pela falência da Ideal, pois «assiste-se com preocupação à falta de iniciativas ou sinais concretos que apontem no sentido da viabilização».

Quanto ao Governo, embora se multiplique em declarações do género «sistema de incentivos» e «diversificação industrial do Vale do Ave», — aliás aprovadas em Conselho de Ministros quinta-feira passada, incluindo «benefícios fiscais» e «fundos e capital de risco» — nada de concreto está garantido.

Assim, em 11 do corrente, os trabalhadores do sector começaram a enviar ao Primeiro-Ministro uma série de 20 mil postais, perguntando o que é feito das promessas da campanha eleitoral.

Um «brinde» da Madeira

O STAL refere adesões tão verificáveis e surpreendentes na Região Autónoma da Madeira que diz em nota de anteontem, quando só faltava recolher informações sobre «duas câmaras municipais»:

Na Região Autónoma da Madeira, quase todos «brindaram» à farsa negocial aderindo em massa à greve.

Depois de caracterizar «o acordo-farsa protagonizado pelo Governo/patronato/Torres Couto-direcção da UGT», aquele Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local adiantava os resultados seguintes por Câmaras Municipais:

Ao fim da manhã de anteontem. Percentagens de adesão: Santana 98, Porto Santo 75, Machico 100, São Vicente 100, Câmara de Lobos 90, Calheta 80, Santa Cruz 70.

Para o Funchal, o mesmo Sindicato falava de «níveis que variam, entre serviços, por percentagens na ordem dos 70 a 100 por cento».

O STAL exceptuava dessa lista funchalense o sector administrativo. Crê-se que por escassez de dados àquela hora da manhã.

Interjovem elege novo conselho nacional

Na sua primeira Conferência Nacional, já marcada para 28 e 29 do mês que vem, a Interjovem vai eleger um novo conselho nacional.

A iniciativa, que decorrerá no Centro de Formação Profissional (IEFP) no Porto, interessa aos jovens (entre os 15 e os 29 anos) que constituem 22 por cento dos portugueses.

A organização juvenil da CGTP-IN acrescenta que esse segmento da população inclui 64 por cento de activos.

Vinte e sete e meio por cento são estudantes; 1,6 por cento cumprem o Serviço Militar Obrigatório e 4 por cento são «domésticos(os)».

A Interjovem, que promoveu ontem uma conferência de imprensa, deu «a conhecer também a apreciação que lhe mereceu o relatório do Ministério do Emprego e Segurança Social sobre o trabalho de menores».

Segundo o secretariado do CN da Interjovem, a sua primeira Conferência (o

prazo para a discussão dos documentos e propostas de alteração termina no próximo dia 10) proporcionará «uma definição mais clara das reivindicações da juventude, face ao patronato e ao Governo, e contribuirá para o reforço da participação dos jovens na vida sindical».

A Conferência dará também oportunidade para «uma importante análise da situação dos jovens no mercado do trabalho», afirma a mesma organização.

TRABALHADORES

Renault-Cacia Redução do emprego e subcontrato

A redução acelerada dos trabalhadores efectivos na Renault-Cacia significa menos emprego permanente e mais subcontratados «sem qualquer segurança».

A pretexto da «competitividade da empresa e dos seus resultados», a administração, citada pela comissão concelhia de Aveiro (PCP) e pela célula da Renault, subcontrata à empresa CAT pertencente ao mesmo grupo Renault.

Estes subcontratados «vão exercer as mesmas funções por mais baixos salários e sem qualquer segurança de emprego», sublinha a mesma fonte.

Aquilo a que a administração da Renault chama «demagogicamente» — sublinha a célula do PCP na empresa — «adaptação dos recursos humanos» e «modernização decorrente da evolução tecnológica» não passa de uma das formas a que a administração recorre para levar os trabalhadores

a aceitar «passivamente» a sua política.

Mas a administração da Renault sabe — acrescentam, tanto a célula como a concelhia do PCP — que «os seus interesses (dos trabalhadores) não são conciliáveis» com os do patronato.

Para aqueles organismos do PCP, trata-se «sobretudo da liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores».

Recordam que «foi de facto em função desse objectivo que, tendo em vista «o aumento do lucro», a administração da Renault procedeu ano passado à «diminuição de cerca de dez por cento dos efectivos da empresa em Cacia».

Para este ano está previsto que a mesma redução «atinja os 20 por cento».

Depois de sublinharem que os trabalhadores não se têm furtado a participar «em quaisquer frentes onde possam lutar pelos seus

direitos», a célula e a concelhia referem-se a «importantes vitórias» alcançadas pelo pessoal em torno das suas organizações representativas.

Os trabalhadores, mesmo quando participam em «frentes» onde «a administração os pensa envolver na tomada de medidas que vão contra os seus próprios interesses», conseguiram, por exemplo, a redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas e os aumentos salariais na empresa.

Estes são «exemplos significativos» de alguns dos direitos «só possíveis de conquistar através da unidade e da luta dos trabalhadores».

É necessário, por conseguinte, «reforçar as organizações representativas dos trabalhadores, a sua capacidade reivindicativa e de mobilização para a luta».

Conta também para isso «o reforço da unidade».

Paradas dia 13 quatro empresas da metalo-pesada

Em causa a «ofensiva privatizadora do Governo». Desde 1988 já foram destruídos nessas empresas mais de 2000 postos de trabalho. Plenário nacional do SEE

Concentrados quinta-feira na António Augusto de Aguiar em Lisboa, frente à holding Senete, trabalhadores da metalomecânica pesada protestaram contra a política de desmantelamento das empresas do grupo. Quatro delas pararam.

Pertencem à Senete empresas como a Mague, Sorefame, Sermague, SMM, Sepsa e Metalsines. O grupo Senete está nas mãos da Mague e da multinacional ABB (Asea Brown Boveri), refere um documento aprovado durante a concentração.

Na resolução divulgada pela FSMMP (Federação Sindical do Sector), pode ler-se:

«A ofensiva privatizadora do Governo levou a que o Estado português tenha o seu património mais reduzido e esteja hoje mais dependente nesta área, pois detinha 60 por cento do capital social em toda a actividade da metalomecânica pesada e a sua posição foi relegada para apenas 21,3 por cento, enquanto o capital estrangeiro, que era reduzido,

atinge agora os 32,4 por cento».

Fonte sindical dizia à Lusa no mesmo dia que a greve na Mague, Sorefame, SMM e Sermague incluía entre os seus objectivos «a manutenção dos postos de trabalho».

O pessoal dessas unidades, que paralisou por completo, reclama ainda o desbloqueamento das negociações (convenções colectivas) e a redução dos horários de trabalho.

Na resolução aprovada durante a concentração de quinta-feira em Lisboa e divulgada nesse dia pela FSMMP (Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal) manifesta-se «disponibilidade para o prosseguimento da luta».

Na resolução, que foi entregue à direcção da Senete, repudia-se, além da «política de desmantelamento das empresas e redução dos postos de trabalho», a «política de leilão que o Governo fez — e está a fazer — do património do Estado».

No mesmo sentido vão as

conclusões do plenário nacional de representantes dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado (SEE).

Participaram no plenário efectuado quinta-feira passada em Lisboa os representantes dos trabalhadores de 35 empresas públicas. Segundo a Lusa, na resolução aprovada exige-se que seja interrompido «o leilão» das empresas do SEE.

Entre outros documentos, destaca-se a aprovação pelo plenário de uma moção entregue na Assembleia da República. Reclama-se contra «o agravamento das condições de vida dos portugueses».

Por outro lado, os representantes do pessoal do SEE pedem a intervenção dos órgãos de soberania para que, segundo a Lusa, seja reposta a legalidade nos processos de privatização em curso.

A opinião pública deve conhecer — sublinha o plenário — as «ilegalidades» cometidas no SEE. Quem de direito deve torná-las públicas, é o que se deprende.

Metalurgia e Metalomecânica A luta continua

A 25 de Fevereiro, o sector da Metalurgia e Metalomecânica vai paralisar no 2.º período de trabalho; neste dia, estão marcadas concentrações, para Lisboa, junto à Assembleia da República e para o Porto, junto à Associação Patronal, de protesto contra o Pacote Laboral.



No Alfeite (foto de arquivo)

Protesto no Arsenal

A entrada dos dirigentes sindicais nos locais de trabalho está prevista na Lei. Mas em plenário legal no Alfeite, o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, não pôde participar.

Anunciado publicamente um dia antes da jornada promovida pela Central, sexta-feira passada, o convite do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAS) não teve efeito porque, segundo o próprio plenário aprovou em moção de 12 do corrente, a administração do Arsenal do Alfeite limitou dessa forma «a liberdade sindical» naquele esta-

belecimento, liberdade essa que «tanto custou a conquistar».

A atitude da administração é «repudiada» pelo plenário, pelo sindicato TEF-FAS e pela CGTP-IN, tendo esta última anunciado sexta-feira passada, dia da jornada nacional de luta, que, pelo facto, vai «accionar mecanismos judiciais».

A atitude dos administradores do Arsenal é classificada como «posição dúbia» pela CGTP.

Essa posição manteve-se, apesar das «diligências feitas», antes da realização do plenário, junto do Ministério da Defesa (director-geral do pessoal, dr. Martins) pelo STEFFAS.

«Por inacção», acrescenta a CGTP, do mencionado director-geral foi dada «cobertura à prática ilegal da administração do Arsenal do Alfeite».

Depois de assinalar que o seu coordenador «já tem participado em vários plenários de trabalhadores noutros estabelecimentos fabris das Forças Armadas (EFFAS)», a CGTP afirma:

«O que se verificou foi uma aberrante violação da Lei 215-B/75 (lei sindical), razão por que a CGTP-IN irá accionar os mecanismos judiciais para fazer valer os direitos legais que lhe assistem».

Continuam as paralisações na Autosil

A cumprir-se o calendário aprovado na Autosil, deve terminar amanhã a série diária de paralisações de três horas diárias efectuadas esta semana pelos trabalhadores.

Em nota de sexta-feira passada, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (Siesi) afirmava: A forma de luta adoptada destina-se a «exigir aumentos salariais mais elevados do que aqueles que a administração aplicou unilateralmente».

Esses aumentos variam entre os 8,5 e

os 15,5 por cento.

Os trabalhadores querem «aumentos médios próximos dos 15 por cento». Consideram que a administração se baseou em «critérios discriminatórios».

As fórmulas de avaliação aplicadas pelos administradores daquela empresa «não merecem qualquer concordância», afirma ainda a direcção do Siesi.

Num total de sete dias, distribuídos por períodos de 3 horas, desde Janeiro findo os trabalhadores da Autosil (cerca de 400) pararam durante 21 horas.



A empresa fabrica baterias, em Paço de Arcos

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orçamento do Estado para 1992

Os ministros, o cacete e a cenoura

Depois de aprovada na generalidade apenas com os votos a favor da maioria PSD e os votos contra das restantes bancadas, a proposta de Orçamento do Estado para 1992 encontra-se agora na Comissão de Economia, Finanças e Plano, para apreciação na especialidade, após o que voltará a plenário nos próximos dias 24 e 25 para discussão e votação final global.

No essencial, para os partidos da oposição, trata-se agora de tentar corrigir na medida do possível, no debate em comissão especializada, aqueles que são do seu ponto de vista os traços mais negativos do presente Orçamento, designadamente os que se prendem com a questão da fiscalidade.

Propostas concretas nes-

se sentido estão a ser apresentadas pelos deputados do PCP, destinadas sobretudo a inverter o que classificam de «Orçamento de confisco», nomeadamente em relação à manutenção da taxa zero para bens e serviços sociais e à actualização dos escalões e das deduções no IRS para evitar o imposto inflação.

Este foi, aliás, um dos temas mais fortes que animou o debate na generalidade realizado na passada semana, suscitando vivas reacções que trouxeram a lume as profundas divergências existentes entre a oposição e o Governo sobre esta matéria.

Este último não foi capaz de refutar, concretamente, de forma sustentada, a acusação de que este Orça-

mento vai representar um brutal agravamento da carga fiscal, desde logo pelo desaparecimento da taxa zero do IVA defendida pelo Executivo em nome da «harmonização fiscal ditada pela integração europeia».

E a verdade é que de nada valeu ao ministro das Finanças, Braga de Macedo, afirmar que «não haverá agravamento» e que o impacto das alterações das taxas do IVA nos preços «será negligenciável». Porquê? Pela simples razão de que não foi capaz de o demonstrar com provas irrefutáveis, apesar das insistências nesse sentido feitas pelos partidos da oposição, em especial pelo PCP.

Este não foi de resto o único assunto sobre o qual persistiram as dúvidas e in-

terrogações, por falta de esclarecimentos do Governo, após o debate na generalidade do Orçamento do Estado.

Referimo-nos concretamente ao facto de o Governo, contrariamente ao que seria de esperar, não se ter pronunciado com rigor sobre o estado e a preparação da economia portuguesa face ao mercado único de 1993 e sobre as suas vulnerabilidades, do mesmo modo que nada disse sobre a sua política para valorizar a nossa especialização produtiva e melhorar o perfil do nosso padrão das exportações, sobre as respostas e soluções para o sector agrícola, para as pescas e para a defesa das nossas águas territoriais, sobre a maneira de defender e modernizar o

têxtil, o sector do calçado, a indústria vidreira, dos molinos e da agro-indústria.

Ora a verdade é que nenhum destes assuntos, como tratou de chamar a atenção Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, mereceu qualquer espécie de informação por parte do Executivo ao longo do debate, da mesma maneira que nenhum esclarecimento foi prestado relativamente a questões tão importantes como a política monetária ou a adopção de medidas para diminuir a especulativa margem de intermediação financeira, sobre os prazos, medidas e níveis capazes de baixar as taxas de juro dos empréstimos, ou ainda sobre a forma de potenciar o poder negocial de Portugal, para a concre-

tização da coesão económica e social ao nível da Comunidade Europeia.

«Em vez de um debate sério e respostas objectivas face ao agravamento da situação social, à difícil situação em que se encontram muitos portugueses, às graves questões com que a economia portuguesa vai ser confrontada — sublinhou a propósito Carlos Carvalhas, interpretando o sentir da sua bancada quanto à forma como decorrerá a discussão do OE na generalidade — tivemos as graçolas e a arrogância para fugir aos problemas concretos de mais um ministro das Finanças feito mestre-escola comunitário, a quem cabe distribuir o cacete reservando a cenoura para o Primeiro-Ministro».

Orçamento nega promessas do PSD**Orientações agravam desigualdades e injustiças sociais**

«É a política de se queres saúde paga-a, se não tens dinheiro para as propinas deixa a Universidade, se queres pagar menos impostos torna-te rico! É o credo Braga de Macedo/Cavaco Silva». Proferidas no discurso de encerramento do debate na generalidade, estas palavras de Carlos Carvalhas sintetizam aquilo que do ponto de vista da bancada comunista constituem alguns dos traços distintivos das orientações do Governo em matéria de Orçamento do Estado para 1992.

Orientações que acabam por trazer à luz do dia o verdadeiro significado do pedi-

do de «poupança e paciência» dirigido aos portugueses pelo Executivo na apresentação do seu Programa, expressão difusa que traduzida agora em termos de Orçamento representa uma «política de poupança e acumulação para os grandes senhores da especulação imobiliária e financeira, de poupança forçada para os trabalhadores e reformados, e de paciência para com o trabalho infantil e para os que dão corpo às manchas de pobreza».

Os factos a este respeito não deixam margem para dúvidas, como tratou de realçar o secretário-geral adjun-

to do PCP ao recordar que a taxa média do IVA vai subir, que um elevado número de bens essenciais passam a ser tributados, quando o não eram, ou passam de taxa reduzida para taxa normal (8% para 16%).

Ao todo são cerca de 4000 produtos que de uma penada passarão a ser tributados, na sua grande maioria bens essenciais de consumo diário dos portugueses, entre os quais se encontram os medicamentos, sem falar dos bens culturais e educativos, nomeadamente livros, jornais e revistas, «que poderiam manter a taxa zero até 1996», como observou Carlos Carvalhas, antes de juntar a esta

longa lista os adubos, fertilizantes e sementes.

Implacável nas suas críticas, o secretário-geral adjunto do PCP foi mesmo mais longe e assinalou que este Orçamento mostra claramente a quebra de compromisso do Primeiro-Ministro relativamente às promessas feitas no decorrer da campanha eleitoral.

Avivando a memória dos membros do Governo e dos deputados da maioria, recordou a este propósito as «falsas promessas em relação a milhares de jovens que vão continuar a não encontrar um tecto; as falsas promessas em relação aos estudantes que vão continuar com essa

incrível e socialmente selectiva Prova Geral de Acesso à Universidade; as falsas promessas para com os reformados, para com os pensionistas, idosos e deficientes que vão continuar com as suas magras pensões e que vão ter bens e serviços de primeira necessidade agravados através dos impostos indirectos; as falsas promessas em relação aos utentes da Saúde que vão ser «compensados» com as taxas ditas moderadoras; as falsas promessas em relação ao combate ao flagelo da toxicodependência e da segurança nas escolas no quotidiano das grandes cidades».

Para agravar o quadro, alertou, os tempos não vão

para graças para a generalidade dos trabalhadores que vão ter que lutar pela redução do horário semanal e pelos seus direitos e salários, perspectiva que não difere da que terão de enfrentar os trabalhadores da Função Pública, «ludibriados mesmo ao nível da Concertação Social», enquanto que os empresários do sector produtivo se vêem penalizados por uma política de apoio às actividades especulativas e os agricultores vão continuar a ser subalternizados e a terem de suportar os mais elevados custos dos factores de produção da CEE e a não verem nem preços compensadores nem medidas que facilitem o escoamento dos seus produtos.

Inverter o Orçamento de confisco

Assegurar a manutenção da taxa zero do IVA para os bens e serviços essenciais e garantir a actualização dos escalões e das deduções no IRS com vista a evitar o «imposto inflação», constituem duas das propostas concretas de alteração ao Orçamento do Estado que os deputados comunistas decidiram apresentar durante a apreciação daquele documento na especialidade, actualmente em curso na Comissão de Economia, Finanças e Plano.

O cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, nomeadamente a manutenção do método de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) arbitrariamente suspenso pelo Governo, sob o pretexto de que a evolução da receita do IVA vai conhecer este ano um aumento extraordinário, é outra das propostas com que a bancada comunista vai confrontar o PSD no debate do OE na especialidade.

Preocupados com a situação dos reformados, com a limitação dos direitos e com a redução real dos salários dos trabalhadores da Função Pública, medidas concretas em todos estes domínios serão igualmente objecto da atenção dos parlamentares do PCP, que fizeram já saber ser sua intenção subscrever também propostas que anulem as taxas ditas moderadoras e que duplicam as dotações inscritas para a habitação social promovida pelo Estado.

Sabroso de Aguiar a freguesia

Correspondendo aos repetidos anseios da população de Sabroso de Aguiar, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei com vista à criação desta freguesia.

Já na anterior legislatura o PCP tomou idêntica iniciativa que no entanto não foi sujeita a deliberação devido ao sistemático boicote do PSD, quer a nível dos órgãos autárquicos, quer na própria Assembleia da República, facto que impediu a sua discussão e votação. Na ocasião, recorde-se, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Vila Pouca de Aguiar, órgãos em que o PSD detém a maioria, não deram o parecer solicitado pelo Parlamento, apesar de a isso serem obrigados de acordo com a lei vigente.

**Polícias no Parlamento**

Várias dezenas de elementos da Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP) assistiram, faz hoje oito dias, ao encerramento do debate na generalidade do Orçamento do Estado para 1992 com o objectivo de chamarem a atenção para o que consideram ser as exíguas verbas previstas para os aumentos da classe.

A ASPP exige a dignificação do estatuto da PSP, aumentos salariais de 13 por cento e um subsídio de

risco, reivindicações que, segundo o líder da Associação, José Carreira, em declarações prestadas à Lusa, constituem «aspirações antigas que ainda não foram satisfeitas».

Admitindo «toda e qualquer acção de luta» que venha a ser aprovada pela «grande maioria» da classe com vista a forçar o Governo a atender às suas reclamações, José Carreira manifestou ainda a sua «tristeza e descontentamento» pela restrição imposta no acesso dos profissionais da PSP às galerias públicas do Parlamento, circunstância que obrigou dezenas de polícias a ficarem na rua.

**Deontologia**

A utilização, por diversas vezes, do jornalista Carlos Fino como intérprete oficial da Presidência da República e do Governo foi objecto de um requerimento dirigido ao Executivo, subscrito por João Corregedor da Fonseca, deputado independente da Intervenção Democrática, no qual se indaga, entre outras coisas, se o Ministério dos Negócios Estrangeiros «tem em conta aspectos considerados no Estatuto dos Jornalistas e no Código de Deontologia Profissional dos Jornalistas» e se entende que «deve servir-se de jornalistas em pleno exercício de funções, que se mostrem disponíveis para integrarem delegações oficiais como intérpretes quer da Presidência da República quer do Governo».

Quadros debatem na Marinha Grande o reforço da Organização

Com a presença de cerca de 200 camaradas, realizou-se no passado sábado, no salão do centro de trabalho da Marinha Grande, uma reunião de Quadros comunistas, que contou com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

Entre os objectivos da reunião, que decorreu sob o lema «O PCP no presente e no futuro do País», destaca-se a análise da situação da Organização e das tarefas para o ano em curso, bem como da evolução política e social.

A intervenção inicial esteve a cargo de José Augusto Esteves, da CEN do PCP, que abordou variadas questões suscitadas no seio da Organização nos últimos três meses, apelando à necessidade de aprofundar o debate com vista à preparação do 14º Congresso. Mais adiante referiu o conjunto de acções previstas para este ano, visando o reforço do Partido, nomeadamente nas células de empresa e no seio do movimento sindical e camponês.

Nas 18 intervenções que se seguiram foram focados diversos temas, salientando-se a necessidade de melhorar a intervenção dos jovens



comunistas no movimento juvenil e de, no próprio Partido, definirem-se linhas de acção específicas no plano regional de apoio ao desenvolvimento das lutas dos jovens.

Alguns participantes referiram-se aos planos de trabalho que apontam para o reforço dos colectivos do Partido e realização de assembleias de organização neste primeiro semestre. Outros camaradas deram relevo à necessidade de elevar o espírito de iniciativa e combatividade no movimento sindical, com vista à ampliação da luta contra a política de direita e de ataque aos direitos dos trabalhadores. Foi também sublinhado que devem ser combatidas as tendências que se manifestam no sentido de branquear o capi-

talismo e a acção do Governo de Cavaco Silva.

Mereceu ainda particular atenção a dramática situação na agricultura, designadamente na vinicultura e suinicultura, para o que urge tomar medidas no sentido de fortalecer o movimento camponês no distrito.

Tornar a mensagem do Partido mais atractiva e divulgar as iniciativas dos comunistas foi uma outra tónica das intervenções que referiram a falta de planeamento e de iniciativas no recrutamento de novos militantes, nomeadamente nas células de empresa.

Assumindo o importante papel do centralismo democrático na vida partidária, alguns intervenientes consideraram que deve ser preocupação permanente o aprofun-

damento da democracia interna e o envolvimento dos militantes no trabalho do Partido.

As eleições autárquicas de 93 foram igualmente abordadas, salientando-se que deve ser melhorado o acompanhamento dos activistas e eleitos da CDU bem como devem ser definidos os objectivos para a batalha eleitoral que se aproxima. A reunião debateu ainda a situação internacional, com relevo para as consequências dos processos em curso nos países de Leste, e, aproveitando a coincidência da data com o aniversário do «Avante!», realçou o papel deste órgão ao longo da vida do PCP, bem como a necessidade do seu contínuo melhoramento e aumento da sua difusão.

Trabalhadores não podem pagar excessos eleitoralistas

Na sessão de encerramento do encontro de Quadros de Leiria, Carlos Carvalhas fez uma intervenção, salientando que «múltiplas e de vários sectores têm sido as lutas e as acções de protesto face a uma política anti-social, de limitação de direitos, garantias e regalias dos trabalhadores, de desresponsabilização do Estado em relação à saúde, à habitação social e ao ensino.

O Governo pretende que sejam os trabalhadores e as camadas médias a pagar os seus próprios excessos eleitoralistas, a não preparação da economia portuguesa para o mercado único de 1993, a reconstituição do poder económico e político dos grandes senhores do dinheiro.

Por isso, em vez do cumprimento da promessa de «desagravamento fiscal», o PSD prepara-se para aumentar brutalmente os impostos. Só de IRS, os contribuintes irão pagar mais de 211 milhões de contos, em relação ao Orçamento rectificativo de 91. No IVA, cerca de 4000 produtos passarão a ser tributados. Mas à sombra do Orçamento, o Governo quer ainda ficar com autorizações legislativas, para legislar em relação ao que chama «descongestionamento da Função Pública» e em relação ao novo código de avaliações referente à propriedade rústica e urbana!

Neste quadro é de sublinhar a dinâmica do PCP, no conjunto de propostas, orientações e sugestões: em todas as grandes questões nacionais, na denúncia sem vacilações perante as injustiças, as exclusões ou a falta de transparência de processos; no debate e aprofundamento dos problemas mais candentes da sociedade portuguesa, na actual conjuntura externa e interna; no apoio e organização da luta e da resistência nas mais diversas frentes sociais.

Continuamos a afirmar que as elevadas taxas de juro dos empréstimos estão a penalizar o sector produtivo e que as recentes indicações de «prime-rates», em vésperas de debate orçamental, só por si, não resolveram o problema.

Da mesma maneira, consideramos que a revalorização real e nominal do escudo tem criado acrescidos problemas ao sector empresarial exportador. Consideramos que esta revalorização não pode continuar por muito mais tempo. A estagnação das exportações, o défice da balança comercial, os graves problemas da construção civil e da habitação, a crise ou o futuro incerto que caracteriza várias áreas e empresas da Agricultura, da Indústria e Serviços, não são de molde a serem encaradas com mistificações ou meros paliativos».

Célula da CM do Seixal define objectivos de trabalho

A Célula do PCP da Câmara Municipal do Seixal, que conta actualmente com 323 membros, cerca de 36,6 por cento do total de trabalhadores daquela autarquia, realizou no passado domingo a sua 6ª Assembleia para fazer o balanço e traçar os objectivos da sua actividade futura.

A reunião, que decorreu sob o lema «Preparar o futuro», decidiu ainda um conjunto de iniciativas, destacando-se a organização de um almoço de aniversário do PCP e a realização da Festa da Praia, para além das habituais quermesses do Partido nas festas populares, a participa-

ção na Festa do «Avante!» e em iniciativas concelhias, distritais e nacionais. A preparação do 14º Congresso do PCP merece ainda particular atenção no plano de trabalho aprovado.

Nos objectivos gerais da Célula, saliente-se o lançamento de uma campanha de

recrutamento de novos militantes e a regularização de quotas em atraso, bem como a elevação do valor destas. A actividade deverá ser ainda dinamizada noutras frentes como a informação e propaganda, fundos, devendo ser assegurado o funcionamento regular dos núcleos, comissões e grupos de trabalho.

Governo mentiu — acusam os deficientes

«O Governo do PSD mentiu quando prometeu desbloquear 400 000 contos para próteses e ortóteses. Estávamos em Setembro de 1991, em vésperas de eleições, é claro», refere um comunicado da Organização dos Deficientes da Cidade de Lisboa do PCP.

«Estamos em Fevereiro de 1992 e os deficientes continuam à espera dessa verba. Medidas estão previstas, sim, mas para agravar a situação dos deficientes como é o caso da alteração da taxa de 8% para 16% de IVA nos aparelhos ortopédicos. Igualmente na proposta do PSD para o OE a única verba prevista são 225 000 contos para o Secretariado Nacional de Reabilitação, verba já em si ridícula e ainda mais porque dela terão de ser retirados 170 000 contos para gastos com o quadro de pessoal.

O Governo do PSD actua na ilegalidade — Faz 3 anos em 8 de Maio próximo que foi aprovada por unanimidade na AR a Lei 9/89 referente à obrigatoriedade de apoio do Estado às Associações de Deficientes, conforme a Constituição da República determina, e a lei ainda não foi regulamentada!

Isto possibilita que o PSD só pague os subsídios nos anos que lhe convém e que são, em geral, os anos de eleições...

O Governo do PSD apregou que gastaria milhões de contos em formação profissional. Mas nós perguntamos: onde está esse dinheiro? Como foi gasto? Quem beneficiou? O Instituto de Emprego e Formação Profissional nega os dados sobre o número de formandos além de que é patente a insuficiente qualidade dos cursos. E quantos deficientes conseguem encontrar emprego? O Instituto do Emprego acabou com o «emprego protegido». Porquê? Porque não dá lucro? O Governo diz no estrangeiro que há 20 centros de emprego protegido. Onde estão eles? Está à vista que essa afirmação é feita para que na CEE conste que Portugal cumpre o programa Hélios.

O Governo fez grande demagogia para justificar o voto contra o projecto de lei do PCP que propunha o aumento de comparticipação nos medicamentos para doentes crónicos. Um dos argumentos invocados é que já são dados medicamentos gratuitos aos hemofílicos e aos doentes renais.

Mas esta é só meia verdade: os medicamentos só são dados nos hospitais e uma embalagem de cada vez, o que obriga a grandes despesas com os transportes para não falar nas dificuldades de deslocação dos doentes.

O PCP condena esta política de penalização dos mais desfavorecidos cuja outra face são os privilégios cada vez maiores para os que têm já altíssimos rendimentos.

O PCP tem sido o Partido que mais tem lutado, e continuará a lutar, dentro e fora da AR em defesa das legítimas reivindicações dos deficientes portugueses», conclui o texto distribuído.

PCP contra o abate de árvores em Braga

Os acontecimentos do Parque da Ponte de S. João trazem consigo a marca de quem pouco se importa, quer com a natureza, quer com os sentimentos e aspirações da população que, normalmente, vive e convive neste espaço de lazer.

Fazem-se campanhas do Dia da Árvore, fala-se na defesa da natureza mas, de facto, não passam de palavras que escondem a negligência e o desinteresse daqueles que presidem aos destinos do Concelho.

Não fosse a oposição clara e frontal da população e dos amigos do Parque da Ponte de S. João, nem sequer saberíamos do corte das Tílias Seculares que cercavam a capela.

De quem é a responsabilidade deste acto: do Pároco, do Engenheiro, ou de quem pratica uma política sem fundamento e ao sabor do acontecimento, ou ainda de interesses estranhos ao povo de Braga?

A cidade de Braga vem sendo assaltada para ser transformada em fonte de riqueza rápida de alguns ou, muitas vezes, palco de experiências peregrinas de qualquer «grande» pensador e ordenador do espaço citadino, não respeitando nada nem ninguém.

Repare-se no frenetismo de construção — o Horto junto à Ponte de S. João já serve para construir, assim como outras partes características da cidade estão ameaçadas — em nome do qual tudo vale — até a queda de imóveis!

A cidade de Braga tem que ser respeitada! E com ela os interesses dos seus cidadãos.

É de realçar a acção dos amigos do Parque da Ponte de S. João e serve de exemplo para que outros atentados ao património citadino não voltem a repetir-se.

A Comissão Local do PCP das Freguesias da Cidade de Braga solidariza-se com a actuação em defesa do Parque da Ponte de S. João e condena a política camarária que permite que actos deste tipo sejam feitos ao sabor de interesses particulares e dúbios.

Defender o património da cidade de Braga está na vontade dos bracarenses!

Informação e poder que caminhos?

Um debate realizado no Porto, abordou a problemática da informação

«A informação é um negócio? Quem são os novos donos da informação? Há hoje mais pluralidade? Controlo democrático da informação, como? Convicções políticas, conteúdo de classe, objectividade, independência, como se relacionam e exprimem? Encerramentos de órgãos de imprensa, que significam? Quais as grandes linhas da manipulação informativa? E o Partido, qual a sua imagem, e que política de informação precisa de ter?»

Encontrar respostas para estas e outras questões relacionadas com o poder e a informação, debater um tema em que se reconhece haver a necessidade de ganhar tempo, foi o objectivo que reuniu militantes e simpatizantes do PCP, na passada sexta-feira à noite, na sede do Porto daquele partido, num debate que integra o Ciclo de Debates da DORP com vista à Assembleia da Organização, a realizar em Junho.

Araújo Moreira, membro da DORP e do Executivo do Sector Intelectual, introduziu o debate com um panorama sobre a situação da comunicação social. «A seguir ao 25 de Abril, a nacionalização da maioria da imprensa esteve ligada à profunda transformação da propriedade. Sendo os prin-

cipais jornais propriedade dos bancos, a nacionalização da banca acarretou a nacionalização da imprensa. Hoje, a privatização da comunicação social coincide com o desaparecimento de jornais», disse o jornalista.

A concentração dos meios de comunicação, a abertura da televisão a entidades privadas e a constituição de grandes grupos que abrangem imprensa, rádio e televisão, o desmantelamento das empresas, a manipulação aliada à concentração e o estrangulamento da informação mais democrática e de esquerda, foram outros aspectos focados por Araújo Moreira. O jornalista referiu um novo fenómeno, o das empresas específicas («que estão prósperas»), que cozinham imagens de empresas, de políticos, de tudo o que lhes é encomendado e constituem, muitas vezes, obstáculo à liberdade dos jornalistas na procura de informação.

Convidado para o debate, o jornalista Ruben de Carvalho, chefe de redacção do «Avante!» e membro do CC do PCP, falou da compreensível perplexidade que explica uma certa dificuldade do debate de ideias neste campo, para referir o «nosso profundo

atraso (nosso, dos marxistas e não particularmente dos comunistas portugueses)». «Há que analisar a razão pela qual as nossas ideias não passam e partir da investigação já existente para um estudo aprofundado». Neste campo, Ruben de Carvalho, depois de analisar o funcionamento e a implantação da comunicação social, ao tempo da imprensa, da rádio e, na actualidade, da televisão, perguntou-se, por exemplo: «donde vem a grande força dos padrões contra os quais nos batemos?».

Temos ido pouco à luta

«Temos sido pouco contundentes e ido pouco à luta», opinou Ruben de Carvalho e criticou, por outro lado, o actual fascínio da tecnologia em vez do fascínio pelo seu domínio que fez com que, enquanto na guerra do Vietname houvesse jornalistas atrás das câmaras, na guerra do Golfo, o que houve foi «câmara à frente de jornalistas».

O jornalista referiu, no entanto, que a situação em que temos que ir à luta é, talvez, «a mais complexa que revolucionários jamais enfrentaram».

No debate, muitas e diversificadas ideias vieram a

lume: «a opinião pública está a ser lesada porque não conhece os vários lados das questões», «ocultar é uma forma de mentir», «o enorme desequilíbrio existente e a necessidade do domínio da técnica e de influenciar quem a gere e utiliza», «a questão da informação enquanto mercadoria diferente das outras», «o tipo de estruturação dos jovens em função de um conhecimento tipo mosaico», «a questão da fantasia e da realidade», «o fracasso da comunicação como factor estruturante nos ex-países socialistas», «a necessidade de empregar uma linguagem que, além de correcta, seja atractiva», foram algumas das ideias levantadas.

A posse dos meios de comunicação, a credibilidade da informação, a informação como negócio, a capacidade de burguesia que, na sua informação veicula os seus próprios conceitos como se fossem conceitos universais, também foram questões abordadas e ainda sem soluções que só o estudo e o trabalho colectivo, teórico e prático, irão encontrando.

«A única coisa que há a fazer é não baixarmos os braços em relação a nada», disse Ruben de Carvalho que falou da dimensão revolucionária do «aguentar», como uma situação «jamais passiva», única conclusão possível de um debate que está no início.

Comunistas reúnem 4.ª Assembleia em Famalicão

Reunidos num salão da sua sede local, na passada sexta-feira meia centena de camaradas analisaram e aprovaram, num debate marcado pela vivacidade, participação e confiança, os documentos apresentados pela Comissão Concelhia cessante e elegeram a nova Comissão que dirigirá a actividade do Partido no concelho.

Num dos documentos aprovados, o relatório de actividade e prestação de contas, eram apresentados os resultados da acção do Partido no concelho, no período decorrido desde a anterior Assembleia, dando destaque, no plano da intervenção política, ao trabalho realizado na frente autárquica e nas batalhas eleitorais, às posições de denúncia e luta assumidas relativamente à grave crise económica e social na região e, em particular, à situação no sector têxtil pelo seu grande impacte económico e social no concelho. Tanto no relatório como nas intervenções havidas, foi dado importante relevo às questões orgânicas: não só a análise e o balanço crítico dos atrasos e deficiências, mas também a definição de importantes objectivos e linhas de trabalho para o futuro. No plano de objectivos e linhas de orientação futura aprovado, a nova comissão Concelhia assume, entre os vectores prioritários da sua acção, apoiar e estimular o funcionamento pleno dos organismos de base, designadamente as Comissões de Freguesia; aumentar a venda e leitura do «Avante!» e «Militante»; melhorar o trabalho de fundos, etc.

Convergência nos Açores

Os comunistas açorianos vão propor à UDP encontros visando a possibilidade de «convergência» nas eleições regionais de Outubro, anunciou na segunda-feira, em Ponta Delgada, o líder do PCP/Açores, José Decq Mota.

Em conferência de Imprensa, Decq Mota inscreveu a iniciativa na convicção do Partido de que importa impedir a bipolarização nas ilhas em torno do PSD e do PS.

Além de considerar que essa eventual bipolarização poderá fazer com que o PSD conserve o poder na região autónoma, o dirigente comunista salientou que o fenómeno «não só não serve como impede verdadeiramente uma mudança».

O PCP é da opinião que uma convergência alargada da oposição, conseguida no período pré-eleitoral, constituiria a «forma mais simples de derrotar o PSD», referiu José Decq Mota, ao admitir que essa possibilidade parece, porém, afastada.

Jornalistas comunistas recusam Ordem

A V Assembleia do Sector da Comunicação Social da ORL do PCP, reunida em Lisboa, analisou a situação na comunicação social e concluiu pela necessidade de lutar contra a degradação das condições de trabalho dos profissionais dos OCS.

A Assembleia considerou que a precarização do emprego é factor dessa degradação, é pôr em causa a liberdade de informação.

A Assembleia registou com preocupação a situação de muitos jovens que tiveram recentemente acesso à profissão, sem garantias de segurança no trabalho nem de progressão na carreira.

«A propriedade dos meios de comunicação social foi-se concentrando num grupo cada vez mais restrito de grupos económicos, geralmente com ligações ao estrangeiro», afirma a resolução aprovada por unanimidade.

Do balanço efectuado, concluiu-se que, como o PCP tem denunciado, a privatização do sector não se traduziu numa liberalização da sua actividade mas conduziu a um ambiente de coacção ideológica, degradação das condições de trabalho e limitações à liberdade de informação em muitos OCS.

Neste contexto, a Assembleia decidiu contribuir para o debate destas questões, abrindo-o à participação de profissionais não comunistas.

A Assembleia do Sector da Comunicação Social da ORL do PCP decidiu

«recusar a criação da Ordem dos Jornalistas ou de qualquer outra organização de tipo corporativo» e apelar à maior intervenção sindical dos comunistas e dos jornalistas em geral nos locais de trabalho, bem como **condenar a agressão policial a um jornalista do Correio da Manhã**, na sexta-feira, à porta do Ministério da Educação, manifestando-lhe a sua solidariedade.

A Assembleia tomou posição contra a introdução do IVA nos jornais e outras publicações e livros, que implicará aumentos de preços e consequente redução dos índices de leitura.

A Assembleia elegeu por unanimidade um novo Organismo de Direcção para o Sector, integrado por 12 elementos, dos quais seis jornalistas, dois técnicos administrativos, um operador de rádio, um técnico principal de teledifusão, um realizador de TV e um crítico.

A 5.ª Assembleia aprovou ainda uma saudação ao «Avante!» que transcrevemos:

«A 5.ª Assembleia do Sector da Comunicação Social, reunida em 15 de Fevereiro, data do 61.º aniversário do «Avante!», saúda calorosamente o jornal do Partido, símbolo da heróica luta nos anos do fascismo e órgão fundamental, nos nossos dias, no combate pela democracia avançada e pelo socialismo e exprimem aos camaradas que nele trabalham a sua fraterna solidariedade.»

CAMARADAS FALECIDOS

PAULO LENCASTRE

Faleceu no passado dia 21 de Janeiro, com 79 anos, Paulo Lima de Lencastre, médico cirurgião aposentado do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Estremoz, onde exerceu durante 35 anos a sua actividade profissional.

Antes da licenciatura em medicina, tirou o curso comercial da Escola Comercial Veiga Beirão, depois o curso de contabilidade do Instituto Comercial de Lisboa, simultaneamente com o curso dos liceus. Já como amanuense no Instituto Comercial, tirou o curso de medicina. Entretanto faz parte da direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências e, no decorrer de uma manifestação estudantil antifascista, é preso pela PIDE. Na faculdade de medicina integra a direcção da Associação de Estudantes e é eleito presidente da sua Assembleia Geral. Ainda enquanto estudante colabora no Jornal democrático «A Barricada», órgão dos «Grupos de Defesa Académica». Já médico entra para MUD.

Em Março de 1974 é eleito, em plenário, membro da Comissão Administrativa da

Câmara de Estremoz e logo a seguir, em Maio do mesmo ano, em plenário do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz é eleito para a Comissão de Gestão deste estabelecimento.

Foi candidato pelo MDP/CDE à Assembleia Constituinte e mais tarde como independente nas listas do PCP a deputado pelo distrito de Évora. Militante comunista há muitos anos, pertencia no sector da Saúde à célula dos «Médicos pela Paz».

ERNESTO GODINHO

Faleceu no passado dia 13, Ernesto Guerreiro Godinho, membro da Comissão de Freguesia do Cercal do Alentejo. Este camarada, que contava 68 anos, foi em anteriores mandatos eleito da Junta e da Assembleia de Freguesia do Cercal.

JOÃO BATISTA

Faleceu em Dezembro último, após prolongada doença, João Cabrita Batista, militante antigo do Partido preso pela PIDE em 1952. Depois do 25 de Abril foi membro da União de Sindicatos de Faro e era actualmente membro da direcção do núcleo de reformados de Silves e da Comissão de Freguesia desta.

ISABEL TIAGO

Faleceu com 63 anos, vítima de doença incurável, no passado dia 14, no Instituto de Oncologia de Lisboa, Isabel Maria de Jesus Tiago, professora, natural de Sines e residente em Linda-a-Velha. Ligada ao Partido desde os anos 50, foi forçada a entrar na clandestinidade, e trabalhou nas rádios da Checoslováquia e da ex-URSS, nas emissões em língua portuguesa. Após o 25 de Abril, volta em 1976 ao ensino oficial. Foi professora do ensino secundário em Macau até meados de 1991, ano em que regressou ao continente.

MANUEL OLIVEIRA

Faleceu em Espinho, no passado dia 9, com 78 anos de idade, Manuel Rodrigues de Oliveira, conhecido por Ti Rodrigues. Barbeiro de profissão e fotógrafo por devoção, era colaborador da secção desportiva do Jornal de Notícias e da imprensa local. Democrata de longa data, entrou para o Partido em 1974 e fez parte da Comissão de Freguesia de Espinho do PCP.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

SANEAMENTO BÁSICO EM ALMARGEM DO BISPO

O problema do abastecimento de água à Freguesia de Almargem do Bispo há muito que é levantado pelos vereadores do PCP na CM de Sintra. Contudo só agora, com a luta das populações de Covas de Ferro e Dona Maria, o processo foi desbloqueado, estando neste momento aprovado o projecto e lançado o concurso para a primeira fase da conduta adutora de Rio Sapos - D. Maria.

Entretanto, no decorrer de um Encontro do PCP, realizado no passado sábado, colocou-se o problema do saneamento, já que com a distribuição de água aos domicílios o consumo decuplicará, o que irá aumentar a poluição das linhas de água e dos lençóis aquíferos, provocada pelo facto de os esgotos correrem a céu aberto. Por isso o Encontro concluiu ser necessário que, «em simultâneo às redes de água, sejam construídos esgotos nas diversas localidades, bem como estações de águas residuais». Os vereadores da CDU comprometeram-se a só votarem favoravelmente os orçamentos da Câmara e dos SMAS desde que as verbas necessárias para a realização da obra sejam inscritas no documento por forma a estarem concluídas durante o ano de 1994.

Refira-se que a mesa do Encontro era constituída por João Amaral, deputado do PCP, António Cordeiro, do CC do PCP, Jorge Monteiro, da CEN do PCP, Albano Jorge e Jacinto Domingos, do Executivo da Comissão Concelhia de Sintra do PCP, António Flamino, secretário da Junta de Freguesia de Almargem do Bispo, e Feliciano Loureiro, vereador da CM de Sintra.

PCP APOIA GREVE

A DORL do PCP apoiou a greve efectuada na terça-feira pelos trabalhadores da Função Pública. Em nota distribuída à imprensa, esta direcção regional sublinha a importância da acção «num quadro em que o Governo de Cavaco Silva tudo faz para torpedear o direito à negociação colectiva e para pressionar os trabalhadores a aceitarem a política de contenção salarial».

Por outro lado, a DORL condena o «consentimento anunciado publicamente pela UGT para acordar aumentos salariais inferiores ao brutal aumento dos impostos e dos preços» o que significa o aval desta ao plano do Governo de conter os salários.

TUDOR

A célula do PCP da TUDOR apreciou recentemente o processo de luta em curso na empresa, considerando indispensável que sejam retomadas as negociações do caderno reivindicativo apresentado pelos trabalhadores, interrompidas pela administração da empresa. Os comunistas condenam e exigem o encerramento da «bolsa» de «inactividade» existente na TUDOR, que apenas visa exercer pressões psicológicas e fazer chantagem sobre os trabalhadores da empresa.

CORUCHE

Reunida recentemente para analisar a situação política e social, a Comissão Concelhia de Coruche do PCP alerta a população para as graves consequências da suspensão da aplicação das normas de cálculo, que estabelecem as verbas a transferir para as autarquias. No caso de Coruche, o município verá o seu orçamento reduzido em 262 mil contos, num total previsto de 928 mil contos. A Comissão Concelhia reitera o apelo «a todos os eleitos autárquicos para que se unam contra este atentado ao Poder Local democrático, ao qual se deve a transformação qualitativa do país e do concelho». Este organismo do PCP analisou ainda as consequências do esvaziamento da Barragem do Maranhão e responsabiliza a Associação de

Regantes do Vale do Sorraia pela «forma aligeirada como dirigiu este processo, nomeadamente iniciando obras com algum secretismo, sem qualquer estudo prévio sobre o impacto ambiental». Por outro lado, acrescenta, também «o Governo não está isento de responsabilidades pois autorizou a realização das obras».

DESPEDIMENTOS EM LOURES

Desde Julho passado, já saíram mais de 300 trabalhadores da COMETNA, denuncia a Comissão Concelhia de Loures que aponta idênticas situações na VOLVO, HELIACO e VECOFABRIL. Nas empresas como a SAAL, UCAL, onde também os salários estão em atraso, FAPAJAL e DISCER vive-se o drama da ameaça do encerramento e despedimento de centenas de trabalhadores. Esta Comissão Concelhia repudiou ainda a redução em 900 mil contos das verbas a transferir pelo FEF para a CM de Loures. A propósito de recentes afirmações de responsáveis do PSD no concelho, sobre o pagamento pela Câmara de publicidade inserida na revista da Festa do «Avante!», o PCP salienta que tais declarações «se coadunam perfeitamente com o comportamento irresponsável e provocatório que desde há muito tal partido tem assumido nos órgãos autárquicos do concelho».

C. BRANCO

Cerca de duas dezenas de quadros comunistas de Castelo Branco debateram recentemente questões de organização, num encontro que se inseriu na preparação da 4ª Assembleia Concelhia, marcada para o próximo dia 7 de Março. A reunião decidiu ainda um conjunto de iniciativas a levar a cabo no primeiro trimestre, em que se destaca a visita de um deputado à região, um plenário de militantes das empresas, a realizar amanhã, um almoço convívio dedicado ao 61º aniversário do «Avante!», no dia 23, com a presença de António Dias Lourenço, do CC do PCP.

JUVENTUDE

JCP propõe amplo debate nacional sobre o acesso ao superior

Os jovens comunistas apoiam o prosseguimento das lutas estudantis e defendem a anulação da PGA e o fim do *numerus clausus*

A Juventude Comunista Portuguesa, por intermédio dos seus deputados no Grupo do PCP, voltou a apresentar na AR um projecto de lei que visa extinguir a PGA e criar um novo regime de acesso que elimine o *numerus clausus* no ensino superior público até 1995. Para já, a JCP considera que deve ser anulada a prova geral de acesso e que deve ter lugar um amplo debate nacional sobre o regime de entrada nas universidades «com a participação empenhada dos estudantes».

Estas posições foram dadas a conhecer na passada sexta-feira, numa conferência de imprensa em que ainda se falou de outras matérias actuais tratadas na reunião do Secretariado da JCP realizada na véspera.

Os jovens comunistas realçam «o enorme significado» das acções dos estudantes do secundário levadas a cabo em vários pontos do País e que confirmam a exigência de «um sistema de acesso mais justo e capaz de satisfazer o direito dos jovens de entrar no ensino superior». Em Portugal, referiram, apenas 14,5 por cento dos jovens dos 18 aos 25 anos frequentam o ensino superior, taxa que é a mais baixa da Europa.

O Secretariado da Direcção Nacional da JCP afirma que «só a falta de vontade política do Governo PSD não permitiu ainda que se acabe com este injusto sistema de acesso», tal como «só a arrogância e a falta de diálogo do Governo PSD, encobrindo os propósitos da sua política, é que não permitiram ainda ouvir as justas exigências dos estudantes».

Reafirmando o empenho dos jovens comunistas no desenvolvimento de acções de luta por um acesso mais justo ao ensino superior, a JCP sublinha que «somente a continuação da luta estudantil permitirá que haja uma resposta» para as exigências dos estudantes.

Numa nota de imprensa divulgada ainda no dia 14, ao fim da tarde, a JCP protestava por o Governo, em vez de ouvir os estudantes que se manifestaram mais uma vez frente ao Ministério da Educação, ter utilizado a polícia para os intimidar.

A solidariedade para com as acções de protesto dos estudantes do secundário contra a PGA foi também manifestada pelo organismo de direcção dos Professores de Coimbra do PCP, numa nota enviada domingo à comunicação social.

Na conferência de imprensa de dia 14 - em que participaram Manuel Coelho, Amélia Pardal e Pedro Tavares, do



Secretariado da Direcção Nacional da JCP, e António Filipe, deputado e membro do Executivo da DN - foram fortemente contestadas as razões invocadas pelo ministro da Educação ao anunciar os aumentos das propinas no ensino superior público. Para a JCP, Diamantino Durão tentou encontrar «pretextos para escamotear as responsabilidades que em primeira instância cabem ao Estado». Os jovens comunistas classificam de «inaceitável» a concepção do ministro, que «reduz a educação a mais uma despesa que o Estado não pode suportar, a um privilégio individual, quando deveria ser considerada um investimento social e representar um factor decisivo de desenvolvimento».

Também nesta causa a JCP exprime o seu apoio aos estudantes que se têm manifestado e considera que «só o prosseguimento da luta estudantil poderá impedir o pretendido brutal aumento de propinas».

A análise do Orçamento de Estado leva o Secretariado da DN da JCP a desmentir a afirmação, feita pelo Governo, de que a Educação seria a prioridade das prioridades: há um acréscimo de apenas 10,59 por cento nas verbas para o Ministério da 5 de Outubro, pelo que «a situação de atraso estrutural, de carência de instalações e de equipamentos, de estrangulamento financeiro e de degradação da acção social escolar e de falta de condições para a prática do desporto escolar em Portugal manter-

se-á no essencial, podendo vir a agravar-se em aspectos essenciais».

A par da redução das verbas do PIDDAC para o ensino oficial (menos 30,39 por cento para o ensino não superior!), a JCP regista o aumento do peso do ensino privado, que passa de 11 para 18 milhões de contos (um aumento de 55,6 por cento!). Os jovens comunistas criticam ainda o corte de verbas (5,15%) na acção social escolar para o ensino não superior; quanto ao superior, a proposta orçamental «em nada altera os níveis de insuficiência gritante em que se encontra o apoio social aos estudantes» - afirma a JCP.

No que respeita à «área da juventude», o Orçamento mostra, no entender dos jovens comunistas, que «a chamada política global e integrada de juventude não passa de um slogan cada vez mais fora de moda». Exemplificando com a redução da verba orçamental para apoio ao associativismo juvenil, a JCP afirma que «o Governo prefere, cada vez mais, controlar a iniciativa dos jovens, através do Instituto da Juventude, a apoiar a realização de actividades por parte dos próprios jovens». Face à prevista redução de verbas, a JCP apela às associações juvenis que exijam do Governo os meios necessários à sua independência.

Amadora

A organização concelhia da Amadora da JCP, cujo plenário reuniu no passado sábado, decidiu saudar o movimento estudantil na luta contra a PGA, contra o aumento das propinas, contra a degradação do ensino público e pela segurança nas escolas. Foi repudiada a acção do Governo, que faz orelhas moucas ou manda as forças policiais reprimir os estudantes, como no dia 14 frente ao ME.

Os jovens comunistas da Amadora congratularam-se com a eleição de listas unitárias para as direcções associativas em escolas do concelho, denunciaram a política do Governo para a Educação (com expressão concreta na proposta de Orçamento para 1992) e manifestaram a sua solidariedade para com as lutas dos trabalhadores.

No plenário foi aprovada uma moção de solidariedade para com o povo maubere. A JCP da Amadora aprovou ainda um plano de acções para os próximos meses, onde inclui uma iniciativa de solidariedade com Cuba.

Braga

Numa nota à imprensa, a organização do ensino secundário de Braga da JCP recorda que desde sempre esteve contra a Prova Geral de Acesso e sublinha que «é necessário que os estudantes exijam e lutem pelo fim da PGA e do *numerus clausus*». Na nota, a JCP de Braga manifesta o seu inteiro apoio à greve

convocada para dia 19 (ontem), apelando à adesão de todos os colegas.

Covilhã

Reunidas na Covilhã para analisar a situação actual da juventude, as direcções locais da JCP e da JS divulgaram segunda-feira uma nota manifestando a sua solidariedade para com os alunos e exortando ao desenvolvimento de acções que visem acabar com a PGA, prova que os jovens comunistas e socialistas consideram «inadequada, elitista e selectiva» em desfavor dos alunos de menores recursos.

A JCP e a JS da Covilhã decidiram ainda «denunciar alguns dos aspectos gravosos da política do Governo PSD» para a juventude, em particular no que refere ao Orçamento de Estado; as duas organizações juvenis exigem «a alteração urgente do PIDDAC, para que diminuam as assimetrias regionais, garantindo deste modo o futuro da juventude no interior». O possível aumento das propinas foi considerado uma «medida bastante gravosa», que iria agravar a elitização sem melhorar a qualidade do ensino.

Lisboa

No próximo sábado, a partir das 15 horas, realiza-se no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, um plenário distrital de trabalhadores e trabalhadores-estudantes da JCP. Além da caracterização da situação, dos problemas e das aspirações destas camadas, pretende-se ainda encontrar e propor soluções.

Ensino em turbulência

A abolição da PGA, a falta de segurança e o aumento das propinas foram razões para estudantes de todo o país saírem à rua.

Em Lisboa duas manifestações contra a Prova Geral de Acesso (PGA) à universidade em frente ao Ministério da Educação juntaram estudantes das escolas secundárias de toda a cidade. A de sexta-feira passada acabaria por degenerar em confrontos com a polícia, depois de os estudantes terem decidido interromper o trânsito na Avenida Cinco de Outubro.

Os promotores desta manifestação defenderam a extinção do «*numerus clausus*» num prazo máximo de quatro anos e fizeram críticas ao Ministério por ter decidido aumentar as propinas e não ter mostrado vontade de resolver problemas como a falta de segurança e a degradação das escolas.

Anteriormente, alunos, professores e funcionários da Escola Secundária de Linda-a-Velha, nos arredores da capital, resolveram cortar a auto-estrada Lisboa-Cascais em protesto pela falta de segurança no estabelecimento de ensino, e também aqui as autoridades intervieram para dispersar o manifestantes.

A falta de funcionários de limpeza foi o motivo para os alunos e professores da Escola Secundária n.º 2 do Seixal terem na segunda-feira passada bloqueado a estrada em frente àquele estabelecimento de ensino. A falta de funcionários leva a que pelo

menos duas vezes por semana sejam fechados vários pavilhões daquela escola, para limpezas, obrigando à suspensão das aulas.

De entre as diversas manifestações de protesto contra a forma e conteúdo da PGA e contra este processo de entrada na universidade, destacaram-se as realizadas em Coimbra e no Porto, a juntar muitas centenas de estudantes.

Os alunos queixam-se da ambiguidade e confusão que o questionário deste ano possui, e que se manteve na prova da segunda chamada.

O júri da prova, depois de na semana passada ter desmentido várias vezes a ambiguidade de algumas questões da PGA, acabou agora por reconhecer que duas das questões da secção de analogias verbais - a mais criticada por alunos e docentes - tin-

ham um «índice de validade diminuto» prometendo fazer uma avaliação adequada das respostas dadas pelos alunos.

Em Esposende, na terça-feira passada, estudantes do ensino secundário bloquearam a Estrada Nacional número 10, entre o Porto e Viana do Castelo e na escola secundária local não houve aulas devido a uma greve de professores e alunos.

Ensino Especial

Proprietários, pais, professores e sindicatos dos estabelecimentos privados do Ensino Especial manifestaram-se na sexta-feira passada frente à residência do primeiro-ministro pretendendo ser ouvidos acerca da fixação dos montantes das mensalidades para os colégios privados deste tipo de ensino, de modo a que sejam suficientes

para cobrir os custos e satisfazer as obrigações salariais dos estabelecimentos.

Muitas destas escolas, privadas, dizem viver uma situação à beira da ruptura já que os custos do ensino para deficientes são elevados e as receitas, tabeladas pelo Estado, não chegam; o custo médio de um aluno é de cerca de 65 contos e as propinas mensais são de 43 mil 780 escudos.

«Esta situação decorre da incapacidade do Estado para absorver no Ensino Oficial este conjunto de alunos, recorrendo assim à requisição destes estabelecimentos de Ensino particular», diz um comunicado distribuído aos jornalistas por esta comissão de representantes daquelas escolas.



As fotos documentam duas manifestações de estudantes e respectivas intervenções policiais. A primeira, na sexta-feira passada, contra a PGA, realizou-se em Lisboa frente ao Ministério da Educação. A segunda imagem mostra a altura em que a GNR começou a dispersar os manifestantes de Linda-a-Velha.

CEE coopera com Indonésia

Na sequência da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia à Comunidade Europeia, a Comissão Europeia decidiu retomar a cooperação entre a CEE e a Indonésia por, segundo afirmação do Comissário Europeu Abel Matutes, o inquérito ao massacre de Díli ter «clarificado a posição e as responsabilidades do governo indonésio» neste assunto.

Aquele comissário responsável pela cooperação entre a Comunidade e os países do Sudoeste Asiático foi duramente criticado pelos deputados europeus portu-

gueses que formam a Comissão Organizadora do Inter-Grupo Timor-Leste, que em comunicado acusam a Comissão Europeia de se ter recusado a rever a cooperação com a Indonésia «em manifesto desrespeito pela orientações definidas pelo Conselho de Ministros e pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Doze», dizendo mais adiante que esta é «uma atitude desrespeitadora do Direito Internacional e abertamente pactuante com a violação reiterada e continuada dos Direitos do Homem no território» de Timor.

Os eurodeputados pediram

ao Conselho de Ministros e à presidência portuguesa da Comunidade para assumirem «imediatamente uma atitude clara compatível com a autoridade do Conselho na matéria».

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinhei-

ro, considerou de «exageradas» as críticas às declarações do Comissário Matutes dizendo que a decisão da Comissão «está de acordo com os interesses portugueses» porque não há «outro tipo de cooperação» em relação há que existia antes do massacre de Díli.



Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

As declarações do Comissário Europeu Abel Matutes

1. Em resposta a perguntas de deputados no plenário do Parlamento Europeu, o comissário Abel Matutes afirmou que a Comissão da CE decidira retomar a cooperação com a Indonésia nas condições em que esta se realizava antes do massacre de 12 de Novembro de 1991, em Timor-Leste.

2. Esta afirmação, aliás acompanhada de outras que manifestam uma atitude de total desrespeito pelas posições quer do PE, de 21 de Novembro de 1991, quer do Conselho de Ministros, de 3 de Dezembro de 1991, não pode deixar de ser denunciada com a maior veemência pelo PCP.

3. Sem prejuízo de se considerar que o problema de Timor-Leste não se circunscreve à grave violação dos direitos humanos, com expressão brutal nos acontecimentos de 12 de Novembro, mas sim que se trata de um caso de violação do direito internacional e de impedimento do exercício do direito à autodeterminação e independência do Povo Maubere, não pode a Comissão dar-se por satisfeita com inquérito doméstico e operações diplomáticas de branqueamento, quando o PE exige, entre outras acções, «um inquérito completo, imparcial e sob a supervisão internacional» e o Conselho exige «medidas legais rigorosas contra os que tivessem tido responsabilidades nos acontecimentos».

4. O PCP chama a atenção para a gravidade deste desrespeito pelo equilíbrio institucional a preservar pelas ins-

tâncias comunitárias, arrogando-se a Comissão — ou um seu comissário — o poder de decidir em questão de tal gravidade.

5. Grande responsabilidade cabe ao Governo português, Presidente em exercício do Conselho de Ministros da CE, exigindo a lhe que intervenha para que as decisões e os mandatos do Conselho a que preside não sejam desrespeitados ou não cumpridos pela Comissão.

6. No que respeita ao Parlamento Europeu, o PCP, pelos seus deputados que integram o Grupo Coligação de Esquerda, confrontará a Comissão com as resoluções do plenário exigindo o seu inteiro respeito.

7. Nesse sentido, os deputados comunistas portugueses no PE utilizando as figuras regimentais adequadas, exigirão cabais esclarecimentos ao comissário Matutes, reiteram a sua participação na organização do Inter-Grupo Timor-Leste, de que têm neste mês a coordenação, e interpelarão o Conselho e a Comissão sobre esta questão, em todas as oportunidades, no plenário, nas comissões especializadas, nas delegações, nomeadamente na delegação com a ASEAN, em que se integra a Indonésia, e onde se discute a cooperação deste país com a CEE.

14.02.92

«Paz em Timor»

Depoimento do Gabinete de Imprensa do PCP à agência Lusa a propósito da iniciativa «Paz em Timor».

O PCP entende que o desenvolvimento das formas de solidariedade com o povo maubere é uma persistente denúncia da cooperação que não podem beneficiar de acções e iniciativas de tipo muito diversificado, incluindo as de carácter mais singular ou espectacular.

Os objectivos apresentados pelos seus promotores para a missão «Paz em Timor» merecem apoio e simpatia. Entretanto, é de desejar que a promoção e o curso desta iniciativa sejam conformes com os critérios de sentido de responsabilidade, de oportunidade, de ponderação de efeitos e consequências, de necessidade de conjugação e de esforços, de atenção às opiniões da resistência timorense que indispensavelmente têm que estar presentes nas acções e iniciativas de solidariedade com a luta do povo de Timor-Leste pela autodeterminação e a independência.

13.2.92

O Gabinete de Imprensa do PCP

O Gabinete de Imprensa do PCP

COMUNIDADE EUROPEIA

Democracia e desenvolvimento Binómio em debate na Assembleia ACP-CEE

Fim do bloqueio a Cuba pedido por Joaquim Miranda

A 14ª Assembleia Paritária ACP-CEE, a decorrer desde a passada segunda-feira em São Domingos, na República Dominicana, tem como tema central dos debates as relações existentes entre democracia e desenvolvimento, dívida externa, pobreza e desarmamento.

Durante os trabalhos - que amanhã terminam -, 69 deputados dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e 69 dos Estados membros da CEE, procura am dar resposta a os principais problemas que obstam ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo: o agravamento da pobreza, o aumento da dívida externa e dos serviços da dívida, as transferências de capitais do Sul para o Norte.

Uma problemática a que não faltaram críticas à maioria dos países industrializados e desenvolvidos, que destinam à cooperação e ao desenvolvimento menos de 0,15 por cento do seu Produto Nacional Bruto (PNB) - mínimo considerado aceitável pela Organização das Nações Unidas para um combate sério e eficaz ao sub-desenvolvimento, à miséria e à fome.

O eurodeputado comunista, Joaquim Miranda, presente na Assembleia, foi um dos participantes a abordar aquela questão, apresentando uma proposta de resolução onde se recorda que os últimos relatórios das organizações internacionais «confirmam o agravamento da pobreza no Terceiro Mundo» e apelando à Comunidade para que «elimine urgentemente a dívida dos países ACP para com ela».

Na sua proposta, o eurodeputado convida «os países comunitários e os do futuro Espaço Económico Europeu (EEE) a, numa primeira fase, destinarem 0,15 por cento do

seu PNB para a cooperação e o desenvolvimento dos países ACP e rapidamente aumentarem essa percentagem», e solicita à Comissão Europeia que estude o aumento da ajuda técnica, administrativa, ao ensino e à formação profissional dos países ACP, de molde a garantir que os programas de desenvolvimento a longo prazo tenham possibilidades de serem cumpridos e de absorverem os fundos destinados a esse fim.

Lamentando, por outro lado, que «uma parte importante do PNB dos países ACP continue a ser gasta inutilmente em armamento», Joaquim Miranda apela na sua proposta à comunidade internacional e aos países membros da ACP-CEE para que «apoiem todas as iniciativas que favoreçam o desarmamento nuclear, nuclear estratégico, convencional químico e o fim dos ensaios nucleares e que destinem as colossais verbas poupadas com a redução das despesas militares à solidariedade, à cooperação e ao desenvolvimento, no combate ao atraso, à miséria e à fome, à defesa do meio-ambiente».

Apoio a Cuba

Das várias propostas de resolução apresentadas por Joaquim Miranda, em nome do Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, à Assembleia Paritária ACP-CEE, salienta-se a respeitante às «graves consequências provocadas à população cubana pelo bloqueio a Cuba».

Após recordar que o bloqueio político e económico a Cuba por parte dos EUA dura há mais de 30 anos e que do território dos EUA têm partido indivíduos «ali treinados e armados para actos de sabotagem e terrorismo em Cuba», o eurodeputado salienta na sua proposta que «o embargo mantido contra Cuba viola os direitos fundamentais da população cubana». Como se faz notar no texto, o embargo «não respeita a obrigação que incumbe aos Estados de proteger as populações civis de acordo com as normas do direito internacional, dos direitos do Homem e do direito humanitário e não favorece um clima de diálogo e de vivência democrática».

Acresce, por outro lado, que a Comunidade não assegurou, como lhe competia, as obrigações contratuais da ex-RDA em relação a Cuba, provocando designadamente a carência do leite em pó destinado às crianças e aos hospitais.

Todas estas razões, a que importa juntar a disposição manifestada por Cuba de integrar a Organização dos Estados Americanos (OEA),

levaram o deputado Joaquim Miranda a apelar à comunidade internacional para que termine o bloqueio económico e político a Cuba, e a exortar a Comissão da CEE a anular a suspensão da missão a Cuba que deveria estudar as possibilidades de cooperação entre a CEE e aquele país.

Na sua proposta, o eurodeputado comunista pede ainda à Comissão para que inclua Cuba na lista dos países susceptíveis de receberem ajudas alimentares, e apela aos EUA para que impeça o uso do seu território como plataforma de actuação para actos de sabotagem e terrorismo e termine com as ingerências nos assuntos cubanos.

Regiões fronteiriças

Parlamento Europeu pronunciou-se a favor de um «programa de urgência» da Comunidade que permita fazer face aos problemas resultantes da abertura das fronteiras em 1993, entre os quais avulta a possível eliminação de 70 000 postos de trabalho. A resolução, da iniciativa, entre outros, do grupo Coligação de Esquerda, pede «ajudas significativas» para a reconversão dos trabalhadores afectados; «ajudas específicas à criação de empresas e a indemnizações para as perdas de postos de trabalho»; ajudas à «reconversão das empresas transitórias» e ajudas «à reconversão dos centros afectados».

PE não condena Israel

Uma proposta de resolução exigindo a libertação dos prisioneiros palestinianos e condenando Israel pela sua política de implantação de colonatos nos territórios árabes ocupados, não foi aceite para debate na última sessão do PE, a semana passada. A proposta, da iniciativa do grupo Coligação de Esquerda, lembrava que existem actualmente mais de 20 000 prisioneiros «administrativos» palestinianos, detidos sem julgamento e sem condenação, 30 por cento dos quais são crianças e adolescentes com menos de 18 anos.

Espécies em extinção

O distrito de Santarém está em vias de perder uma série de espécies zoológicas e botânicas raras nele existentes. A denúncia tem vindo a ser feita por diversas associações de ecologistas e chegou agora ao Conselho e à Comissão das Comunidades por iniciativa do deputado comunista Sérgio Ribeiro. Tudo parece ter começado há quatro anos, na ribeira de Caxarias, com a «limpeza» da protecção natural para desentupir valas de regadio, de que resultou a exposição a enxurradas e a erosão dos solos; seguiu-se, mais recentemente, a «limpeza» da ribeira do Olival, que destruiu cinco quilómetros de choupos e ameixos e pôs em perigo a sobrevivência de lontras e lampreias dos riachos existentes na ribeira. Temem os ecologistas que também a ribeira de Seiça venha a ser alvo - a par com o despejo de lixos e resíduos industriais - de tais acções de limpeza, provocando a extinção das espécies raras que existem nesta rede hidrográfica, sem qualquer benefício para os agricultores. Como pergunta Sérgio Ribeiro às instâncias dos Doze, será que «nada mais resta do que esperar que tais atentados ao ambiente e à defesa de espécies raras se consumam, sem que as entidades comunitárias algo possam fazer?».

Doze em Lisboa esquecem Timor

A criação de um Centro Internacional para a Ciência e Tecnologia, situado em Moscovo, destinado a impedir a fuga de cérebros nucleares para o Terceiro Mundo, foi a principal decisão da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze realizada no início da semana em Lisboa.

O encontro, efectuado no âmbito da Cooperação Política Europeia (CPE), ficou igualmente assinalado

pelo total silêncio em relação a Timor-Leste, matéria que a presidência portuguesa entendeu por bem não incluir na agenda de trabalhos.

Para além da iniciativa respeitante a Moscovo, apresentada pela Alemanha (e previamente acordada com os EUA e a Rússia), os ministros dos Doze ainda tiveram tempo para analisar as situações na Sérvia, Macedónia, Magreb, Médio Oriente, China, Zaire, Haiti, Albânia, Irlanda

do Norte e esboçar uma proposta de reformulação da ONU. Tudo, menos Timor.

Desdobrando-se em declarações de louvor à presidência portuguesa, como mandam as regras de convivência comunitária, o ministro alemão Hans-Dietrich Genscher deixou claro uma vez mais quem domina a iniciativa comum. Chegou a Lisboa com um texto resultante de um acordo germano-americano-russo e a ameaça do perigo da fuga dos «cérebros

nucleares» da antiga URSS. Para ajudar à rápida aprovação do mesmo não faltaram números preocupantes: 1,5 milhões de pessoas a trabalhar no complexo militar da ex-URSS, das quais 900 mil exclusivamente em armamento nuclear; e entre 4 a 5 mil cientistas a trabalhar para fins militares.

Embora o «centro de emprego» agora criado possa não abranger toda a gente, há a registar o facto de os EUA estarem dispostos a partici-

par com 25 milhões de dólares para a sua «reconversão», enquanto a Comunidade Europeia disponibiliza para o mesmo fim parte dos 50 milhões de ecus programados para a «assistência técnica» à Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Para além deste aspecto, os Doze manifestaram as suas preocupações com os atentados aos direitos humanos em vários pontos do globo. Exceptuando Timor, claro:

Pacote Delors II pode ser adiado

Os países ricos da Comunidade, e em particular os seus contribuintes líquidos - Alemanha, Inglaterra e França -, estão interessados em adiar até ao fim do ano o acordo sobre as propostas financeiras apresentadas a semana passada no Parlamento Europeu pelo presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors.

O primeiro sinal de tal intenção foi dado no passado fim-de-semana, mas curiosamente não partiu de nenhum dos «grandes» da Comunidade e sim da Bélgica, através do seu primeiro-ministro, Wilfried Martens.

Falando no final de um encontro de chefes de Govern-

no democratas-cristãos, Martens defendeu que o debate sobre as referidas propostas, conhecidas como «Pacote Delors II», «deve prosseguir durante o segundo semestre do ano», de forma a permitir um acordo «equilibrado» que tenha em conta as necessidades dos países menos desenvolvidos, mas também os interesses dos países mais ricos da Comunidade.

Se se tiver presente que a presidência comunitária estará a cargo, no segundo semestre do ano em curso, da Inglaterra, compreende-se como o adiamento poderá ser útil para deixar a negociação do acordo nas mãos de quem menos interessado está em

promovê-lo. O interesse da Bélgica neste processo não está claro, mas não deixa de ser significativo o facto de o chanceler alemão Helmut Kohl ter participado na reunião de Bruxelas e de os participantes terem decidido aceitar a proposta dos conservadores britânicos (que têm a maioria dos lugares do grupo dos democratas-cristãos no Parlamento Europeu) para a criação de uma «estrutura comum» com o grupo do Partido Popular Europeu.

Resta agora saber até que ponto as pressões para o adiamento do «Pacote Delors II» podem vir a ser bem sucedidas e, nesse caso, quais as suas implicações.

De lembrar, a propósito, os alertas feitos pelo eurodeputado comunista Joaquim Miranda da Silva, aquando do debate sobre a apresentação do Programa de Actividade da Comissão, a semana passada, no PE. Sublinhando a necessidade de evitar ou minorar as consequências negativas da concretização do mercado interno e das decisões de Maastricht, o deputado insistiu na urgência de «dar sentido prático à Carta Social e, em geral, aos aspectos sociais, com vista a superar-se o défice social existente» que, na ausência de medidas, tendem a crescer.

No respeitante à concretização do futuro quadro finan-

ceiro, Joaquim Miranda defendeu, ao nível das receitas, «o reforço sensível dos recursos próprios com a devida atenção à riqueza relativa e à capacidade contributiva dos Estados membros» e, ao nível das despesas, «a introdução de alterações substanciais» para uma «efectiva implementação da coesão económica e social».

Neste sentido, considerou «não só desejável como possível» uma nova «duplicação dos fundos estruturais até 1997», bem como uma «maior flexibilidade na aplicação destes recursos, alargando o leque dos objectivos a abranger, uma maior con-

centração nas regiões de menor desenvolvimento e nos sectores mais fragilizados e mais adequadas participações comunitárias para outros objectivos considerados prioritários».

Como fez notar ainda o deputado do PCP, a consideração de um novo quadro financeiro já no próximo ano exige «a sua rápida adopção», por forma a ser contemplado no «anteprojecto de orçamento de 1993», o que torna «indispensável a realização de um Conselho Europeu extraordinário».

Ora é justamente isto que a proposta belga vem pôr em causa.

África do Sul Maioria aposta no ANC

O ANC e o seu dirigente, Nelson Mandela, parecem afirmar-se no cenário político sul-africano, na preferência, em termos globais, dos diferentes grupos de população.

Segundo uma sondagem publicada pelo «Sunday Times» de Joanesburgo e efectuada em Novembro junto de 1300 pessoas, apenas 9 por cento dos cidadãos negros se declararam prontos a votar por De Klerk contra 22 por cento em Maio de 1990. E apenas 15 por cento consideraram que o presidente era capaz de dirigir bem o país, contra 43 por cento em Maio de 1990.

O apoio a Mandela passou entretanto de 55 por cento em Novembro de 1990 para 69 por cento em Novembro de 1991.

Segundo o mesmo inquérito, o ANC encabeça as sondagens com 72 por cento das intenções de voto da comunidade urbana negra, longe do movimento radical Congresso PanAfricano (PAC) e do Partido Nacional (NP, no poder) ambos com 5 por cento e do partido zulu Inkatha, com um por cento.

Estes números são confirmados por um estudo publicado na última edição do Conselho de Ciências e Pesquisa Humana que simultaneamente avança elementos relativos às posições dos sectores da população não negra.

O estudo deixa antever que, em termos globais, considerando os diferentes grupos populacionais, Mandela

obteria 42 por cento dos votos contra 27 por cento de De Klerk, enquanto 17 por cento dos inquiridos se afirmaram indecisos.

A publicação afirma que os resultados, baseados em 2000 entrevistas efectuadas

universitária, enquanto o líder do partido conservador tem vantagem entre os de menor nível de estudos.

O Conselho de Ciências e Pesquisa Humana sublinha ainda diferenças significativas entre a população de

Entretanto, o Congresso Nacional Africano regozijou-se com a decisão adoptada pelo Parlamento Europeu de condicionar novos levantamentos de sanções à África do Sul à criação de um governo interino em Pretória.

A reacção do ANC surgiu depois de os deputados europeus terem, entre outras resoluções, criticado a Comunidade Europeia por não ter consultado o respectivo parlamento antes de levantar o embargo ao ouro e ferro sul-africanos.

«O ANC saúda em particular as cláusulas 4 e 6 da resolução (do Parlamento) que ligam claramente as sanções ao progresso na CODESA e à instalação de um governo interino na África do Sul», sublinhou o movimento em comunicação divulgada em Joanesburgo.

«É esperança do ANC que a Comunidade Europeia não implementará a decisão de revogar as sanções de 1986 até à entrada em vigor de um governo interino», prossegue o comunicado que exorta o executivo sul-africano a notar a preocupação manifestada pela CE quanto ao anunciado direito de veto branco às mudanças constitucionais negociadas.

O ANC pediu ainda ao governo de Frederik De Klerk que acate o apelo da CEE para libertação incondicional de todos os presos políticos e que assegure a total implementação do acordo nacional de paz assinado em Setembro passado.



A maioria esmagadora da população negra apoia o ANC

por todo o país, demonstram que Mandela dispõe de 65 por cento das preferências entre a população negra, onde apenas 9 por cento votariam por De Klerk.

A publicação, que fixa em 2 por cento a margem de erro da sondagem efectuada, refere ainda que, entre a população branca, De Klerk gozaria do apoio de 61 por cento dos cidadãos com formação

línguas afrikander e inglesa, com os primeiros a atribuir 49 por cento dos votos a De Klerk e 22 por cento ao líder conservador Treurnicht.

Entre os residentes sul-africanos de língua inglesa, De Klerk poderá contar com 57 por cento de preferências, enquanto o líder conservador não irá além dos 3 por cento dos votos.

Fome na África Austral

A África Austral enfrenta uma das piores secas deste século, ameaçando de fome milhões de pessoas, alertou o coordenador da Segurança Alimentar da Conferência Coordenadora do Desenvolvimento da África Austral, SADCC.

Regie Mugwara adiantou, que o departamento que dirige está a «quantificar» a extensão da seca para permitir aos países atingidos solicitarem a necessária ajuda de doadores internacionais.

Mugwara sublinhou entretanto o perigo de todos estes países virem a solicitar simultaneamente auxílio alimentar, reduzindo a eficácia de resposta dos possíveis doadores.

A seca atinge já de forma crítica a África do Sul, Moçambique, Botswana, Zimbábue e o Malawi, além de, parcialmente, a Namíbia, a Zâmbia e a Tanzânia.

Dados preliminares recolhidos pela SADCC alertam

que o esgotar de lagos e o secar da rede hidrográfica está a devastar as plantações desde a Tanzânia à província sul-africana do Cabo, ameaçando de fome milhões de pessoas.

A situação de seca, ciclicamente familiar em vários países da região, é agora agravada pela propagação deste desastre à África do Sul, país que tradicionalmente supria as carências alimentares da região próxima.

Milhares de agricultores

enfrentam perspectivas dramáticas e iniciaram já um êxodo para as cidades, onde os níveis de crime, atribuídos ao desemprego e instabilidade social, atingem já índices preocupantes.

Quando se aproximava o fim de duas décadas de devastação da África Austral por guerras civis, a seca vem agora comprometer as esperanças de estabilidade política e económica na região.

Peru

Uma destacada dirigente e autarca socialista peruana, Maria Elena Moyano, foi assassinada sábado nos arredores de Lima por um comando do grupo terrorista «Sendero Luminoso», anunciou a polícia local.

Maria Elena Moyano, de 33 anos, chamada de «mãe coragem» pelas suas posições antiterroristas, foi morta quando cerca de dez membros do «Sendero Luminoso» atacaram com metralhadoras e bombas artesanais um local em que ela participava numa reunião de mulheres e crianças organizada pela Federação de Mulheres de Lima.

Outras oito pessoas ficaram gravemente feridas no atentado.

Maria Elena Moyano, membro do «Movimento para o Socialismo» e da coligação «Esquerda Unida», tinha liderado sexta-feira uma «manifestação pela paz» contra a «greve armada» organizada no mesmo dia pelo «Sendero Luminoso».

Os líderes populares e sociais peruanos converteram-se desde há alguns meses em alvos preferidos do «Sendero Luminoso», numa aparente tentativa para afectar as alternativas pacíficas de desenvolvimento comunitário.

Berlim

Cerca de 12 mil pessoas deslocaram-se domingo ao cemitério de Friedrichsfelde, em Berlim, para protestar contra a profanação de túmulos de ex-dirigentes socialistas, onde na semana passada foram pintados símbolos neonazis e anti-semitas.

Os manifestantes eram, na sua grande maioria simpatizantes do Partido do Socialismo Democrático (PDS), sucessor do desaparecido Partido Comunista da ex-Alemanha Democrática.

Falando aos manifestantes, o líder do PDS, Gregor Gysi, condenou as acções neonazis por reflectirem uma atitude nefasta que vai ganhando terreno.

Gysi exortou os presentes a combaterem unidos o racismo e o anti-semitismo, e a deterioração da educação e cultura, e denunciou as tentativas para liquidar o PDS.

Costa do Marfim

Vários partidos políticos da oposição, organizações sindicais e a Liga dos Direitos Humanos da Costa do Marfim exigiram a «libertação imediata» do líder estudantil Martial Ahipeaud, detido na passada semana.

Foi também exigido às autoridades do país que libertem «todos os outros estudantes detidos de forma arbitrária» na sequência das manifestações realizadas na última quinta-feira.

Em comunicado conjunto, os partidos da oposição e restantes organizações manifestam ainda a sua «inquietação pelo recurso sistemático à força para impedir as manifestações pacíficas», que não colocam em risco a ordem pública e a segurança dos cidadãos.

Na mesma nota requer-se ainda que sejam tomadas medidas exemplares contra os autores das atrocidades cometidas em 1991 na Cidade Universitária de Yopougon, em Abidjan.

A semana passada, os estudantes manifestaram-se na capital contra a recusa do Presidente Houphouët-Boigny de sancionar os responsáveis militares, apesar das recomendações da comissão de inquérito.

Segundo a comissão, os militares cometeram actos de tortura e violação na Cidade Universitária em 1991.

Salman Rushdie

Escritores e activistas defensores dos direitos humanos solidarizaram-se com Salman Rushdie, pedindo aos governos ocidentais que pressionem Teerão no sentido da revogação da sentença de morte que o ameaça.

O Reino Unido cortou relações com o Irão depois do Ayatollah Ruhollah Khomeini ter ordenado o assassinio de Rushdie por blasfémia contra o Islão no livro «Os Versículos Satânicos». Londres restaurou alguns laços com Teerão em Setembro de 1990.

Rushdie afirmou a propósito que a resolução do problema está nas mãos do governo de Londres com o apoio dos executivos europeus.

Salman Rushdie, 44 anos, vive sob protecção policial desde 14 de Fevereiro de 1989, aparecendo apenas ocasionalmente em público.

Birmânia

Cerca de 5000 refugiados mulçumanos da Birmânia chegaram ao Bangladesh nos últimos dias através de vários pontos da fronteira entre os dois países, anunciaram as autoridades.

A agência oficial BSS indicou que os refugiados, a maioria mulheres e crianças, chegaram de barco e procuraram abrigo na cidade turística de Cox's Bazar e em Bandarban, ou nos arredores, no sudeste do país.

Segundo fontes oficiais, os refugiados muçulmanos da Birmânia são mais de 45 000 mas os jornais falam de 100 000.

Os refugiados fogem desde há onze meses das operações militares desencadeadas pelas tropas birmanesas.

Checoslováquia

Personalidades contra lei anticomunista

Várias personalidades internacionais enviaram uma carta ao presidente Vaclav Havel pedindo a revogação da recente legislação anticomunista aprovada pelo Parlamento Checoslovaco.

Uma emenda ao Código Penal aprovada a 11 de Dezembro classifica de crime equiparável à apologia do fascismo a propaganda comunista e prevê penas de um a cinco anos de prisão para os seus autores.

A carta é assinada pelo cineasta espanhol Carlos Saura,

pelo bispo francês de Evreux, Monsenhor Gaillot, pelo social-democrata alemão Wolfgang Thierse, pelo socialista espanhol Antonio Santesmases e por diversas outras personalidades.

A nova legislação está a provocar mal-estar na Checoslováquia por ser contrária aos compromissos internacionais da Checoslováquia na defesa dos direitos humanos e por poder ser utilizada como uma arma contra uma parte da oposição, a seis meses das eleições gerais.

Médio Oriente

Ataques de Israel ao Líbano em vésperas de cimeira de Washington

A tensão subiu no Médio Oriente com os ataques israelitas ao sul do Líbano durante a tarde e noite de domingo.

Aviões do Exército israelita efectuaram raids e bombardeamentos, nomeadamente sobre campos de palestinianos da região de

Tiro. As unidades do exército libanês da região foram colocadas em alerta máximo e os soldados tomaram posições nas suas baterias antiaéreas.

Num dos raids foram mortas pelo menos dez pessoas, entre as quais o secretário-geral do Hezbollah,

xeque Abbas Moussawi, a mulher e o filho.

Doze outros membros da comitiva do líder do Hezbollah, atacada por dois helicópteros, ficaram feridos — no que se afigura ser uma pura acção terrorista para assassinar o xeque Moussawi.

Esta escalada de violência pode vir a ter reflexos negativos nos passos que entretanto estavam a ser dados no sentido do prosseguimento de negociações para a paz.

A Síria e o Líbano, após um encontro realizado entre os presidentes dos dois países, concordaram em participar na terceira ronda de conversações bilaterais israelo-árabes, a realizar em Washington na próxima semana.

A participação palestiniana foi também confirmada pelo chefe do departamento de Informação da OLP, Yasser Abed Rabbo. A representação palestiniana é composta por personalidades dos territórios ocupados. A Jordânia já fez tam-

bém saber que se deslocará a Washington para as conversações que deverão ter início dia 24.

Entretanto, o presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, denunciou, em Genebra, os bloqueios à Conferência de Paz para o Médio Oriente, apontando como principal causa a intransigência de Israel.

Acusou também o Estado hebraico de querer «uma paz que lhe assegure os territórios, a paz e a segurança sem nada dar em troca».

Arafat, que discursou perante a Comissão dos Direitos do Homem da ONU, acusou os EUA e «certos países europeus» de apoiarem Israel.

Declarou, entretanto, ter «recebido favoravelmente» as recentes declarações do secretário de Estado norte-americano James Baker, quando este ligou as garantias de concessão de crédito dos Estados Unidos a Israel ao fim da política de colonatos israelitas nos territórios ocupados.

Arafat sublinhou ainda que qualquer solução de paz deverá basear-se nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a retirada das forças israelitas dos territórios ocupados, incluindo Jerusalém, e o respeito pelos direitos do povo palestiniano, particularmente o seu direito à autodeterminação.

Tortura e violação dos direitos humanos

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU adoptou quatro resoluções que condenam a política de Israel nos territórios árabes ocupados.

A primeira das resoluções, sobre o direito do povo palestiniano à autodeterminação, «reafirma que a ocupação da Palestina por Israel constitui uma violação flagrante dos direitos do homem e um acto de agressão contra a paz e a segurança da Humanidade».

A resolução foi adoptada por 31 votos contra 2 (Estados Unidos e Uruguai) e 17 abstenções.

Na mesma resolução, a Comissão «manifesta o seu grande interesse» pela Conferência de Paz iniciada em Madrid mas exige que ela se baseie nas resoluções da ONU sobre a retirada de Israel dos territórios ocupados.

A Comissão insistiu na necessidade de convocar uma Conferência de Paz da ONU sobre o Médio Oriente com os cinco membros do Conselho de Segurança e todas as partes interessadas, incluindo a OLP.

Uma outra resolução sobre as violações dos direitos humanos nos territórios ocupados suscitou maior oposi-

ção do que a anterior — 30 votos a favor, 16 contra (ocidentais e leste-europeus) e três abstenções —, facto atribuível ao «vigor» dos termos utilizados.

A resolução em questão condena Israel por recusar aplicar a quarta Convenção de Genebra sobre a protecção de civis em tempo de guerra e pelos seus «actos criminosos de tortura cometidos contra detidos e prisioneiros palestinianos nas prisões e nos campos de concentração israelitas».

No mesmo texto, a Intifada é apontada como «resistência legítima» dos palestinianos.

A terceira resolução exige ao governo israelita que se abstenha de instalar colonos, nomeadamente imigrantes, nos territórios ocupados, e a quarta condena a ocupação e anexação dos montes Golan sírios.

Uma outra denúncia de violação de direitos humanos por parte de Israel surgiu também nestes dias.

A Amnistia Internacional, em carta enviada ao governo israelita, exige uma investigação independente sobre a recente morte de um palestiniano detido em Hebron e o fim urgente da prática de tor-

turas e maus tratos.

Este palestiniano foi detido a 22 de Janeiro, juntamente com outras pessoas, suspeitas de pertencerem à Frente Popular de Libertação da Palestina.

A 3 de Fevereiro, Akkawi foi levado a tribunal, onde a sua detenção foi prorrogada por mais oito dias, «apesar do juiz ter ordenado que ele fosse sujeito a exame médico, depois de ter reparado nas nódoas negras que ele apresentava no peito», refere a Amnistia.

Akkawi «foi levado de novo para interrogatórios, sem qualquer exame prévio. Aparentemente teria estado durante vários dias detido num corredor frio, encapuçado e algemado a uma cadeira e impedido de dormir», diz a organização. O palestiniano, transferido para uma cela conhecida como «o frigorífico», terá desmaiado e morrido pouco depois.

Um exame médico, em que participou um médico norte-americano, revela que Akkawi morreu devido a um ataque cardíaco, provocado, por pressão emocional e física e pelo frio, tendo ainda havido «negligência médica», afirma a Amnistia.



A repressão nos territórios ocupados prossegue e intensifica-se mesmo

Brasil Latifundiários recorrem ao crime e trabalho forçado

O padre Ricardo Rezende, porta-voz dos camponeses brasileiros junto da Comissão de Direitos do Homem da ONU, acusou o governo brasileiro de deixar os latifundiários recorrer ao crime para manter o trabalho forçado nas suas explorações.

Em conferência de imprensa em Paris, o padre Rezende, que em nome da Pastoral da Terra testemunhou em Genebra sobre as atrocidades cometidas pelas milícias dos grandes proprietários, afirmou que estes assassinaram 1681 pessoas entre 1964 e 1991.

O padre revelou ainda que perto de nove mil pessoas

foram incorporadas no sistema de trabalho forçado nos últimos quatro anos.

As vítimas do trabalho forçado são gente que vive na miséria, sem recursos, recrutados longe, e que ficam prisioneiras de uma «dívida permanente», afirma.

Mesmo quando conseguem saldar a sua conta, «a lógica do revólver» surge e se fogem são abatidos ou capturados e torturados, acrescenta.

O governo do presidente Collor de Mello não toma qualquer medida preventiva e não exerce qualquer controlo efectivo sobre as condi-

ções de trabalho, como deveria fazer em virtude da Constituição, afirma o padre.

Segundo o padre Rezende, a concentração agrária tem vindo a acentuar-se desde o fim da ditadura militar em 1985 e a reforma agrária, prometida em época de eleições, nunca começou a ser aplicada.

Os grandes proprietários organizaram-se na «União Democrática Rural» e recrutaram milícias privadas armadas, formadas por antigos militares desempregados com a mudança de regime, nomeadamente «especialistas da repressão», declarou o padre Rezende.

EUA

O primeiro exportador de armas

Os Estados Unidos exportaram seis mil milhões de dólares de armas para o Médio Oriente depois de o presidente George Bush ter proposto em Maio uma limitação das vendas de armamento para a região, indica um relatório divulgado em Washington por um grupo de estudos privado.

Desde a invasão do Kuwait pelo Iraque em 2 de Agosto de 1990 até 31 de Dezembro passado as exportações de armas atingiram 19 mil milhões de dólares, segundo uma com-

pilação de dados oficiais feita pela Associação de Controlo de Armas (ACA).

A ACA nota por outro lado que desde 1989 as exportações de armas norte-americanas para os países em desenvolvimento aumentaram 138 por cento e que em 1990 os Estados Unidos tornaram-se no primeiro exportador mundial de armamento pela primeira vez desde 1984.

No que se refere aos destinatários dos 19 mil milhões de dólares de armas exportadas para o Médio

Oriente, a Arábia Saudita vem a cabeça com 14,8 mil milhões de dólares de armas recebidas, seguida do Egipto (2,17 mil milhões), Emirados Árabes Unidos (737 milhões) e Israel (467 milhões), refere o relatório.

Cerca de seis mil milhões destes contratos foram anunciados no Congresso depois de Bush ter proposto em Maio aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU uma limitação dos envios de armas desestabilizadoras para o Médio Oriente, sublinha a ACA.

■ **Henrique Custódio** Mais de 4000 autarcas protestam na FIL

O FEF do nosso descontentamento

A reunião do último fim-de-semana de mais de 4000 autarcas na FIL, em Lisboa, ultrapassou a mera novidade na luta das autarquias pelas suas reivindicações: ao mobilizar todos os quadrantes políticos com expressão autárquica, o gigantesco encontro do passado sábado, promovido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, expressou ao Governo a contundente expressão do descontentamento que grassa no Poder Local pelos arbitrário corte de 55 milhões de contos a atribuir às autarquias através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). A expectativa de que o Governo faça marcha-atrás no debate na especialidade do Orçamento do Estado inspirou o «destróçar em boa ordem» dos 4000 eleitos autárquicos - mas a reunião foi, em si própria, um aviso.

Vários oradores não hesitaram em classificar a reunião da FIL promovida pela ANMP como o maior encontro de autarcas realizado em Portugal, o que é certamente exacto se considerarmos a heterogeneidade da sua representação - nem mais nem menos que eleitos de todos os partidos com peso autárquico - PSD, PS, PCP e CDS. Tão ou mais significativo que isso foi a unanimidade observada nas fortes críticas ao Governo de Cavaco Silva na questão do FEF, com óbvio relevo para as de autarcas do PSD, de que respigamos algumas.

Por exemplo, José Lopes, presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, afirmou a dado passo da sua intervenção que «cada vez

que é publicada uma lei referente ao Poder Local é mais um colete de forças, mais uma punição que cai sobre as autarquias», considerando a suspensão da Lei de Finanças Locais «uma violação dos princípios mais elementares do direito» e acrescentando: «nunca vi, nos últimos anos, nenhum governo que violasse assim os princípios legais e tenha pena». E mais adiante: «Há membros deste Governo que julgam que as Câmaras são direcções-gerais que se gerem a seu bel-prazer. Por mim, recuso-me terminantemente a ser director-geral eleito», considerand-o ainda que «este ano vai ser dos mais duros em termos de luta entre o Poder Central e o Poder Local».

A alquimia do esbulho

Para compreensão do lance de alquimia governamental que faz do pseudo-aumento do FEF um verdadeiro esbulho de 55 milhões de contos, transcrevemos o que sobre a matéria foi dito no final de uma reunião de presidentes de Câmaras Municipais e outros eleitos comunistas, realizada há 15 dias no CT da Socio Pereira Gomes, em Lisboa:

«O não cumprimento da Lei nº1/87, ao suspender a fórmula de fixação do valor do FEF e ao alterar os critérios da sua distribuição pelos municípios, culmina uma prática continuada de violação da Lei de Finanças Locais pelo Governo.

«Em anos anteriores as autarquias sofreram a persistente subavaliação dos valores do IVA, que se traduziu na subtracção de dezenas de milhões de contos.

«Agora, e confrontado com uma situação em que, da aplicação da Lei de Finanças Locais, resultaria um acentuado aumento das verbas a transferir para as autarquias, o Governo optou pura e simplesmente pela suspensão de uma lei aprovada por unanimidade pela Assembleia da República.

«Percebe-se porquê! Sendo o valor do FEF em cada ano decorrente da variação global do IVA inscrito em Orçamento de Estado e tendo o Governo previsto para 1992 uma cobrança do IVA de 900 milhões de contos (mais 48% do que em 1991), a ser cumprida a Lei de Finanças Locais a fixação do FEF deve-se-ia fixar em 233,2 milhões de contos e não em 178,8 milhões de contos, como consta da proposta do Governo.

«Traduzindo a concepção centralista de quem formula esta proposta - que retira mais de 50 milhões de contos às autarquias - constitui não só um claro e grosseiro afrontamento à legalidade democrática como desmascara, no momento das decisões, o tão cultivado discurso público de enaltecimento do Poder Local».



Também Jaime Soares, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, fez questão de afirmar a sua sintonia com o encontro dizendo ser «impossível não estar imensamente emocionado ao ver, ouvir e sentir a imensa massa de autarcas de todo o País que vieram aqui dizer que estão unidos e indignados», enquanto a presidente da Câmara de Estarreja, Lurdes Breu, concitava a emotividade dos aplausos com a afirmada emoção por «tanta gente ser capaz de pôr em causa as percentagens, as verbas e os cifrões para vir aqui defender princípios éticos».

Entende-se conveniente que estes (e outros semelhantes) discursos de autarcas do partido governamental sejam chamados à colação ao abrigo de ressalva; na verdade o que foi também dito pelos autarcas do PSD na reunião da FIL não merece descontos *ab initio* e, sim, um relevo que de original apenas tem o de, vindo de quem vem, reforçar uma indignação unânime e sem tergiversações face ao esbulho governamental de 55 milhões de contos pretendido pelo actual Orçamento de Estado. O facto de não se ter avançado com estratégias de imediata imposição reivindicativa ilustra, entretanto, duas coisas: a primeira, que tanta e tão diversa gente necessita de espaço suficiente para, nele, respirar os haustos essenciais que a situação exige; a segunda, de que a situação é suficientemente fundamental para impor uma atmosfera a partilhar conjuntamente e de imediato.

«Não podemos subsidiar o Orçamento de Estado»

Na verdade, um corte de 55 milhões de contos sobre um já ultradepredado orçamento autárquico não pode deixar indiferente qualquer eleito que se preze, como a impressionante manifestação de

sábado passado o evidenciou. Naturalmente que o PCP fez ouvir a sua voz, aqui particularmente autorizada por um património de intervenção autárquica de méritos nacionalmente reconhecidos.

Luis Sá As nossas propostas

À saída de uma reunião com o ministro do Plano e Ordenamento do Território há dias realizada, o dirigente do PCP Luis Sá anunciou que o Partido vai propor - para além da reposição dos 55 milhões de contos indevidamente subtraídos ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) - o reforço da verba para as Juntas de Freguesia, pretendida pelo Governo no valor de 450 000 contos e que os comunistas querem aumentada para um milhão de contos; o PCP irá igualmente propor o reforço das verbas previstas

para as sedes das Assembleias Distritais, que neste momento se situam nuns exíguos 50 000 contos.

Luis Sá informou igualmente que, na reunião, expressara a crítica do PCP à exiguidade da verba prevista pelo Governo para a instalação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, como se sabe duas regiões extremamente significativas do País e cuja concretização constitui um passo importante na tão esperada descentralização.

comparáveis para falsificar os dados relativos ao financiamento das autarquias. Eufrazio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal e vice-presidente do Conselho Fiscal da ANMP, pormenorizou alguns factos, situações e denúncias de que respigamos alguns excertos.

Começando por dizer que «nas autarquias locais, após termos eleitos pelas populações, não adquirimos o estatuto de contrapoder como objectivo, nem o da subversão como obrigação», Eufrazio Filipe acusou o Poder Central de «não compreender esta realidade, fingindo não compreender que ao atacar a autonomia e livre iniciativa do Poder Local democrático limita o desenvolvimento, adia o bem-estar das populações, desacredita-

Local, entendeu desta vez

alterar os critérios de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro violando em seu proveito, por sua conta e risco, uma Lei aprovada por unanimidade na Assembleia da República».

Dando como exemplo o seu Concelho, o presidente da Câmara Municipal do Seixal



Demétrio Alves, presidente da CM de Loures



900 000 contos a menos é corte de dinheiro a mais

Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures, está à frente de uma autarquia com mais de 100 000 habitantes e, portanto, das mais importantes da Área Metropolitana de Lisboa. O corte no FEF pretendido pelo Governo atinge brutalmente este Concelho, como ele no-lo resume, logo de início:

«Só em Loures, o corte atinge os 900 000 contos, ou seja, dos três milhões e 650 000 contos que deviam ser enviados pela aplicação da Lei 1/87, com a alteração unilateral da fórmula de cálculo do FEF o Governo aponta uma transferência de apenas dois milhões e 770 000 contos».

«Esta verba - pormenoriza Demétrio Alves - significa 13,5% de aumento relativamente a 1991, o que, aparentemente, parece configurar

um aumento razoável; só que, na prática e dado o aumento do IVA de 8 para 16% que irá ser aplicado a empreitadas e a alguns fornecimentos de serviços da autarquia, aponta para um aumento de cargas fiscais do município na ordem dos 350 000 contos, ou seja: em termos absolutos, todo o aumento do FEF em 1992 é absorvido por este acréscimo brutal de encargos fiscais».

A tradução prática desta redução orçamental tem consequências gravíssimas para o Concelho de Loures, como igualmente pormenoriza o presidente deste município, que informa:

«350 000 contos a menos no orçamento da Câmara pode significar, por exemplo, o corte de um Centro de Dia para a 3ª idade, de uma escola primária, de um mercado municipal e da reparação de 10 quilómetros de arruamen-

tos e estradas». É uma brutalidade, sobretudo num Concelho que luta contra problemas de toda a ordem e tem de responder às necessidades de uma população maior que a de algumas principais cidades do País.

Entretanto o comportamento dos eleitos do PSD na Câmara de Loures configura um total desprezo pelos problemas do Concelho e as necessidades e interesses das populações que os elegeram ao pautar-se, segundo Demétrio Alves, por «uma espantosa falta de solidariedade autárquica, assumindo uma posição completamente seguidista perante as intenções do Governo, ao arrepiar das posições tomadas pela generalidade dos autarcas do PSD por esse País fora, que estão - como se viu ainda há pouco no encontro da FIL promovido pela Associação Nacional

de Municípios - naturalmente indignados com estes cortes orçamentais e mobilizados, juntamente com todos os autarcas dos outros partidos, para a defesa dos interesses das populações que representam. Em Loures e ao contrário do resto do País, os vereadores do PSD votam contra tudo o que incomode ou critique o Governo, mesmo se com isso lesam profundamente os interesses do município e das populações».

Aliás o empenho dos vereadores do PSD no trabalho autárquico de Loures afere-se, à partida, na atitude que tomaram em não aceitar pelouros, tal como a filosofia do PSD para com o trabalho autárquico dos seus eleitos está patente no modo como sancionou um seu vereador em Vila Franca de Xira por este ter aceite pelouros nesta vereação de maioria CDU...

De Santarém a Castelo Branco

Os protestos e as denúncias contra as alterações ao FEF pretendidas pelo Governo têm, literalmente, chovido de todos os lados, pondo em evidência as desastrosas consequências que daí adviriam. Citamos dois simples exemplos chegados há pouco à nossa Redacção e vindos das respectivas Direcções Regionais do Partido.

Em Santarém a DORSA considera que a aplicação deste Orçamento do Estado «significa que o Governo se prepara para retirar às autarquias do Distrito de Santarém cerca de 3,2 milhões de contos (cabendo às Freguesias menos 190 000 contos)», acrescentando o facto de que «a incidência do aumento do IVA irá afectar gravemente as despesas municipais: em muitas autarquias do Distrito o aumento previsto das transferências provenientes do FEF não chega sequer para pagar o aumento resultante das taxas do IVA, de 8 para

16%, nas empreitadas em curso ou a adjudicar».

«Estas inqualificáveis atitudes - prossegue o comunicado da DORSA do PCP - contrariam sem qualquer dúvida as regras de funcionamento duma democracia e de um Estado de direito e representam a tentativa, amoral e ilícita, de evitar que as autarquias recebam aquilo que a lei lhes confere e as necessidades da população exige. O não cumprimento da lei, que o Governo pretende concretizar, não é uma questão secundária que apenas diga respeito aos eleitos das autarquias locais. É antes uma questão que a todos atinge, porque menos dinheiro para as autarquias significa menos obras e iniciativas, menos condições para melhorar a vida das populações».

Em Castelo Branco a DORCB do PCP refere: «A proposta de PIDAC para o nosso Distrito, obedecendo à orientação global do OE/92, tem a particularidade e o mérito de demonstrar com clareza o abandono a que Cavaco Silva e o PSD votam esta região e a distância que separa as palavras dos actos. Vejamos:

«O PIDAC distrital corresponde a apenas 1,6% do PIDAC nacional e a 2,1% do PIDAC tradicional;

«A distribuição de verbas por sectores no Distrito de Castelo Branco estão muito abaixo da média nacional, com a agravante de os investimentos estarem localizados num número reduzido de concelhos e os concelhos de Belmonte e Vila de Rei não terem qualquer investimento previsto».

«Os sectores estratégicos de desenvolvimento deste Distrito (indústria, turismo, agricultura, saúde, transportes e comunicações) estão comprometidos. Repare-se - alerta o comunicado - que a

indústria, turismo, energia, investigação científica e tecnológica e informação científica e técnica não têm qualquer dotação orçamental».

E sublinha o comunicado: «A um PIDAC reduzido juntam-se os cortes de verbas às autarquias locais. Estas, segundo a proposta do Governo, não serão directamente beneficiadas com o aumento das receitas provenientes do IVA. Assim, ao mesmo tempo que o Governo se demite das suas responsabilidades, as autarquias ver-se-ão limitadas na sua capacidade de intervenção. Cavaco Silva e o PSD vêm transformando o PIDAC num instrumento de propaganda. Em 91 contemplavam-se investimentos para 1992 no valor de seis milhões, 313.713 contos, mas agora apenas se prevê cinco milhões, 48.857 contos, ou seja menos um milhão, 268.856 contos».

A queda da máscara

Parece ter sido suficientemente demonstrado pelo debate político, dentro e fora da Assembleia da República, que o Orçamento de 1992 significa um grande reforço das imposições fiscais, particularmente indirectas, e que esse facto não tem contrapartidas em acréscimos de despesas em satisfação de necessidades sociais ou em maiores financiamentos a entidades como as autarquias. Pelo contrário. Bem se pode dizer que este é o Orçamento do excesso de peso estatal em matéria de impostos e da sua desresponsabilização em matérias como a habitação, a saúde, a educação, o ambiente, a justiça. Neste último caso há alterações que conseguem reunir os dois objectivos num acto só: além de um orçamento de penúria que levou o ministro a tentar refugiar-se no anúncio de um vasto programa legislativo, foi lançado o IVA (com taxa máxima) sobre os serviços prestados por advogados, sem a compreensão de que se trata de matéria de evidente interesse público e que o encarecimento ainda maior dos serviços é um golpe adicional no já precário acesso de muitos portugueses ao direito e à justiça.

Se bens como a água deixaram de estar isentos de IVA, por que razão haveriam de o estar outros serviços que o Governo - erradamente - pensa que são de luxo?

Um milagre: todos contra

Mas é sobretudo da área dos financiamentos às autarquias que se pretende aqui abordar. Trata-se de uma matéria em que, uma vez mais, e mais até do que em anos anteriores, o Governo com a proposta de lei do Orçamento de Estado para 1992 conseguiu um milagre: pôr todas as autarquias de acordo. Um consenso parece sempre positivo. Só que, neste caso, é especial: estão todas contra. Dir-se-á que não é a primeira vez que acontece. Mas estamos num ano de gravidade especial.

Há várias causas. Mas há duas particularmente importantes. Uma, a suspensão do método de cálculo do FEF previsto na Lei de Finanças Locais, retirando às autarquias cerca de 55 milhões de contos. Outra, o facto de a situação se tornar ainda mais grave com a pesada carga fiscal que vai ser transferida para as autarquias, tal como para o povo português.

O problema central é a verba de que o Poder Local irá dispor. Mas não poderá também deixar de se colocar em questão o modo como o Governo actuou neste processo. Com efeito, não estamos apenas perante a suspensão arbitrária do método de cálculo do FEF. Estamos também perante outras alterações importantes, em particular dos critérios de distribuição que estavam estabelecidos, sem a devida ponderação no quadro da Assembleia da República e procurando um consenso dos municípios, das freguesias e das suas associações, a ANMP e a ANAFRE.

Quanto às receitas disponíveis, pode pôr-se o problema de saber se não está em causa o próprio princípio da justa repartição das receitas entre o Estado e as autarquias locais que a Constituição consagra, a tal ponto a parte que cabe ao Poder Local é profundamente alterada em seu prejuízo. Nos anos anteriores, o Governo deflacionou as receitas previstas de cobrança do IVA para prejudicar as autarquias. Este ano, depois de agravar tanto a carga fiscal, tinha menos credibilidade do que nunca para cortar receitas, falsificar as previsões de cobrança do IVA. Por isso, «suspendeu» pura e simplesmente a aplicação da lei.

As Regiões Autónomas estavam para ser abrangidas, como consta do relatório da proposta de lei do O.E. Acabaram por escapar, porque o Governo lembrou-se à última hora que se iam realizar eleições regionais. É este o sentido de Estado de um Governo, que se assume como uma sucursal do PSD. É bom que as Regiões Autónomas tenham escapado a estes cortes abusivos, embora a razão não seja a mais recomendável. Mas seria necessário respeitar também os direitos das autarquias!

A carga fiscal sobre as autarquias

A carga fiscal que as autarquias suportarão tem que ser tida em conta, a tal ponto será grave. No conjunto, cerca de 15% do FEF será destinado a encargos: 9% para IVA e 3% para IRS, além de que será suportado pelos municípios 2,5% para a Caixa Geral de Aposentações, verba para GAT's e CCR's, etc.

O aumento da taxa do IVA sobre as empreitadas de obras públicas leva em muitos casos mais do que o aumento do FEF entre 1991 e 1992. Vejamos alguns exemplos: em Lisboa o «aumento» do FEF é de 500 mil contos, e o encargo adicional resultante da taxa de IVA a mais será de cerca de 1 milhão e 700 mil contos; em Almada o aumento de FEF será de 102 mil contos e o aumento de IVA de 604 mil contos; em Ferreira do Zêzere, de 40 mil e 63 600; em Oeiras, de 98 mil e 250 mil; em Sesimbra de 29 mil e 83 mil; em Sines de 22 mil e cerca de 33 mil; em Vila Franca de Xira, de 80 mil e 156 mil. Os números podem naturalmente multiplicar-se. Mas a amostra disponível permite afirmar que o aumento nominal do FEF vai ser, no conjunto, inte-

gralmente absorvido só pelo pagamento do acréscimo da taxa de IVA sobre as empreitadas de obras públicas...

Ainda a título de exemplo, as isenções fiscais em matéria de contribuição autárquica de que o município de Almada deveria ser indemnizado segundo a Lei de Finanças Locais atingiriam 450 mil contos só em 1991.

A inconstitucionalidade ou ilegalidade da Lei do Orçamento

Em toda esta matéria a Lei de Finanças Locais ou é suspensa ou é alterada através da própria lei do OE. A faceta decisiva é política e, neste plano, o comportamento do Governo é intolerável. Mas também o é do ponto de vista constitucional, o que também é um problema político. Pode argumentar-se que, no plano jurídico, nada haveria a objectar, dado que não estamos perante uma lei de valor reforçado. Não é esta a opinião de, por exemplo, J. J. Gomes Canotilho, que considera que, na parte em que quantifica os critérios de distribuição e os fixa em normas prévias, gerais e abstractas, a Lei de Finanças Locais se impõe como lei reforçada que a lei do Orçamento tem de acatar: «A desconformidade da última em relação à primeira implicará ilegalidade susceptível de ser controlada pelo Tribunal Constitucional». No mesmo documento, elaborado para a ANMP, pode ler-se: «É claro que a Assembleia da República pode alterar a Lei de Finanças Locais e a fórmula do FEF, mas enquanto o não fizer ela vincula a Lei do Orçamento. A Lei do Orçamento não é uma Lei de Finanças Locais».

Para além desta questão, estamos perante uma lei que, para ser alterada, deveria reclamar especial participação e consenso e cuja finalidade lógica é a aplicação e não a alteração na proposta de lei do Orçamento de Estado. Menos ainda quando o resultado, nas palavras de um parecer pedido pela ANMP a Marcelo Rebelo de Sousa, como constitucionalista, é prosseguir «os fins da lei de modo intoleravelmente injusto, ao deixar para o Estado o benefício excedentário do IVA, distorcendo em seu favor relativo uma certa balança de recursos públicos existentes entre esse Estado e as autarquias locais». Esta é uma das razões que o leva a concluir pela inconstitucionalidade da Lei do Orçamento de Estado.

«Critérios» prefabricados

Quanto aos critérios de distribuição, concordaríamos com tudo o que significasse coerência e desenvolvimento equilibrado do País. Mas estamos perante objectivos prefabricados para cuja obtenção os critérios foram construídos sem consenso nem ponderação.

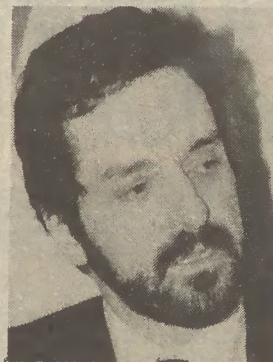
A título de exemplo, dos 56 municípios que registaram aumentos do FEF superiores a 20%, 27 são de maioria PSD. Isto é: estão neste escalão 30% dos municípios do PSD, enquanto só estão 18% dos de maioria CDU e 14,6% dos de maioria do PS. Em compensação, dos 67 municípios com acréscimo inferior a 10% apenas são de maioria PSD 14, isto é, 15,7% enquanto estão neste escalão 32,7% do total dos municípios de maioria PS e 34% dos de maioria CDU.

Tudo é feito a pretexto do desenvolvimento do interior do País. Mas não deixa de ser significativo que tenha sido incluído um critério como o da população com menos de 15 anos (o que só se compreende devido à responsabilidade especial das autarquias na área da educação básica), mas não tenha sido incluído o critério da população com mais de 65 anos (relativamente à qual as autarquias também têm responsabilidades). É que boa parte das autarquias alentejanas, envelhecidas por motivos conhecidos e imputáveis à direita, seriam justamente favorecidas com um tal critério. Faltaria, aliás, explicar por que razão o objectivo é «favorecer o interior», segundo o PSD e o Governo, e municípios como os de Aljustrel, Vila Viçosa e Campo Maior têm 7% de «aumento» do FEF; Vendas Novas 8%; Alvito, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Vidigueira, Borba, Estremoz, Évora, Reguengos de Monsaraz, Avis, Castelo de Vide, Gavião, Marvão e Portalegre estão ao nível do aumento médio nacional. Será que não são do «interior»?

Seja como for, o problema essencial nesta matéria é ter-se, escandalosamente, preterido o consenso, a objectividade e a justiça em favor de malabarismos partidários.

Os municípios da Grande Lisboa e do Grande Porto são particularmente sacrificados não só no FEF mas também por, nas receitas próprias, em particular a sisa e a contribuição autárquica, verem a sua situação afectada por sucessivas isenções sem as indemnizações previstas na Lei de Finanças Locais.

Este facto é tanto mais grave quanto se situam nestes municípios problemas de desordenamento, degradação urbana e carências de infra-estruturas e equipamentos muito graves, que tornam disparatada e superficial a ideia de que de um lado há zonas urbanas desenvolvidas e de qualidade e do outro o interior atrasado. Este tem que ser desenvolvido, mas é errada e superficial a ideia de que o será através apenas de mais algumas migalhas, à custa de municípios do



LUIS SÁ
Membro da Comissão Política

«O Governo com a proposta de lei do Orçamento de Estado para 1992 conseguiu um milagre: pôr todas as autarquias de acordo. Um consenso parece sempre positivo. Só que, neste caso, é especial: estão todas contra.»

litoral. Mas é o Poder Local no seu conjunto que está mal. Só a centralização e prejuízos para a sua autonomia avançam.

O valor do FEF diminui de ano para ano em termos reais, tal como se degrada a sua relação com o Produto Interno Bruto e o seu peso em relação às receitas fiscais. O Governo quer dividir, mas todas as autarquias são prejudicadas em relação aos seus direitos.

«Contratos-programa» ou discriminações?

A tudo isto há que acrescentar a actuação inadmissível do Governo a dois níveis: na imposição de que as autarquias financiem contratos-programa em áreas, como as escolas C+S, seus ginásios, etc., que são da competência do Governo; e a actuação arbitrária e casuística do Governo na elaboração de contratos-programa em áreas da competência autárquica. No primeiro caso, o Governo gostou tanto da chantagem feita sobre as autarquias - ou pagam parte do que é da competência do Governo ou os concelhos não têm equipamentos - que se prepara para alargar este comportamento a outros sectores, com destaque para equipamentos na área da saúde, para a habitação e a rede nacional de estradas.

Mas o comportamento do Governo desenvolve-se a outro nível, o de financiar arbitrariamente quem entende, ao sabor de compadrios e interesses partidários. Vejamos alguns exemplos, apenas de 1991 (embora esta escandalosa actuação tenha alguns anos e se reproduza no PIDDAC para 1992): a diversos títulos há comparticipações em obras, sobretudo de saneamento básico, de 30% para a Covilhã, 38% para Peniche, 35% para a Associação de Municípios de Carvoeiro, 43,85% para Matosinhos, 35,2% para Penalva do Castelo, 16,65% para Esposende; mas também as há para rede viária ou edifícios de Paços de Concelho e até para adquirir equipamento informático.

É evidente que este dinheiro faz falta a quem o recebe. Mas também é evidente que o cumprimento da Lei de Finanças Locais e a distribuição das verbas por critérios justos seria mais adequada e transparente - e acabaria por beneficiar as populações. É a via, também aqui, de não pôr em causa princípios constitucionais como os de assegurar uma justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e promover a correcção das desigualdades em autarquias do mesmo grau.

Assim, arriscamo-nos a regressar, paulatina e quase imperceptivelmente, a processos de relações financeiras entre o Estado e as autarquias característicos do pré-25 de Abril e que só foram abolidos pela primeira Lei de Finanças Locais. Lamentavelmente, esta lógica de financiamento casuístico é também a dos fundos comunitários, que nem a obrigação de incluir as acções em «Planos de Desenvolvimento Regional» e Operações de Desenvolvimento Integrado elude, já que estes têm um carácter predominantemente formal.

Haveria ainda um mundo de outras questões a referir, tais como a exiguidade das verbas para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e para as sedes das novas freguesias e a falta de verbas para indemnizar as cinco câmaras que «exploram» transportes colectivos (Aveiro, Barreiro, Braga, Coimbra e Portalegre).

Mas o que importa sobretudo sublinhar é que estamos num ano muito especial: as autarquias são particularmente sobrecarregadas de impostos e outros encargos, como se não tivessem especiais necessidades e compromissos com as populações. Em alguns casos pode mesmo ser afectada a capacidade de se candidatar a financiamentos comunitários por não poderem co-financiar a parte que lhes caberia dos projectos que têm ou poderiam ter para apresentar.

No último sábado realizou-se o magnífico Encontro Nacional de Autarquias para debater estas importantes questões. Vão seguir-se outras formas de luta, e está colocado o problema da legalidade e constitucionalidade da Lei do Orçamento e das suas eventuais consequências. O PCP, pelo seu lado, apresentou propostas de alteração de acordo com o consenso do Poder Local. O Governo preferiu o consenso contra ele. Assumirá as suas responsabilidades.

1992

Avante!

Com uma entrevista ao prof. Armando de Castro, o «Avante!» inicia neste número a publicação de artigos, entrevistas e depoimentos dedicados à análise e debate de problemas ideológicos da actualidade, numa nova secção identificada com o título «Avante!» - 1992.

A realização em Dezembro deste ano do XIV Congresso do Partido, a profundidade das transformações verificadas no mundo nos últimos tempos, os problemas que enfrentam hoje as forças revolucionárias são outras tantas motivos que tornam ainda mais urgente e indispensável o alargamento do debate e o aprofundamento das análises. No seguimento da cobertura que o «Avante!» tem realizado do ciclo de colóquios «O comunismo e o mundo contemporâneo», no Centro de Trabalho Vitória (o relato do terceiro será publicado no próximo número), e dos materiais desta nova secção, o «Avante!» prepara um conjunto de outras iniciativas a enquadrar na preparação do XIV Congresso.

Entrevista com Armando de Castro «O marxismo mantém a sua capacidade transformadora mas é indispensável ganhar muito tempo perdido»

Entrevista de Ruben de Carvalho

Avante! - Em declarações que recentemente um diário publicou afirmavas que a complexidade da reflexão sobre a actual situação do mundo «exige um outro Marx»...

Armando de Castro - Temos, todos nós, neste momento uma muito grande vantagem sobre Marx e Engels (e mesmo sobre Lênine). A verdade é que nenhum deles teorizou o socialismo como uma realidade existente, o essencial da sua análise exerceu-se sobre o capitalismo. Quanto ao socialismo, traçaram perspectivas, definiram a sua necessidade, mas evidentemente que se tratava de uma realidade que não foi sua contemporânea.

Hoje contamos com toda a análise efectuada pelo marxismo sobre o capitalismo - e cuja validade entendo que essencialmente se mantém - mas enfrentamos o falhanço do modelo através do qual se pretendeu construir o socialismo. A nossa análise pode assim fazer-se já com o conhecimento de factos, experiências, erros e realidades.

Av. - No XIII Congresso, o PCP concluiu que um conjunto de traços dos regimes socialistas do Leste europeu se apresentavam como «um "modelo" que os acontecimentos mostram não só não assegurar como comprometer e poder conduzir à derrota a construção da sociedade socialista». A evolução dos factos veio a confirmar as piores perspectivas...

AC - É uma evidência que o «modelo» falhou.

Av. - ... e as conclusões do XIII Congresso, para além de quatro falhas de carácter político (a viciação do poder dos trabalhadores, as limitações à democracia política, a burocratização dos partidos e a dogmatização da teoria), referiam-se igualmente graves problemas na esfera económica. A teu ver, estamos face a erros na aplicação do «modelo» ou ao fracasso económico do próprio «modelo»?

AC - Não tenho dúvidas que se trata do fracasso económico do próprio modelo. Mas considero importante clarificar melhor o que é que caracteriza esse modelo.

Se encarmos a realidade verificamos que há dois problemas que sobressaem: em primeiro lugar, as economias planificadas da URSS e dos outros países revelaram-se incapazes de assegurar um desenvolvimento tecnológico com reflexos no desenvolvimento económico aos ritmos necessários e que efectivamente se têm verificado na economia capitalista; em segundo lugar, é também claro que não criaram os estímulos para que os diversos agentes económicos se empenhassem decisivamente e assegurassem activamente aquele desenvolvimento.

O total desaparecimento da concorrência e a burocratização agiram paralelamente no sentido do bloqueio do desenvolvimento.

Mas o fulcro do problema é o de saber se dentro dos mesmos parâmetros económicos e políticos as coisas poderiam ter sucedido doutra forma - e a meu ver não podiam. E penso que é indispensável recolocar de novo o problema dos níveis de desenvolvimento necessários para a construção do socialismo...

Av. - A questão do socialismo nos países industrializados ou não, que antecedeu a Revolução de Outubro?

AC - Não exactamente nos mesmos termos, mas é de facto esse o problema.

É uma evidência que a União Soviética registou grandes avanços num período inicial, processo que foi interrompido pela II Guerra e retomado depois com a reconstrução após a derrota de Hitler. No pós-guerra igualmente se verificaram ritmos de crescimento assinaláveis, mas é indispensável verificar que, quer num caso, quer noutro se partiu de níveis de desenvolvimento muito baixos: na década de 20-30 partira-se dos muito baixos da Rússia czarista, depois da Guerra de uma situação terrível gerada pelas destruições e crimes do nazismo.

Seja porque os termos de que se partia eram muito baixos, seja porque as condições históricas, embora muito diferentes, permitiram condições de vida envolvendo sacrifícios de grandes massas que progrediam relativamente aos padrões anteriores, houve condições para um efectivo progresso.

Mas, quando se atingiram níveis de acumulação e de bem estar cujo futuro exigia outros requisitos, o sistema revelou bloqueios inultrapassáveis, nomeadamente nas áreas de que falei: o progresso tecnológico e os estímulos aos agentes económicos.

Há uma relação entre este modelo altamente centralizado de economia planificada e o modelo político caracterizado pela burocratização e pelas limitações à democracia política. Era um modelo com uma estrutura homogénea. E pode dizer-se que o bloqueio de factores políticos indispensáveis ao socialismo bloqueia o desenvolvimento económico indispensável ao socialismo - e vice-versa.

À luz da experiência que hoje temos, parece claro que a construção do socialismo requer a existência de níveis de desenvolvimento que assegurem uma capacidade de distribuição de bens e de bem-estar ao nível dos países altamente industrializados. E, por outro lado, essa distribuição não pode ser feita exclusivamente pelos mecanismos da planificação centralizada.

Av. - Quanto à questão da propriedade dos meios de produção...

AC - Julgo que esse é um ponto em que toda a análise clássica do marxismo se mantém inteiramente válida.

Os postulados de Marx sobre a incapacidade do capitalismo ultrapassar as suas crises cíclicas mantêm-se inteiramente válidos, donde se mantém inteiramente válida a possibilidade e a necessidade do socialismo. O problema fulcral mantém-se na propriedade privada dos principais meios de produção e uma economia baseada no lucro dela resultante: a questão central do socialismo continua a ser a da propriedade colectiva dos principais meios de produção.

Av. - Afirmaste as limitações da planificação para a distribuição socialista. Como realizá-la então? Com que métodos? Com que padrões?

AC - Penso que a única forma de assegurar essa distribuição de forma que respeite as necessidades do desenvolvimento é garantir o jogo de interesses dos vários agentes económicos dentro do sistema - o que implica um inteiro funcionamento democrático no plano político. A democracia política surge assim como um elemento vital do funcionamento do sistema económico do socialismo. Mas atenção: uma democracia política que se desenvolve no quadro de uma sociedade onde não existe propriedade privada dos meios de produção. O que significa que as contradições e conflitos de interesses que se derimem na esfera política constituem factores da dinâmica interna do sistema, e não factores da sua subversão.

O facto de considerar indispensáveis padrões de desenvolvimento elevados para que existam condições para o socialismo prende-se assim não apenas com os aspectos de ordem objectiva do desenvolvimento das forças de produção e da existência de capacidade produtiva susceptível de gerar bens em quantidade, como também os factores de ordem subjectiva traduzidos numa maior experiência da vida democrática.

No quadro do sistema socialista a importância

dos factores subjectivos cresce e a capacidade de concretizar e dinamizar a democracia política torna-se vital para todo o processo social.

Av. - Não parece contudo plausível que a passagem da propriedade privada dos principais meios de produção à sua propriedade colectiva, se efectue por mecanismos puramente económicos. Seguramente que se impõe o recurso a meios políticos e tal alteração não poderá deixar de assumir características revolucionárias...

AC - Que o momento de alteração da propriedade dos meios de produção tenha carácter revolucionário é claro, mas penso que isso nada altera à necessidade de que o socialismo se desenvolva no quadro de uma ampla democracia política.

Aliás, é igualmente claro que o processo de ruptura tenderá a verificar-se no quadro de uma crise do sistema capitalista e não num momento em que se encontre a funcionar conseguindo controlar as suas contradições internas...

Av. - O que nos traz então de novo à questão das crises cíclicas do capitalismo. É uma conclusão do marxismo que mantém inteira a sua validade?

AC - Penso absolutamente que sim. O que não altera que entretanto se tenham verificados evoluções e novos fenómenos que colocam o problema de forma diversa da que baseou a análise de Marx.

Por um lado, verificou-se um acentuado aprofundamento da capacidade teórica do capitalismo, seja no conhecimento dos seus próprios fenómenos e contradições (e em que se incluem, naturalmente, apropriações do património teórico marxista), seja no desenvolvimento de técnicas de intervenção económico-social que lhe permitem detectar, contornar e atenuar numerosos problemas.

Por outro lado, a centralização ao nível das multinacionais dotou o capitalismo de uma capacidade de acumulação, por um lado, e de uma capacidade de decisão que tem traços novos. Dos quais um dos mais importantes é a capacidade demonstrada de conseguir diferir os processos de crise e recessão de forma a evitar sincronismos em todo o sistema. Ou seja, o capitalismo tem conseguido - e é o que de certa forma se está a verificar agora - evitar que as suas crises cíclicas se manifestem simultaneamente em todos os países, criando assim equilíbrios que evitam uma crise generalizada. Os efeitos de arrastamento que se verificaram em crises anteriores - que não só em 29, ainda nos anos 70 isso sucedeu - surgem agora mais contidos pela internacionalização do capital e pela capacidade de decisão e intervenção económica das multinacionais em numerosas economias nacionais.

Av. - É hoje para nós, comunistas portugueses, uma conclusão evidente que a investigação e o desenvolvimento teóricos nos países do Leste europeu de forma alguma correspondeu às necessidades. Consideras que, apesar deste facto, o marxismo mantém a sua vitalidade e capacidade transformadora?

AC - Penso que sim, embora também pense que é indispensável ganhar muito tempo perdido e partir para esse esforço com a serena noção de que não se trata apenas de analisar os problemas colocados pelo falhanço do modelo económico e político daqueles países, mas também das profundas transformações que o desenvolvimento científico lança à reflexão filosófica.

Afirma-se - é um número certamente discutível, mas que dá uma ideia de grandezas - que desde 1883 a massa de conhecimentos científicos da humanidade terá aumentado 6700 vezes! E isto traduz-se não apenas num puro aumento, mas no aparecimento de novas disciplinas, da teoria da informação à física das altas energias, das lógicas modernas à astrofísica, com reflexos multidisciplinares muito intensos e profundos.

Penso haver uma determinada formação filosófica herdada que temos de confrontar com novas realidades e que nos pode levar à necessidade de revisões profundas de alguns conceitos.

Av. - Um grande esforço científico, portanto...

AC - ... e um grande esforço revolucionário. Marx foi isso, é isso, e é o que se mantém como necessário.



Trabalhadores da Dialap unidos contra ameaça de despedimento colectivo Por que paga quem trabalha os erros de quem governa?

■ Domingos Mealha

Estão ameaçados de despedimento mais de metade dos trabalhadores da Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes. Além disso, numa acção claramente ilegal, foram impedidos de entrar nas instalações da empresa. Unidos em torno das suas estruturas representativas, recusam qualquer responsabilidade nos problemas que a empresa enfrenta e mostram-se determinados em lutar pelos seus direitos.

Já por várias vezes as organizações dos trabalhadores da Dialap tinham manifestado as suas preocupações pelo evoluir da situação na empresa, nomeadamente depois de ser empessada uma nova administração, em Março de 1991.

Coincidência ou não, o facto é que, depois dos contactos iniciais em que os administradores partilharam dos pontos de vista da Comissão de Trabalhadores, esta só voltou a ser recebida no dia 7 de Outubro - um dia depois das eleições legislativas -, confirmando-se nesta reunião a possibilidade de uma redução do pessoal. Como se refere num extenso *dossier* elaborado pela CT e a que o «Avante!» teve acesso, desde meados de 1991 que os trabalhadores se começaram a aperceber que algo ia mal na empresa. E a verdade é que, se ainda antes das férias de Agosto, a administração garantia à CT que a crise era conjuntural e que não era sua intenção proceder a despedimentos, no dia 7 de Outubro já os representantes dos trabalhadores foram informados de que o cliente da Dialap resolvera diminuir para metade o abastecimento de matéria-prima devido aos «altos custos de produção».

A Comissão de Trabalhadores aponta como responsáveis as administrações da empresa e o IPE (Investimentos e Participações do Estado, detentor de 85 por cento do capital da Dialap), que nunca levaram a cabo a reestruturação de que já falavam num relatório de 1976 e que prometeram ao longo dos anos.

Depois de várias tentativas infrutíferas para esclarecer a situação da empresa com a administração, a CT convoca uma reunião geral de trabalhadores para dia 10 de Dezembro, onde é aprovada uma proposta de aumentos salariais de 16 por cento para 1992 - que foi entregue à administração. Nem esta proposta, nem os pedidos de reunião que a CT fez à administração e ao IPE têm qualquer resposta. O balanço de Novembro, entretanto conseguido, vinha confirmar os motivos de preocupação, uma vez que permitia uma previsão de mais de 100 mil contos de prejuízos em 1991.

Depois de uma audiência com o responsável pela Dialap no IPE, a Comissão de Trabalhadores voltou a reunir todo o pessoal. Nesta reunião, a 29 de Janeiro, é formalmente manifestado o repúdio dos trabalhadores pela constante ausência da administração na empresa, reafirmando a exigência de uma reunião dos administradores com a CT para clarificar a situação.

Uma semana depois, a 5 de Fevereiro, os acontecimentos precipitam-se. De manhã realiza-se uma reunião geral de trabalhadores para analisar a situação da empresa e medidas a tomar, onde, por unanimidade, é afirmada a recusa dos despedimentos como meio de viabilização da empresa e é aprovado um voto de desconfiança pela gestão irresponsável da administração.

A confirmar os motivos para a crítica, notou-se que não estava na empresa, até pouco antes de terminada a reunião,

qualquer elemento da administração. Mas, pouco depois de reocuparem os postos de trabalho, os trabalhadores são confrontados com a informação de que os diamantes iam ser recolhidos na casa-forte por exigência do cliente. A administradora que entretanto chegara e que deu esta informação à CT não adiantou a



Os trabalhadores da Dialap, além de estarem ameaçados de despedimento, foram ainda impedidos durante vários dias de entrar nas instalações da empresa, restando-lhes concentrar-se à entrada e chamar assim a atenção para os problemas com que se defrontam. Na sua luta, como noticiámos no número anterior, os trabalhadores contaram desde a primeira hora com a solidariedade e o apoio do PCP, nomeadamente do organismo de empresas do sector oriental da cidade de Lisboa

razão de tal atitude. Já perto das 17 horas, em nova reunião, a administração dá a conhecer uma circular onde revela que não é possível distribuir material para lapidar por pedido formulado pelo proprietário, devendo a situação ficar esclarecida na semana seguinte, pelo que o pessoal da produção ficava dispensado de comparecer ao serviço nos dias 6, 7 e 10 de Fevereiro. Sem divulgar as razões indicadas pelo cliente, os responsáveis da empresa reafirmaram o que já antes haviam dito: os trabalhadores não têm qualquer responsabilidade na decisão de mandar recolher as pedras.

Também não pode ser imputada aos trabalhadores a responsabilidade pelas dificuldades que a Dialap atravessa. Pelo contrário, os próprios relatórios oficiais da empresa reconhecem o empenho do pessoal no aumento da produtividade e na diminuição do absentismo, tal como a nível internacional é prestigiado o trabalho que efectua.

Entretanto, têm sido os trabalhadores a pagar por os governos e as administrações não actuarem devidamente na Dialap: em 1987 foram despedidos 130, em 1989 mais 30. Agora, mais 136 estão ameaçados. A situação agrava-se

por, em média, as idades dos lapidadores se situarem nos 50 anos, enquanto o mercado de trabalho não lhes apresenta alternativas de emprego na sua profissão.

O *dossier* da Comissão de Trabalhadores recorda o processo de criação de uma subsidiária da Dialap (a Porcut, fundada em 1980 para laborar diamantes de pequena granulometria, tipo *melée*, com fábricas em Vila Real - encerrada já este ano - e em Viseu) que se veio a tornar sua concorrente e que, por sua vez, já está com dificuldades: «A verdade é que este tipo de trabalho já se fez na Dialap, e só deixou de ser feito depois de criada a Porcut, com mão-de-obra mais barata e instalações de menores custos, ainda que à custa de piores condições de trabalho. Alguns anos depois da sua criação, a Porcut veio a passar por alguns períodos de crise devido à instalação na Ásia e no Médio Oriente de oficinas de lapidação de *melée* com as quais a Porcut não podia concorrer, visto aí a mão-de-obra ser ainda mais barata».

Ilegalidades combatidas com firmeza

Desde a confirmação da intenção de proceder a despedimentos, feita a 7 de Outubro, nunca mais (por falta de *quorum*!) a administração da Dialap reuniu com a Comissão de Trabalhadores. Depois da recolha da matéria-prima no dia 5 de Fevereiro, acumularam-se as ilegalidades.

No dia 11, terça-feira, a administração comunica à CT a intenção de despedir 136 pessoas, de modo a reduzir para 127 os efectivos da empresa. Uma assembleia geral de trabalhadores reagiu firmemente à perspectiva de despedimento; no documento ali aprovado por unanimidade recusa-se o processo como facto consumado, afirma-se não estarem esgotadas as possibilidades de manutenção dos postos de trabalho e repudia-se as condições de negociação apresentadas à CT.

No dia 12 - com base numa circular emitida na véspera onde informava que «o pessoal de produção (planificação, classificação, serras e salas de lapidação), bem como aqueles que, não pertencendo às referidas secções se encontrem incluídos nas listas entregues à Comissão de Trabalhadores, ficarão dispensados de comparecer ao serviço nos dias 11 e 12» - a administração, num acto prontamente qualificado como *lock-out*, impediu todos aqueles trabalhadores de entrarem nas instalações da empresa (na Avenida Marechal Gomes da Costa). Logo o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa pediu a intervenção urgente da Inspeção de Trabalho. Os inspetores só chegaram no dia seguinte. Nos contactos com o delegado sindical Vítor Aveiro, como ele próprio sublinhou à nossa reportagem, os homens da Inspeção não tiveram qualquer dúvida em considerar ilegal o impedimento do acesso ao local de trabalho.

Na quinta-feira já puderam entrar na empresa os 127 trabalhadores que não constavam do

processo de despedimento. Os restantes tiveram que continuar à porta, numa situação que, como lá pudemos comprovar, provocava justa indignação: não estavam despedidos, mas estavam proibidos de trabalhar. Assim passaram sexta-feira e segunda.

Anteontem, finalmente, a administração permitiu a entrada dos trabalhadores ameaçados de despedimento, tentando contudo limitar a sua presença ao período em que se realizava uma assembleia de todo o pessoal, com a participação de um representante do Sindicato dos Metalúrgicos. Tal tentativa não resultou e os trabalhadores mantiveram-se no interior das instalações até ao fim do horário normal de trabalho.

Bons frutos teve, isso sim, a assembleia, onde foi fortemente repudiada a proibição do acesso aos locais de trabalho.

Os trabalhadores que não estão incluídos na lista dos despedimentos pretendidos pela administração manifestaram a sua solidariedade para com os camaradas que têm o emprego ameaçado, e o seu apoio às formas de luta que se mostrem necessárias para defender os postos de trabalho.

Face à constante fuga ao diálogo por parte do director do IPE responsável pela Dialap, foi decidido mandar os representantes dos trabalhadores para contactarem directamente o presidente daquela instituição. Foi reafirmada a disposição dos trabalhadores de manterem os seus postos de trabalho, recusando o despedimento como falsa solução para a viabilização da empresa. Foi ainda decidido continuar a exigir da Inspeção de Trabalho uma intervenção eficaz para a reposição da legalidade.

Sobre o projecto «STRIDE»

Governo deita à rua mais um projecto para o desenvolvimento regional?

1. Entre os programas estruturais de concepção comunitária, o STRIDE ocupa um lugar relevante no domínio da introdução da inovação tecnológica nas regiões menos favorecidas. Este programa foi lançado tendo em vista a criação de uma melhor ligação entre os objectivos comunitários de desenvolvimento estrutural ou de conversão de regiões e os objectivos da política comunitária de ciência e tecnologia.

Para tal, o programa STRIDE («Ciência e Tecnologia para a Inovação e Desenvolvimento Regional na Europa») foi concebido com o objectivo do reforço da participação em programas e redes de investigação comunitárias e internacionais, das relações de cooperação entre centros de I&DE e o tecido empresarial e, também, das próprias capacidades de I&DE.

Para cumprir os seus objectivos, o STRIDE - Portugal foi contemplado com cerca de 12,5 milhões de contos, incluindo uma participação portuguesa de 3,7 milhões de contos. Do total, cerca de 2,7 milhões dirigiam-se ao fo-

diu retirar 10 milhões de contos da contrapartida nacional de 25 milhões de contos que devia assegurar a execução do CIENCIA, já no que toca ao STRIDE assiste-se a um perturbante silêncio.

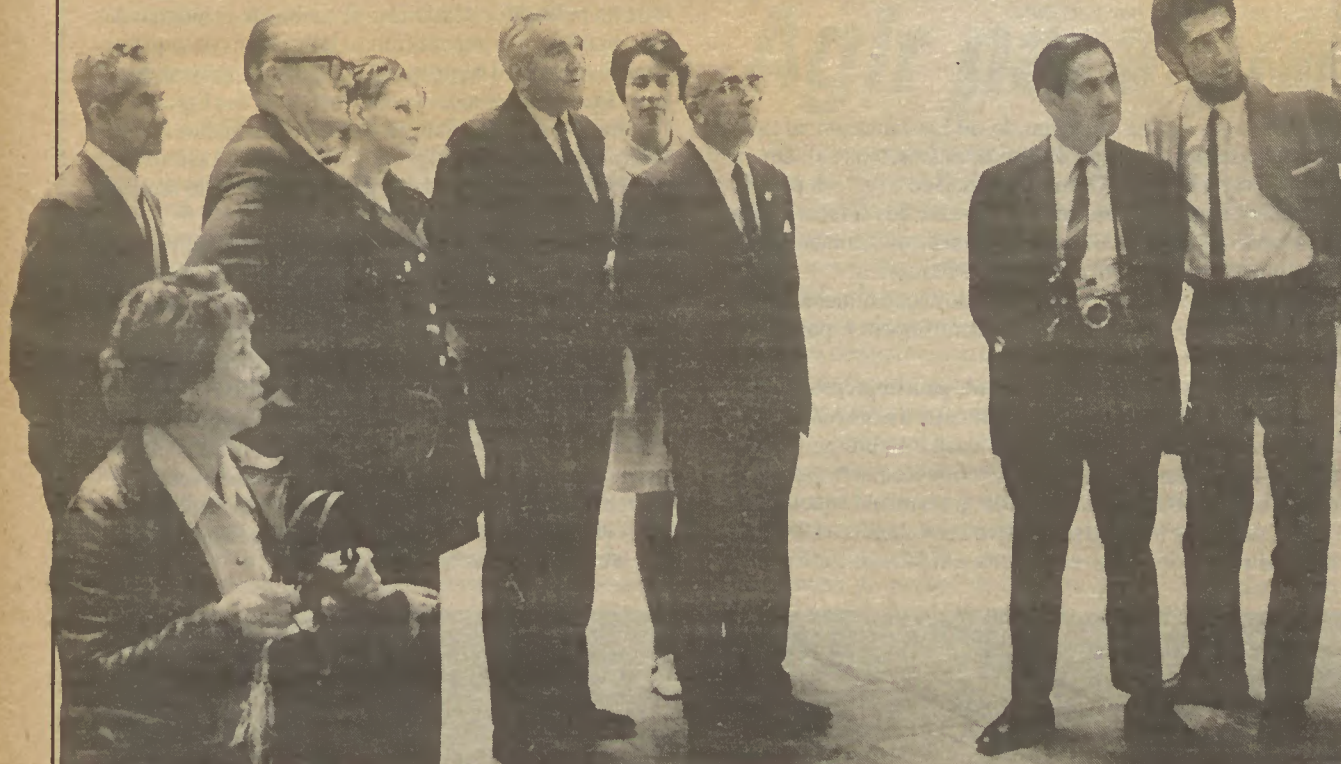
Este silêncio é tanto mais estranho quando o STRIDE já está oficialmente a decorrer desde 1991 e para ele já foram transferidas medidas do CIENCIA (entre as quais a da criação da Agência de Inovação, da responsabilidade do Governo), sem que todavia haja conhecimento de concretização de qualquer das medidas que integram o novo programa.

3. O facto de o Governo ter reduzido a sua comparticipação no QCA (Quadro Comunitário de Apoio), para 1992 e 1993, em 45 milhões de contos, em relação ao que anteriormente estava estabelecido, augura um futuro sombrio ao STRIDE. É nesse sentido que aponta também o facto de no PIDDAC do presente ano o programa STRIDE figurar com uma dotação de apenas 1,1 milhões de contos, ou seja, apenas 66% da contrapartida nacional prevista no próprio

Ao mesmo tempo, há conhecimento de que o programa STRIDE está já em fase de plena execução em outras regiões europeias consideradas menos favorecidas, como é o caso de algumas regiões de Espanha.

4. Constitui também motivo de preocupação o facto da Comissão Nacional do STRIDE (a quem compete avaliar e seleccionar os projectos) ser completamente governamentalizada, o mesmo sucedendo até com a Comissão de Acompanhamento do STRIDE (onde não figuram quaisquer representantes dos parceiros sociais, incluindo a comunidade científica).

Assim, do quadro apresentado é claro que o Governo actua, também neste domínio, com o duplo objectivo de



redução de compromissos assumidos e de reforço da centralização existente, em contradição com as necessidades do País e o espírito com que foram criados os programas e com as aspirações da comunidade científica e tecnológica nacional.

5. A Comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP, sem prejuízo da apreciação dos subprogramas que integram o STRIDE, que será ulteriormente apresentada no contexto da avaliação global que está a ser preparada do conjunto dos programas comunitários em curso em Portugal, considera necessário exprimir a sua grande preocupação com a falta de informação pública e o atraso que se verifica em relação à execução do STRIDE-Portugal, um ano passado sobre a data prevista para o seu início, preocupação essa que surge agravada pelo facto de outros ramos do STRIDE estarem já em plena execução nos respectivos países. A Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP exprime em particular a sua preocupação com os efeitos que tais atrasos podem provocar na potenciação dos objectivos do CIENCIA e do PEDIP.

Mais um instrumento que poderia fazer algo pelo desenvolvimento regional e pela modernização da nossa economia deitado à rua?

Texto elaborado pela Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia do PCP

mento da internacionalização (dos quais menos de 1 milhão de contos para o «interior», Algarve e Regiões Autónomas), pouco mais de 5 milhões de contos para o fomento da capacidade tecnológica das empresas (dos quais 3,5 milhões de contos para a criação de uma Agência de Inovação, medida esta incluída inicialmente no CIENCIA) e os restantes 4,5 milhões de contos como apoio aos parques de Ciência e Tecnologia nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (que, entretanto, foram também contemplados com cerca de 3,5 milhões de contos através do CIENCIA).

2. Este programa é apresentado a nível oficial como um verdadeiro complemento do CIENCIA. É, relativamente ao desenvolvimento do CIENCIA, a situação se pode classificar de inquietante, porque o Governo des-

programa para o seu período de arranque (1991/2). Isso confirma ou pelo menos fundamenta o receio seja do protelamento da sua execução seja da limitação dos seus meios e objectivos. O que é tanto mais grave quanto o STRIDE representa, no PIDDAC-APOIOS 1992, 25% do total atribuído a Investigação e Desenvolvimento, estando os restantes 75% já inteiramente cativados pelo CIENCIA (para satisfação dos compromissos já assumidos por este programa). O protelamento da execução do STRIDE conduz cumulativamente, por omissão, ao próprio comprometimento da realização de importantes objectivos do CIENCIA, a montante, e do PEDIP, a juzante. Por outro lado, o STRIDE poderá estar a revelar-se para mera caricatura de instrumento de articulação entre o CIENCIA e o PEDIP e a participação portuguesa nos programas comunitários da área da Ciência e Tecnologia, que tem também por objectivo apolar.

Cinema de qualidade em sua casa

Série

FILMES

SOVIÉTICOS

001 — O COURAÇADO POTEMKINE
 002 — A MÃE
 003 — ESCRAVA DO AMOR
 004 — A BALADA DO SOLDADO
 005 — AMOR EM TEMPO DE GUERRA
 006 — A GREVE

Preço Unitário:
 3500 escudos

Pacote de 3 filmes:
 10 000 escudos

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

DESCONTO ESPECIAL
 15%

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
 VIDEO cracfilmes
 Apartado 90
 Queluz Ocidental
 2746 QUELUZ CODEX

■ Pedro Tadeu

Poluição, assoreamento e seca

Águas passadas não movem moinhos

A falta de protecção às linhas de água de superfície ou subterrâneas que na generalidade do país acontece, contrariando de forma sistemática a legislação existente, tem vindo ao longo dos anos a tornar-se num dos problemas ecológicos mais graves do nosso país. Descargas de efluentes industriais e domésticos não tratados, assoreamento provocado por extracção de areias, incriveis esvaziamentos de barragens sem tomadas de medidas de protecção mínimas à flora e fauna subaquática (lembra-se da barragem do Maranhão?), os fogos florestais a destruir todo o meio envolvente de protecção às linhas de água, tudo contribui para aquilo que parece ser um ataque cerrado aos cursos de água portugueses.

A morte da fauna e flora ou pura e simplesmente a seca de grande parte dos nossos recursos aquáticos são os riscos que corremos. Para além das consequências ecológicas, as ulteriores consequências socioeconómicas serão qualquer coisa muito próxima do desastre puro e simples, caso não se tomem medidas urgentes.

Em pouco mais de uma semana, chega-nos o relato de três casos tristemente exemplares: ria Formosa e rios Coa e Lima.

Ria Formosa pode desaparecer

O risco de desaparecimento, puro e simples, da zona húmida integrada do Parque Natural da Ria Formosa foi questão levantada há duas semanas pelo presidente da Associação de Aquacultura do Algarve, preocupada com as consequências da poluição na consequente diminuição das receitas decorrentes da produção de bivalves. Os números são desde já alarmantes: nos últimos anos essas receitas desceram de dez milhões de contos para cerca de três milhões.

A Associação dos aquacultores que fez esta denuncia acha que a culpa da actual situação de poluição é de uma dezena de esgotos não tratados dos concelhos de Faro e Olhão e o assoreamento da ria Formosa.

Exigir-se-ia, de imediato, a ligação de todos os esgotos às estações de tratamento já existentes como primeira forma de contrariar a situação existente. No entanto os municípios da região afirmam não ter as verbas necessárias para iniciar as obras, (cerca de três milhões de contos), e da parte do Poder Central ainda não houve qualquer proposta de solução do problema.

Se nem esta primeira medida de protecção da ria Formosa parece estar perto de se concretizar, muito longe estará certamente o seu desassoreamento e o estudo do

funcionamento das barras existentes, medidas igualmente necessárias para se salvar a ria.

Aliás, apesar de desde há alguns a política de ambiente ser uma das armas de propaganda governamental, a verdade é que para além de medidas parcelares ou inconsequentes e a publicação de legislação avulsa pouco mais têm feito os secretários de Estado ou ministros da área.

Muitas das vezes procura-se até empurrar responsabilidades para as autarquias, teoricamente atribuindo-lhes maiores áreas e capacidades de intervenção mas depois não as dotando dos respectivos meios financeiros.

A ria Formosa foi reconhecida internacionalmente como património mundial e o Estado português tem especiais responsabilidades para com esta ria já que assinou a Convenção «Ramsard» ao abrigo da qual se inclui a protecção a este Parque Natural.

O caso afecta directamente cerca de oito mil viveiristas e todos os pescadores da pesca artesanal da região e já foi colocada diversas vezes ao responsável pelo Parque Natural da Ria Formosa.

A reforçar estas preocupações esteve uma recente declaração do investigador do INIP e elemento do Conselho Científico do Parque, Carlos Reis, segundo o qual «ou se tomam medidas imediatas ou este órgão deixa de ter, a curto prazo, justificação para existir».

Rios Lis e Coa

Descargas ilegais nas águas do rio Lis causaram no final do mês passado a morte a milhares de peixes, tendo a Câmara Municipal da Marinha Grande denunciado o facto depois de proceder à recolha de amostras das águas e dos peixes mortos para envio à Direcção Geral de Qualidade do Ambiente e ao Instituto Nacional de Investigação de Pescas.

A Câmara fez o registo em vídeo do acontecimento e exigiu que os serviços competentes identifiquem e punam os responsáveis por este crime.

Um outro caso igualmente relatado pela imprensa há duas semanas aconteceu no rio Coa. Neste caso, a extracção desordenada de areias e as lavagens de terra e saibro na reserva agrícola e ecológica nacional próximo de Roque Amador, no concelho do Sabugal, estão a poluir gravemente aquele rio.

A Câmara do Sabugal alertou para o problema a Direcção Hidráulica do Mondego, na Guarda, em Janeiro e afirma ter



Muitas linhas de água do nosso país estão poluídas ou a secar. É um grave problema ecológico e será um grave problema económico

autorizado a exploração de areias do Coa a um particular «dentro dos parâmetros que regem a protecção do ambiente e paisagem» mas, no entanto, «o proprietário iniciou a remoção de solos e a lavagem do rio».

O procedimento adoptado pelo responsável da extracção levou a edilidade ao levantamento de multas, com base na poluição e destruição do ambiente ecológico do Coa, mas isso não impediu que as lavagens e consequente deposição de lodo no rio tenha já afectado o abastecimento de água às povoações vizinhas de Vale das Éguas.

Grande parte da poluição no Coa é igualmente provocada pela descarga das lagoas onde são lavadas as terras de onde se faz a extracção de areias, descargas essas realizadas periodicamente.

Diga-se que o rio Coa constitui o principal recurso hídrico da região da raia com Espanha no Distrito da Guarda, nasce na serra das Mesas junto à povoação de Foios, no Sabugal, e desagua no Douro, 130 quilómetros depois, atravessando os concelhos de Pinhel, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Coa.

A ineficácia do actual sistema de protecção das nossas águas fica, com estes três exemplos, demonstrada. Agora que se anunciam mais uns milhões comunitários especificamente dirigidos para a área do ambiente, será que alguns vão sobrar para uma política integrada que modifique o curso destes acontecimentos?



■ João Chasqueira

O eucalipto e os fogos

A ausência de uma adequada política de ordenamento florestal, de que o melhor testemunho são as grandes manchas monoculturais de resinosas (pinheiro) e, recentemente, de eucalipto, sem compartimentação nem diversificação das espécies, constitui uma das principais causas dos fogos florestais.

Interesses económicos apontados designadamente à expansão acelerada de espécies de crescimento rápido, «onde a CAP aparece associada com as empresas de celulose», não são igualmente alheios ao estado a que as coisas chegaram neste domínio: bastará observar que a área de eucalipto passou, só entre 1985 e 1990, de 400 mil para 540 mil hectares, isto é, mais 40 por cento.

A destruição de florestas seculares e de economias serranas, com o consequente despovoamento e desertificação, a par dos difíceis ou muitas vezes inexistentes acessos ao interior da floresta e insuficiente número de meios de detecção e alerta de incêndios florestais, para não falar da ausência de «apoio efectivo a acções de investigação», constituem outras tantas razões que na opinião do PCP estão na origem dos fogos florestais.

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de não ter uma «política global de ordenamento florestal» e de

Em dez anos, mais de 100 mil incêndios fizeram arder um milhão de hectares de floresta

insistir em opções erradas de que têm resultado a «anarquia e o crescimento desordenado da floresta» e uma total incapacidade em pôr cobro aos incêndios que todos os anos e de forma crescente vêm dizimando o património florestal português.

Por uma política florestal séria

Para a formação comunista, que deu a conhecer esta posição em conferência de imprensa onde estiveram presentes os deputados Agostinho Lopes e Lino de Carvalho, o que está em causa é mesmo a ausência de uma «política séria de ataque às causas dos fogos florestais», facto tanto mais grave quanto é sabido que o PSD detém há cerca de onze anos a responsabilidade pelos Ministérios que têm a directa gestão destas matérias.

Neste período assistiu-se ao crescimento caótico da floresta portuguesa, crescimento pautado pela repetição de povoamentos anteriores baseados em grandes manchas monoculturais de resinosas e, mais recentemente, de novas manchas, desta feita de eucaliptos.

O resultado desta orientação, lembraram-no os deputados comunistas, aí está, bem à vista, com o «desequilíbrio dos ecossistemas, a progressiva e preocupante erosão dos solos, a desertificação do meio serrano, as alterações climáticas, os incalculáveis prejuízos de ordem económica e humana».

Uma situação que afinal bem poderia ter sido em parte evitada se tivessem sido adoptadas medidas de ordenamento da floresta e medidas de prevenção, como as que o

PCP preconizou na anterior Legislatura, sob a forma de projectos de lei, e que o PSD na altura rejeitou sem apresentar qualquer proposta alternativa.

Entendendo que «os fogos de Verão atacam-se no Inverno», foram esses projectos que o Grupo Parlamentar do PCP voltou a trazer à luz do dia, com vista à implementação de um «programa de emergência para a defesa da floresta

portuguesa» e de um «programa de reabertura para áreas percorridas por incêndios florestais».

Subscrito pela bancada comunista, foi igualmente apresentado um projecto de resolução visando a realização pela Assembleia da República, na zona centro do país, de um Seminário subordinado à temática dos fogos florestais e da defesa e ordenamento da floresta.



Agir para prevenir

O Programa de Emergência para a Defesa da Floresta Portuguesa, agora proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP, caso venha a ser aprovado, permite que no prazo de seis meses após a publicação da lei uma área de 120 mil hectares situada nas zonas mais críticas tenha um programa de acção no qual se prevê a construção de estradões e pistas florestais, a eliminação de matos e desperdícios lenhosos ao longo das bermas das vias de comunicação até uma largura de 25 metros, o estabelecimento de uma rede de aceiros de mato e de faixas de protecção às áreas urbanas, a construção de pontos de tomada de água, o reforço do número de postos de vigia e a construção de pistas de emergência para helicópteros.

A filosofia do projecto, de acordo com a sua nota preambular, assenta na

compartimentação do País em polígonos de defesa da Floresta dos quais 60 serão construídos em zonas de maior risco de incêndio num período máximo de cinco anos. Para cada polígono é definido um Plano Integrado de Defesa e Desenvolvimento Florestal visando a melhoria da qualidade de vida das populações, a revivificação das economias serranas e o combate à erosão e à desertificação.

Quanto ao Programa de Rearborização para Áreas Percorridas por Incêndios Florestais, a sua elaboração obedeceu à necessidade de encontrar um equilíbrio entre a floresta de produção e a floresta de protecção, criando as condições e os apoios necessários a que se faça a reabertura das áreas incendiadas, mas de um modo equilibrado e diversificado, e não exclusivamente

com eucaliptos com tem acontecido até ao momento. Nesse sentido, o Programa obriga a que a Direcção Geral de Florestas realize ou promova a realização, no prazo de um ano após os incêndios, de projectos de reabertura e planos orientadores de gestão, o levantamento sociológico da área atingida, o cadastro geométrico da propriedade e a dinamização da criação de agrupamentos locais de produtos florestais.

O projecto de resolução que promove a realização de um Seminário sobre fogos florestais e de defesa e ordenamento da floresta portuguesa e do espaço rural, por sua vez, surge da necessidade de alargar a reflexão sobre tão grave problema a amplos sectores da sociedade portuguesa, os quais, de há muito, vêm expressando preocupação e empenho na sua resolução.



A dimensão da tragédia

O fenómeno tem-se repetido nos últimos anos, de forma crescentemente agravada, com o seu cortejo de angústias, dramas pessoais, destruições... Só em 1991, de acordo com os números revelados pelos deputados comunistas, no decorrer da conferência de imprensa, ocorreram mais de 22 mil fogos florestais que queimaram uma área de 160 mil hectares, qualquer coisa como o equivalente a 20 vezes a cidade de Lisboa.

A verdadeira dimensão da calamidade surge, no entanto, quando se procede a uma retrospectiva sobre o que se passou nos últimos anos, designadamente a partir de 1980. Com efeito, desde esta data, o nosso País foi pasto de mais de 100 mil incêndios (mais exactamente 104 921) que atingiram mais de um

milhão de hectares, o que corresponde a um terço da nossa área florestal.

Na sua fúria destruidora, os incêndios não pouparam inclusive as áreas protegidas, como sucedeu na Peneda-Gerês, na serra da Estrela, na Arrábida e na serra de Sintra. Neste último caso, só nos últimos quatro anos, a área ardida (cerca de 2700 hectares) na paisagem protegida representa cerca de 12 por cento da sua área total.

Ainda de acordo com a informação prestada pelos parlamentares do PCP, Portugal é o país do Sul da Europa com maior área destruída pelos fogos (161 815 ha), em termos absolutos, à excepção da Espanha, que, neste capítulo, tem maior área ardida (230 242 ha), embora esta em termos relativos seja inferior à registada no nosso país.

Um olhar sobre a Índia na viragem do século

■ Miguel Urbano Rodrigues

Na Ásia, como noutros continentes, a desagregação da URSS e a derrocada do socialismo no seu principal bastião levaram os EUA a uma revisão estratégica que implicou uma nova política de alianças.

O Paquistão perdeu, de repente, o estatuto de **aliado especial** — expressão usada com frequência pela administração norte-americana — e a hostilidade e desconfiança que caracterizavam as relações com a Índia cederam lugar a uma política de aproximação cautelosa.

A **questão afgã**, que desde 1978 fora a referência obrigatória para a definição da política de Washington na área, perdeu importância. Os EUA cortaram a ajuda às organizações sunitas de Peshawar que dirigem a rebelião contra o governo de Kabul e o Paquistão tirou as conclusões lógicas desse gesto. Decidiu também dar uma guinada de 90%. Agora o governo de Islamabad defende o que sempre rejeitou: uma solução negociada entre os governantes de Kabul e os representantes das organizações de mujahedines.

A imprensa paquistanesa não disfarça actualmente sentimentos de rancor contra os EUA, deixando entrever que o país foi utilizado como instrumento de uma estratégia que no fundamental foi traçada por John Foster Dulles e aperfeiçoada por Henry Kissinger, muito antes da Revolução Afgã.

O que não mudou no Paquistão foi a estrutura castrense do Estado. E esta é tão absurda que subordina as coordenadas da política externa a uma atitude de hostilidade perante o grande vizinho, a Índia. Do Paquistão quase se pode dizer o que no século XVIII se afirmava a respeito da Prússia

anterior a Frederico II: o Estado, no fundamental, é um exército que possui um país.

Neste contexto de revisão acelerada de estratégias na área do subcontinente indiano, o governo de Islamabad, tutelado pelos militares, considera já mais importante do que a solução futura do problema afgão o relacionamento com as repúblicas de cultura islâmica da Ásia Central ex-soviética. Estabelecer laços económicos com essas repúblicas e renovar antigas relações históricas com os povos turcos e iranianos da ex-URSS tornou-se meta prioritária dos governantes de Islamabad.

Paralelamente, o Paquistão desenvolve esforços para manter boas relações com a China e elevar a um nível superior o seu diálogo com os dirigentes fundamentalistas do Irão. Na sequência de um acordo com os governantes de Teerão, está a ser construído um ramal ferroviário de 300 quilómetros entre a cidade fronteiriça de Zahidan e Kerman, obra concebida para ligar os caminhos-de-ferro paquistaneses à Turquia, através da rede iraniana. O objectivo é abrir uma porta terrestre do Paquistão para o mundo islâmico, pois tem sempre dependido exclusivamente do porto de Karachi. Ao lado dessa componente pan-islâmica da estratégia paquistanesa desenvolve-se, com a tenacidade de sempre, a política que faz da Índia o inimigo principal. Enfraquecer a Índia continua a ser meta permanente.

Dois dos 27 estados indianos onde as tensões são mais agudas merecem atenção especial de Islamabad no tocante a iniciativas desestabilizadoras, susceptíveis de contribuir para um agravamento da situação geral no país vizinho: o Caxemira e o Punjab.

O problema de Caxemira

O Jammu e Caxemira têm sido, desde a partilha, o principal pomo de discórdia. Ali começaram as duas guerras indo-paquistanesas. Os problemas da Região constituem parcela da herança envenenada do colonialismo britânico.

Durante séculos, muçulmanos e hindus conviveram quase sempre pacificamente na vastidão do subcontinente indiano. Os ingleses criaram, sobretudo a partir dos anos 30, as tensões que levaram à partilha.

Do território de Caxemira (222 000 Km²) dois terços foram integrados na Índia; o restante passou a fazer parte do Paquistão. Mas a população do Jammu e Caxemira indiano é predominantemente de religião muçulmana.

O Paquistão mantém as melhores unidades do seu poderoso exército concentradas na fronteira da região, considerada pela sua beleza uma anunciação do Paraíso. Os choques armados são rotineiros e no ano passado a artilharia paquistanesa bombardeou com frequência aldeias situadas em território indiano. Houve naturalmente resposta. No Ocidente quase não se falou disso. O Caxemira está longe. As regras da formação eurocêntrica obrigam a prestar maior atenção a uma emboscada na Croácia do que ao perigo de um conflito indopaquistanês, não obstante a população somada dos dois países exceder mil milhões de pessoas (890 na Índia e 130 no Paquistão).

Grupos de guerrilheiros do principal movimento que se opõe à permanência do Caxemira na Índia, a Frente de

A unificação difícil

Na Índia senti que os instrumentos e a metodologia que costumamos utilizar para tentar aprender a realidade social não funcionam ali. Ao contemplar a multidão que circulava pelas ruelas da cidade velha de Delhi dei-me conta dessa evidência.

Junto às muralhas do Forte Vermelho, no pátio da Grande Mesquita erguida pelos conquistadores mogóis, nas avenidas e nos palácios da estrutura imperial forjada pela Inglaterra para eternizar um poder que entrava na fase agónica sem que «a raça dos senhores» disso se apercebesse — a contradição, presente nos rostos, nos edifícios, nas roupas, nas atitudes, no ritmo do formigueiro humano, empurra o visitante minimamente sensível para uma postura de humildade. Percebe que para principiar a entender não lhe seria suficiente a leitura de milhares de páginas; teria de ali viver anos.

Apenas três vezes desde a primeira invasão grega e sempre por pouco tempo, a Índia, como espaço territorial, esteve próxima da unificação. A primeira ocorreu no século III antes da nossa era. Os Maurya alargaram o seu poder em toda a Índia (excepto no extremo Sul) durante um brevíssimo período. Quando Seleuco I, herdeiro de uma parcela do mundo oriental conquistado por Alexandre, quis regressar à Índia no ano 305 encontrou pela frente a fechar-lhe o caminho um exército como nunca vira. Não houve

guerra. O rei grego firmou um tratado de paz e voltou para a Bactria helenizada (hoje terra afgã). Isso não impediu que cidades indogregas fundadas a oeste do Índio mantivessem as suas instituições e estilo de vida por mais de três séculos.

Esse espírito de tolerância atingiu o apogeu na época de Ashoka, o neto do interlocutor de Seleuco. Foi o primeiro governante do mundo a condenar a

cionário que poucos então compreenderam. Mas historicamente tão significativo que a roda de Ashoka — símbolo budista numa sociedade fiel à tradição bramânica — figura hoje, transcorridos vinte séculos, na bandeira da Índia, e o seu nome se tornou tão popular como o dos deuses dos textos védicos.

Seis séculos depois, a Índia quase voltou a ser unificada por uma dinastia

muitas das obras eternas que a humanidade deve ao génio indiano. Durante pouco mais de cem anos, a Índia viveu a sua Idade de Ouro, o seu século de Péricles na definição dos historiadores contemporâneos.

Posteriormente, a anarquia, com raras aberturas, reinstalou-se no espaço indiano, com a excepção do período dos Tughluq, dinastia que no século XIII lutou pela unificação.

No ano 711 produziu-se um acontecimento que faz retornar a Índia à história escrita, interrompida desde a invasão de Alexandre. O primeiro exército árabe atravessou as montanhas do Hindu Kush e chegou ao Sind (o Índio) e às nevoentadas fronteiras da China. A efeméride ficou a assinalar o início de novos sincretismos culturais entre povos com mundividências pouco compatíveis.

O Islão não apareceu para criar logo raízes. Era apenas um prólogo a anunciar as sucessivas vagas de conquistadores muçulmanos, sobretudo turcos da Sogdiana e do Korassan que marcariam profundamente o Norte da Índia durante os oitocentos anos que precederam a chegada dos portugueses.

Foi esse também um tempo de viragem. Quando Vasco da Gama contemplou Cochim e Calicute da ponte da sua nau São Gabriel, o mundo começou a ficar menor e menos misterioso, adquirindo uma dimensão próxima da real. A humanidade, empurrada por Portugal, iniciava tímida-

mente a sua marcha para a difícil integração que ainda a espera.

Na vastidão indiana prosseguiu, naturalmente, os desencontros. A vaga europeia vinda do mar — a portuguesa — que iria deslocar para o Atlântico o comércio mundial e promover uma troca de alimentos de consequências revolucionárias quase coincidiu com a conquista do Norte da Índia por um príncipe muçulmano da Transoxiânia, Babur, descendente de Tamerlão. Seu filho Umayun fundou um império que iria durar três séculos; e o neto, Akbar, unificou pela segunda vez a Índia. Enquanto os portugueses aportavam pelo Sul, o Norte e o Leste emergiam como cenários de mudanças inimagináveis. A Europa não percebeu que estava perante um terramoto histórico.

A invasão de povos turcos modelados pela sofisticada cultura dos timuridas assinalou o início de transformações que tiveram consequências importantes para toda a Índia. A religião hindu resistiu ao choque islâmico, mas as instituições políticas e sociais dos pequenos estados do subcontinente foram em grande parte destruídas, adaptando-se ao novo poder. A arte, a arquitectura e o modo de vida reflectiram também o peso da influência e do domínio de povos estrangeiros cuja herança cultural tinha como pólo de referência a Pérsia, a Ásia Central e o Médio Oriente. Alguns

dos mais belos monumentos do Norte da Índia, como o Taj Mahal e a cidade fantasmática de Fatepur Sikre, resultaram de sincretismos prodigiosos, pela imaginação e espiritualidade, viabilizados pelo encontro das culturas islâmica e hindu.

Essa relação complexa e dolorosa, não destituída de tolerância, entre o hinduísmo e o islamismo como formas diferenciadas de conceber o mundo e o caminhar da humanidade suscita hoje um renovado e enorme interesse dos historiadores. Em certa medida tal diálogo, permanente e fecundo mesmo quando marcado pela violência, carrega a condenação da política imperial britânica orientada para o aprofundamento de antagonismos entre hindus e muçulmanos — a estratégia que desembocou na sangrenta partilha da Índia.

É muito difícil separar, sem paixão, o que de bom e de mau os ingleses trouxeram à Índia. Mas não é sem amargura que muitos indianos chamam a atenção para um paradoxo: a Inglaterra unificou a Índia para depois, ao sair, a deixar dividida.

É impossível prever o resultado do choque final entre o hinduísmo e o mundo dito moderno. Mas, ao falar com indianos cultos, senti, com frequência, que, não sem motivos para isso, eles identificam nos actuais europeus (e americanos) os representantes de uma nova vaga de bárbaros.



guerra num édito rupestre, gravado à maneira dos aqueménidas persas. Essa rejeição da guerra como crime contrário à natureza e vocação do homem foi um acontecimento revolu-

conquistadora, a dos Gup-tas. Foi também um convívio breve de povos e culturas diferentes. Mas suficiente para que no subcontinente, na pedra e pela palavra, fossem criadas

Libertação da Jammu e Caxemira-JKLF praticam rotineiramente actos de terrorismo. O número de vítimas tem sido elevado. Mas Islamabad incentiva a violência e arma qualquer bando que se disponha a combater o poder indiano.

Aconteceu, porém, o inesperado. A Frente de Libertação do Caxemira reviu a sua política e deixou de agir como instrumento dos planos de Islamabad. Agora reivindica um Caxemira independente — o Estado de Khalistan — unificado. O governo do Paquistão sentiu-se obrigado a intervir e cometeu o erro de deter por algum tempo o presidente do JKLF, Amanullah Khan.

Todo o esquema das infiltrações de bandos terroristas era dirigida pelo Inter Services Intelligence (ISI) do Paquistão, uma espécie de CIA local. Na Índia a preocupação era tão grande que as grandes revistas do país, como a «Sunday» (26 de Janeiro p.p.), dedicaram artigos de capa ao tema, perante o perigo de uma guerra iminente.

Admitia-se que o estado-maior paquistanês projectava uma ofensiva fulminante para que as suas divisões blindadas ocupassem as principais cidades do Vale de Srinagar. Em Delhi pergunta-se por que motivo comprou o Paquistão 40 Mirage 2000 à França. Numa época em que o desarmamento está na ordem do dia, para que esbanja Islamabad biliões com a aquisição de máquinas de guerra caríssimas, capazes de transportar armas nucleares?

As novas opções dos nacionalistas do Caxemira, a firmeza indiana, as actuais boas relações entre Delhi e Pequim e também o cordial acolhimento dispensado em Washington ao primeiro-ministro da Índia contribuíram nas últimas semanas para que Islamabad recusasse.

A recusa da Índia em aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares fora de um contexto de desarmamento global foi entendida em Washington como uma advertência: Nova Delhi admite que o Paquistão esteja prestes a dispor de um arsenal nuclear e não aceita o papel de cordeirinho perante o agressor potencial.

Não é de estranhar que o primeiro-ministro do Paquistão, Nawaz Sharif, se mostre pela primeira vez preocupado com o desenvolvimento das actividades dos extremistas do JKLF do Caxemira que durante anos tanto estimulou.

Os Sikh

O Punjab é outra fonte de perigosas tensões.

Região do trigo, essa terra fertilíssima foi no rolar dos séculos a estrada das grandes invasões. Por ali entraram os aqueménidas persas na época de Dario, depois os gregos de Alexandre, a cavalaria do sultanato turco de Gahzni, a grande horda de Tamerlão e, finalmente, o exército do príncipe timuride Babur, pai do fundador do Império do Grão Mogol.

A própria palavra Punjab — terra dos cinco rios — gera confusões como termo geográfico de significado elástico. Era mais vasto quando os ingleses ali chegaram nos finais do século XVIII.

Com a partilha do subcontinente, o Paquistão ficou com a maior parte (161 000 Km²) do território então designado por Punjab. A parte indiana (90 000 Km²) foi posteriormente dividida administrativamente.

É no actual Estado do Punjab (50 000 Km² e 18 milhões de hab.) e no vizinho Haryana que se concentram os mais agudos problemas em consequência da atitude desafiadora da minoria Sikh.

Os movimentos Akali Sikh reivindicam há muito o direito à cisão; pretendem formar um Estado Sikh, separado da Índia. Mas que significa historicamente essa exigência?

Os Sikh não constituem uma nação, sequer um povo. Não estão unidos por uma origem étnica comum, não têm uma língua própria. Emergiram na história como seita religiosa nascida de uma heresia hinduista, minoritária numa área aliás predominantemente dominada por conquistadores muçulmanos desde o século XI.



Criada no século XV, a comunidade Sikh manteve-se por muito tempo alheia aos conflitos da região. No século XVII a intolerância do imperador mogol Aurengzeb — um sunita ortodoxo — levou os Sikh a transformarem-se numa organização militar. No século seguinte desempenharam um papel decisivo nas guerras contra o conquistador afegão Ahmad Sha Durrani, mas foi sobretudo a partir do início do século XIX que os Sikh, como autêntica casta militar, assumiram na Índia uma proeminência cada vez maior. Construíram um Estado que, durante o reinado de Ranjit Singh chegou a incluir quase todo o Norte, abrangendo o Caxemira. O Império Britânico, alternadamente, ao sabor das conveniências, combateu os Sikh e usou-os como aliados. Finalmente, fez deles a coluna vertebral do seu antigo exército colonial na Índia.

Não cabe neste artigo a história dos conflitos entre a comunidade Sikh e o governo da Índia. Os Akali Sikh, fragmentados em numerosas organizações, unidas em torno dos seus templos, já constituíam um quebra-cabeças para a administração britânica que os temia e respeitava. Eles não são apenas guerreiros de uma bravura incomum. Como comerciantes igualam ou excedem os arménios e os judeus. A fidelidade à tradição faz deles uma comunidade de triunfadores espartanos.

Numa das minhas visitas ao Afeganistão fui convidado, na cidade fronteiriça de Jalalabad, a participar numa festa sikh, em dia sagrado. Como imigrantes, constituíam naquela cidade, então diariamente bombardeada, uma comunidade estimada e pacífica. Dominavam o comércio local, alheios à guerra civil. Levaram-me ao seu templo e assisti ali a cerimónias religiosas muito belas.

Entretanto, no Punjab indiano o que prevalece entre os Sikh é o espírito guerreiro e intolerante. Escrevo na véspera das eleições daquele Estado. Qualquer previsão sobre o desenvolvimento da situação seria, portanto, gratuita. Mas não creio aventuroso lembrar que a questão Sikh é daquelas em que todas as saídas aparentes são insatisfatórias.

Em Delhi, no dia da Independência, os oficiais e soldados Sikh destacaram-se na parada militar pelo seu apuro e aspecto marcial. Foi um espectáculo fascinante, para mim inédito, em que se fundiam a Índia moderna e a Índia milenária. Recordo que, a pé, nos esquadrões de cavalaria, no corpo de camelheiros, nos tanques e lança mísseis, os Sikh chamavam a atenção como estampas de guerreiros intemporais.

Os governantes do Partido do Congresso não subestimam o valor dos Sikh; sabem também o que significa a diáspora Sikh. Mas têm consciência apurada da gravidade do desafio das organizações terroristas Sikh.

Até onde irá a contestação dessa comunidade contraditória que já fundou um império e volta a aspirar a um Estado próprio?

Existe uma certeza: o Paquistão (onde vive também uma importante comunidade Sikh) acompanha com simpatia a actual maré da contestação no Punjab.

No Sudeste outro grande problema: o surto de violência irracional desencadeado por organizações Tamil Nadu. Duplamente irracional porque os objectivos são difusos, inseparáveis da insatisfação de uma parcela da população perante a recusa da Índia em se ingerir nos problemas criados em Shri Lanka pela minoria tamil que reivindica a formação da Ilha de Ceilão de um Estado seu.

A herança trágica

Toda a Índia, na sua antiquíssima moldura, é um amálgama de nacionalidades, etnias e culturas. O convívio dos povos nela hoje existentes é em certos casos milenar. Mas tudo está em movimento; nada se apresenta sedimentado no processo das osmose cultural.

A própria língua oficial, o hindi, nasceu do acto de governo de um imperador muçulmano, Akbar, o príncipe renascentista do Oriente que

dialogava com jesuítas, ulemas, budistas e hinduístas e fez do antigo sânscrito dos textos védicos a estrutura básica do novo idioma.

E, contudo, transcorridos quatro séculos, o inglês continua a ser indispensável como única língua veicular de implantação generalizada. Essa permanência do idioma do colonizador numa terra de antiquíssimas civilizações onde nunca houve épocas de escuridão no encadeamento de culturas muito diferenciadas é por si só um fenómeno que ilumina a complexa atitude de amor e aversão que une a afasta indianos e ingleses.

Assusta verificar que a Índia se apresenta como mostruário *sui generis* da grandeza e miséria do homem. Há 4000 anos, quando os nossos antepassados ainda viviam em cavernas, já se erguiam em Mohenjo Daro e Harappa, cidades cujas ruínas permitem entrever o desenvolvimento no vale do Indo de uma prodigiosa civilização.

A Índia de Ashoka e do seu decreto condenatório da guerra, a Índia do rei Kushan Kanitza que, na época dos Antoninos, trocava embaixadores com Roma e com a China dos Han, a Índia de Akbar, a Índia que produziu o Artashastra o mais antigo Tratado de Teoria do Estado, o Ramayana, e o Mahabarata, duas das mais belas epopeias criadas pelo génio humano — essa mesma Índia apresentase no limiar do terceiro milénio como mostruário da herança terrível que o colonialismo e o capitalismo deixaram no Terceiro Mundo. Com a agravante de que tudo fazem para perpetuar essa situação.

É quase um lugar-comum afirmar-se que a Índia é «a maior democracia do mundo».

Mas qual o peso da democracia política numa sociedade onde o fosso entre o mundo moderno e o mundo arcaico se aprofunda em vez de diminuir. Hoje, a Índia dispõe de uma indústria de ponta avançadíssima. Produz quase tudo o que se fabrica nos países industrializados ricos do Ocidente. Seria uma simplificação grosseira responsabilizar pela injustiça social existente os actuais governantes do Partido do Congresso. Mas não se pode ignorar a evidência. Apenas uma parcela mínima da população tem acesso aos benefícios da modernidade. O rendimento *per capita* é inferior a 400 dólares.

A imprensa escrita é, pelo que pude avaliar, das melhores e mais responsáveis do mundo. A televisão tem também um bom nível. Mas a percentagem de analfabetos excede talvez os 70%.

Se a herança assusta, a perspectiva do futuro imediato também inquieta. A Índia, raramente unificada em dois milénios, tem motivos para temer a acção desagregadora de forças centrífugas que, actuando em função de objectivos diferentes, por vezes inconfessados, ameaçam a frágil unidade do grande Estado multinacional.

Gazetilha

As propinas

Durão com o aumento em pico esta verdade descobre: não será justo que o rico o mesmo pague que o pobre.

Um conceito lapidar produto de alto fabrico: Que venha o pobre a pagar o mesmo que paga o rico...

Contraste

Desbragado o Braga vi. Notas, bolotas miúdas. Professor Cavaco ri com as anedotas barbudas.

Dá o real sinal de si logo a cauda põe de fora. Quanto mais Cavaco ri tanto mais o povo chora...

Fábula

O lobo convocou a criação. Veio o galo, o cavalo, a ovelha, o cão.

— Irmãos — anunciou com arrotto sentido — a luta de classes já acabou. Marx foi abolido. Privilégios? Defuntos. Os direitos? No osso. Vamos em frente, juntos, e o futuro é nosso. Ao patrão não devemos exigir salário em quantidade devemos, sim, pedir

compreensão, amizade e qualidade.

Aqui levanta o Fiel a grande fuça. Rosna, mostra a dentuça. O lobo, mensageiro de tantas maravilhas, recuou, recuou ligeiro e pôs-se a milhas...

.....
Diz o que quer dizer a fábula com juízo mas esta acha que não é preciso...

Renovação

Quer queiram, quer não queiram, está arrumado. Houve neste país, recentemente um passado sem glória. Alguma gente diz que não houve, ou não o quer lembrado.

Porém, nos labirintos do estado nomes que soam ao antigamente vão aparecendo. Coelho vorazmente saem da toca para o verde prado.

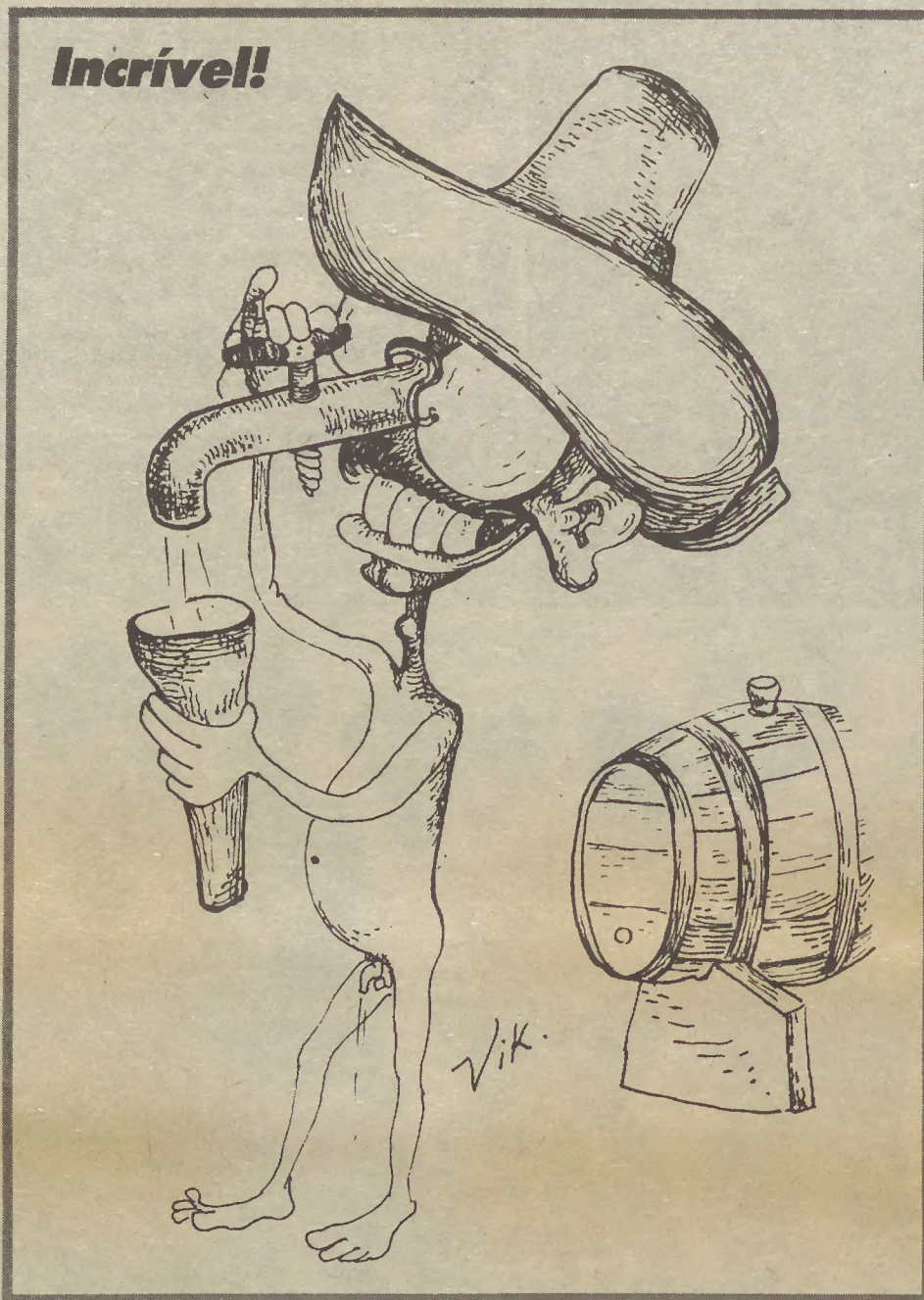
Nas muitas charlas de televisão Cavaco fala de renovação vão soando tambores e fanfarra.

Sempre a bem do «progresso» do seu povo não tardá aí com um vestido novo: uma folha misérrima de parra...

■ IGNOTUS SUM

PONTOS CARDEAIS

Incrível!



O desaparecimento

Os eurodeputados Joaquim Miranda, do PCP, António Capucho, do PSD, João Cravinho, do PS, e Lucas Pires, eleito pelo CDS, entrevistaram em Estrasburgo na discussão sobre o chamado «Pacote Delors II». Tratando-se de matéria importante para o nosso país, todo o jornalista que se preza de o ser e, por isso, se encontra destacado lá para os sítios onde estas coisas acontecem, tratou de enviar a respectiva crónica para o órgão de Informação a que pertence. Foi, apenas a título de exemplo, o caso da correspondente do «Diário de Notícias» em Estrasburgo, Fernanda Gabriel. Por seu lado o «DN», como jornal que se preza de o ser, tratou de publicar rapidamente o trabalho da sua correspondente, acrescentando-lhe fotos de arquivo dos quatro eurodeputados portugueses a ilustrar-lhes a presença na notícia. Tudo nos conformes, como seria de esperar. Entretanto o «Público», que é suposto prezar-se igualmente como jornal, publicou também uma notícia sobre o assunto enviada pela sua correspondente, Teresa de Sousa, a quem não faltam meios para se sentir jornalista. Só que, surpreendentemente, a notícia do «Público» e da sua correspondente perdeu,

literalmente, um eurodeputado, por azar exactamente aquele cuja intervenção o próprio Delors referiu no seu discurso final, ou seja, Joaquim Miranda, do PCP. A gente lê, lá estão as fotos e as citações dos outros três eurodeputados, mas quanto a Joaquim Miranda... nada! Sendo inquestionável a existência de Joaquim Miranda como pessoa, cidadão e eurodeputado, sendo igualmente inquestionável a ocorrência do seu protagonismo na matéria em questão, resta atribuir a outras causas o seu misterioso desaparecimento da notícia de Teresa de Sousa no «Público». Pelo que, das três, uma: ou aquilo não é uma notícia, ou o «Público» não é um jornal, ou a Teresa de Sousa não é jornalista.

Grotesco

Grotesco, é a palavra para o que se está a passar na Alemanha com o julgamento de Erich Mielke, de 82 anos, ex-chefe da ex-policia Stasi da ex-RDA. Em primeiro lugar Mielke não está a ser julgado pelo que a propaganda «reunificadora» fazia supor - a sua condição de chefe da Stasi - mas por uma acusação de morte de dois polícias em 1931, num processo, como denunciou o advogado de defesa de Mielke, que se baseia nas actas, julgamento e sentença proferidos em 1934 por um tribunal nazi, com

depoimentos conseguidos com a colaboração das SA em prisões e sob tortura, acrescentando que a principal testemunha de então contra Mielke era um condenado à morte que Adolfo Hitler terá, pessoalmente, perdoado como «prémio». Numa Alemanha que descobriu recentemente tão grande capacidade para absorver coisas extintas tão vastas como o país que era a RDA, é assustador que não tenha, 50 anos depois, absorvido ainda o seu hediondo passado nazi. De tal forma que não só lhe guardou as actas... como as recupera para uso.

A falência é que é bom!

Segundo os técnicos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (vulgo OCDE), as autoridades portuguesas devem deixar de controlar a evolução do escudo, permitindo a sua valorização, mesmo que isso signifique a falência de empresas. Aliás, o especioso relatório deste organismo «explica-nos» que a protecção, através de um escudo fraco, de empresas inseridas em sectores «condenados a desaparecer», deve ser abandonada pois está a dificultar «o eficaz combate à inflação sem que daí se retirem benefícios». Já percebemos. Falidos... mas fortes.

frases da Semana

«(...) «a maior parte dos trabalhadores da Função Pública terá um aumento pelo menos igual a dez por cento» (...) «a situação será resolvida caso a caso, sempre que o trabalhador constate, ao olhar para o recibo de vencimento, que recebeu um aumento inferior a dez por cento.» (...)

«(Cavaco Silva, após assinatura do acordo de política de rendimentos — «Público», 16.02.92)

«(...) «Tínhamos o dever patriótico de assinar o acordo.» (...)

«(Nogueira Simões, vice-presidente da CIP — Idem)

«(...) «Se não fosse um acordo positivo a UGT não o teria assinado.» (...)

«(Torres Couto, secretário-geral da UGT — Idem)

«Este Governo pratica uma política socialista.»

«(Ferraz da Costa, Presidente da CIP — «Público», 15.02.92)

«Pode mesmo dizer-se que, dos grupos que hoje actuam na direita portuguesa, este é o mais afirmativo e o que tem revelado maior coerência e maior persistência.»

«(José António Saraiva, sobre o grupo de Proença de Carvalho em «Política à Portuguesa» — «Expresso», 15.02.92)

«(...) Presumo que não houve nenhum país que tivesse posto em causa a legitimidade do Governo argelino, inclusive porque as medidas que foram adoptadas tiveram sempre uma base, a um tempo, constitucional e uma relativa... implantação numa base jurídica relativamente consistente. (...)

«(João de Deus Pinheiro, ministro dos Negócios Estrangeiros português, na conferência de imprensa juntamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros argelino — Telejornal, 13.02.92)

«Estivemos na sala de sessões e ouvimos o que se passou. Vimos o martelo do presidente interromper a palavra de americanos livres. O som daquele martelo, Mr. Thomas, ouve-se em toda a América, porque, cada vez que bate, atinge a 1ª Emenda da Constituição dos EUA.»

«(Humphrey Bogart, sobre a alegada infiltração de comunistas na indústria cinematográfica, Comissão das Actividades Anti-Americanas — no filme «Bogart por Bacall» — RTP, Canal 2, 13.02.92)»

Quinta, 20**COIMBRA**

«O Estatuto da Carreira Docente Universitária» - debate público promovido pela célula dos docentes da Universidade de Coimbra e Organização dos Professores de Coimbra. A partir das 21.30, na Cooperativa Bonifrates (Edifício Avenida).

LISBOA

Debate sobre a situação internacional, com a participação do camarada Albano Nunes: às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião alargada da Comissão de Freguesia de Benfica: no CT de Benfica, às 21.00.

Plenário da célula da EDP: às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião da célula da Lusol/Fábrica União: no Centro de Trabalho de Alcântara, às 16.00.

Plenário de militantes do Sector Bancário. No Centro de Trabalho Vitória, às 17.00.

Debate: A integração na CEE e suas consequências. Promovido pelo Sector de Serviços da ORL, a partir das 19.30, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, com a participação do camarada Sérgio Ribeiro.

V. FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes de Castanheira do Ribatejo: às 21.30, no CT de Castanheira do Ribatejo.

Sexta, 21**AMARANTE**

Debate público sobre questões da actualidade política nacional e internacional, com a participação do camarada Agostinho Lopes. Na «Cozinha dos Frades», às 21.30.

ARRAIOS

Debate sobre a situação internacional. Às 20.30, no Cine-Teatro, com a participação do camarada José Soeiro.

CASCAIS

Plenário da Comissão Concelhia: às 21.00, no Centro de Trabalho.

FARO

A evolução da situação internacional - debate promovido pela Comissão Concelhia de Faro, com a participação do camarada Albano Nunes. Às 21.30, na Sala do Hotel Faro.

LISBOA

Debate sobre o «Avante!» com militantes dos Sectores Intelectuais da ORL e o camarada Carlos Brito: às 21.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião de militantes do Partido eleitos e candidatos às eleições autárquicas e de activistas do movimento associativo e popular (Zona Oriental), para balanço do trabalho da coligação «Por Lisboa», definição de prioridades na freguesia e preparação das próximas Jornadas Autárquicas. No CT da Graça, às 21.00.

PORTALEGRE

Plenário de militantes dos concelhos de Arronches e Mon-

forte: às 20.30, no Centro de Trabalho de Arronches.

PORTO

Reunião de Quadros da Organização da Cidade do Porto: a partir das 21.30, no CT da Boavista, com a participação do camarada Emídio Ribeiro.

A evolução da situação internacional - debate com a participação dos camaradas Armando Castro e Domingos Lopes. Às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

SETÚBAL

Reunião da célula dos CTT, com entrega dos novos cartões do Partido. Às 19.00, no Centro de Trabalho.

Reunião dos militantes de Praias do Sado: situação política, entrega dos novos cartões 92-93. Às 21.00, no Centro de Trabalho local.

V. FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes de Póvoa de Sta. Iria: às 21.30 no Centro de Trabalho local.

Sábado, 22**AMORA**

Plenário da Organização local: no CT, às 15.00.

ARRENTELA

Plenário da Organização local, no Independente Torrense, às 15.30.

BARCELOS

Reunião geral de militantes da Organização concelhia - no Centro de Trabalho do PCP, às 21.30.

BARREIRO

Debate sobre «A segurança e a tranquilidade dos cidadãos», com a participação do Comissário Santinhos: às 15.00, no CT concelhio do Barreiro.

Plenário-convívio para entrega dos novos cartões aos camaradas da RN/Barreiro: às 17.30, no CT concelhio.

Plenário-convívio para entrega dos novos cartões aos camaradas da freguesia de Sto. André: às 15.00, no CT de Sto. André.

CAMPO MAIOR

Reunião concelhia de Quadros: às 15.00, no Centro de Trabalho, com a participação da camarada Bernardina Sebastião.

ELVAS

Plenário concelhio de militantes: às 14.30, no Centro de Trabalho de Vila Boim.

ÉVORA

Reunião de quadros das freguesias rurais, para debate de questões da organização e do seu reforço. No Centro de Trabalho de Évora, às 15.00.

Reunião de professores comunistas do distrito, com a participação do camarada Edgar Correia. No Centro de Trabalho, a partir das 10.00.

GUARDA

Reunião da Direcção da Organização Regional da Guarda com as Comissões Concelhias do distrito, para debate dos problemas da Organização. No CT,

a partir das 15.00, com a participação do camarada Jaime Serra.

GUIMARÃES

Assembleia da Organização Concelhia - no Salão do Hotel Fundador, com início às 15.00.

LEIRIA

Plenário Distrital de Jovens Trabalhadores Comunistas. A partir das 15.30, no Hiperjovem, Peniche.

LISBOA

Almoço-convívio do Sector Público da ORL na Atalaia. Com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

Plenário distrital de jovens trabalhadores e trabalhadores-estudantes comunistas de Lisboa - reunião promovida pela Organização Distrital de Lisboa da JCP, que funcionará em plenário e em duas secções (jovens trabalhadores e trabalhadores-estudantes). Das 15 às 18.30 no CT Vitória.

Discussão sobre a imprensa do Partido, com a participação dos responsáveis da ORL pela difusão do «Avante!» e «Militante» e ainda dos camaradas Aurélio Santos e Francisco Melo. No CT Vitória a partir das 15.00.

«Evolução da situação mundial» - debate com a participação da camarada Manuela Bernardino, promovido pela Organização das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião. Às 15.00, no CT da Av. António Serpa.

Almoço-convívio no CT da Graça, animado com o conjunto de M.P.P. «Os Três de Abril». A partir das 13.00.

MAIA

Plenário concelhio de quadros sobre questões de organização e quadros, com a participação do camarada Agostinho Lopes. Às 15.00, no Centro de Trabalho da Areosa.

MONTIJO

Visita às obras da Câmara Municipal nas freguesias de Montijo e Sarilhos Grandes, promovida pela Comissão Concelhia do PCP. Com a participação de eleitos nas autarquias do concelho, de dirigentes e activistas do PCP e nomeadamente de Luís Sá. A visita decorre entre as 10.00 e as 17.30, realizando-se cerca das 13.00 um almoço-convívio em Sarilhos.

MORA

Debate sobre a situação internacional, com a participação do camarada José Soeiro. Às 15.00, no Centro de Trabalho.

OLHÃO

Debate sobre a situação internacional: a partir das 15.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Albano Nunes.

PENICHE

Reunião geral de militantes. Às 15.00.

QUEIJAS

Convívio-discoteca para a juventude no Centro de Trabalho. A partir das 18.00.

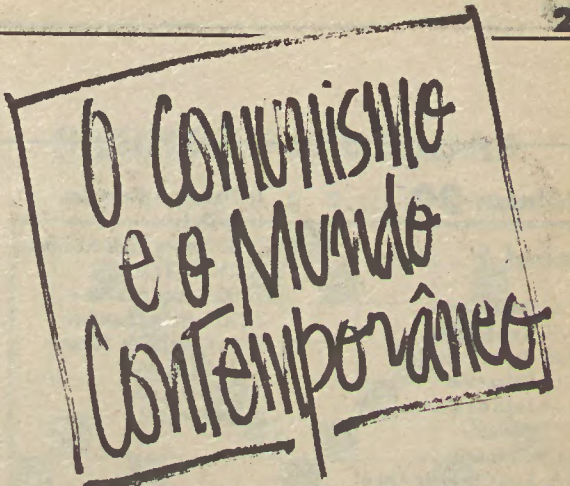
QUELUZ

Visita de eleitos da CDU à Freguesia de Queluz. A partir das 9.30.

SETÚBAL

Reunião-convívio do Sector da Saúde da ORS, com entrega dos novos cartões: às 15.00, no Centro de Trabalho.

Agenda

**CICLO DE DEBATES****Questões de História**

Movimento operário e movimento comunista na História do Séc. XX

Com a participação de Carlos Brito, J. Arsénio Nunes e Américo Nunes

3ª-feira, dia 25, às 21h30
CT Vitória

Guimarães

Sábado, às 15h

Assembleia da Organização Concelhia

Viseu

Sábado, 14h

Encontro distrital e quadros comunistas com intervenção no Movimento Sindical Unitário

com Domingos Abrantes

JCP



Lisboa

Plenário distrital de jovens trabalhadores e trabalhadores-estudantes

Sábado, das 15 às 18h30
no CT Vitória

Peniche

Plenário de jovens trabalhadores do distrito de Leiria

Sábado, às 15h30
no Hiperjovem

REUNIÃO DE QUADROS DA EUROPA

promovida pelo Sector da Emigração do PCP

Em Zúrich (Suíça)
22 e 23 de Fevereiro

com a participação do camarada
Blanqui Teixeira

Feira do Livro no CT Vitória

Preciosidades bibliográficas

Horário:
das 10 às 20h

Descontos
de 20 a 60%

Televisão
Quinta, 20
Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.35 Barnum
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Simpson
21.50 Um Romance à Medida
22.40 Hermanias Fim de Ano (1ª parte)
23.55 24 Horas
00.30 Remate
00.45 O Teatro de Ray Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Francês
12.40 Circo
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
16.35 Robin dos Bosques
17.25 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Lendas da Guitarra (I)
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder
23.00 Sou eu o Criminoso

Sexta, 21
Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Lua de Mel Atribulada
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 O Segredo do Meu Sucesso
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Mamã Mia
23.45 24 Horas
00.20 Remate
00.50 Tennessee Buck e os Salteadores da Tribo Perdida
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Francês
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.25 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club

18.30 Eterno Feminino
19.30 B. I.
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 O Beijo de Judas
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 El C.I.D.

Sábado, 22
Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes
14.15 A Guerra dos Mundos
15.05 Inxs: «Live Baby Live»
16.20 O Herói do Ano 2000
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Sobreviver
18.50 Paraíso
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.10 Araçonga
23.20 O Último Tango em Paris
(ver «Filmes na TV»)
01.35 Contradições
02.40 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.05 Agarra o 2
14.25 A 7ª Viagem de Sinbad
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.05 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 23
Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Um Espectáculo de Carro
13.40 O Mundo Animal
14.30 Top+
15.35 O Barão Vermelho
(ver «Filmes na TV»)
17.15 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
19.00 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araçonga
22.25 Domingo Desportivo
23.30 Conversa Afiada
00.35 No Calor da Noite
01.30 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 A Voz do Planeta
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 O Meu Amigo Mordomo
19.25 Crónica
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras: «Not Mozart» (III)
22.35 A Cortina Rasgada
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Tauromaquia

Segunda, 24
Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária

12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Luta Desigual
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Preço Certo
22.50 Uma Família de Espiões
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.40 De Sade
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 A Idade da Razão
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Vida Selvagem
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.35 Teatro - «O Luto de Electra», de Eugene O'Neill (III)

Terça, 25
Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Armadilha Final
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.15 Primeira Página
23.45 Carol & Companhia
00.15 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies
12.20 Curso de Alemão
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Juri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.00 Uma Mulher é uma Mulher
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Pop Off

Quarta, 26
Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Uma Estrela Caída do Céu

(ver «Filmes na TV»)
16.20 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.25 Mr. North, Um Homem de Sonho
(ver «Filmes na TV»)

Barnum

«Barnum» (EUA/1987). Realização de Lee Philips. Interpretação de Burt Lancaster, Hanna Schygulla, Sandor Raski, John Roney. Cor, 90 minutos.

Trata-se de um telefilme («formato» com que, aliás, a RTP começa a «facilitar» frequentemente os critérios da sua programação cinematográfica) no qual, como ingredientes de substância, sobressaem as presenças de Burt Lancaster e Hanna Schygulla. Momentos de espectáculo garantidos pelo próprio enredo, baseado na vida de um dos mais brilhantes e imaginativos empresários da história do «maior espectáculo do mundo» - o circo.

Quinta, 14.35, Canal 1

Sou eu o criminoso

«The Glass Key» (EUA/1942). Realização de Stuart Heisler. Interpretação de Brian Donlevy, Veronica Lake, Alan Ladd, Bonita Granville, Richard Denning, P/B, 82 minutos.

«A Chave de Vidro», um dos mais famosos romances policiais de Dashiell Hammett, constituiu a base para o argumento deste excelente filme de Stuart Heisler que a RTP incluiu no seu ciclo dedicado ao «filme negro». A paixão, a amizade, a denúncia do poder corrupto - temas caros ao grande escritor - envolvem esta elaborada trama policial em que um político obscuro, que se apaixonara pela filha do candidato a governador do estado, é acusado do assassinio do irmão desta, sendo salvo *in extremis* pela intervenção de um seu amigo e colaborador que desmascara, no fundo, a mesquinha intriga subjacente ao caso e que tem, como pano de fundo, a corrupção política em vésperas de eleições numa pequena cidade do interior. «Remake», mais violento, da primeira versão de 1935 (com George Raft), esta mais próxima do universo do escritor.

Quinta, 23.00, Canal 2

Lua de mel atribulada

«For Better or for Worse» (EUA/1989). Realização de Gene Quintano. Interpretação de Jonathan Banks, Kim Catrall, Robert Hays, Leigh Taylor Young, Charles Rocket. Cor, 90 minutos.

As referências nada acrescentam de particularmente entusiasmante sobre este telefilme, descrito, na informação da RTP, como uma «híbil mistura de comédia e mistério, acção e romance sobre a atribulada viagem de núpcias de um casal que parte para Madrid levando na bagagem uma misteriosa encomenda que nunca deveria ir ter parado às suas mãos.» Entretanto, nem «encomenda», nem «misteriosa», é a (belíssima) protagonista - Kim Catrall...

Sexta, 14.35, Canal 1

O segredo do meu sucesso

«The Secret of My Success» (EUA/1987). Realização de Herbert Ross. Interpretação de Michael Fox, Helen Slater, Richard Jordan, Margaret Whitton, John Pankow. Cor, 107 minutos.

A impagável interpretação de Michael Fox é a principal recomendação desta falhada comédia realizada por Ross, demasiado longa e recheada de «clichés» do géne-

23.25 24 Horas
24.00 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.35 A Idade da Razão
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!

15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.30 Mulheres no Cinema
17.55 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.25 TV Artes
19.55 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»
22.45 Sinais do Tempo
23.35 Não Há Só Um Caminho

Filmes na TV


«O Último Tango em Paris» Marlon Brando e Maria Schneider

ro, e que conta as aventuras de um oportunista da província, um «self made man» que faz pela vida no complicado mundo dos negócios e da finança de Nova Iorque.

Sexta, 21.20, Canal 1

Tennessee Buck e os Salteadores da Tribo Perdida

«The Further Adventures of Tennessee Buck» (EUA/1988). Realização de David Heith. Interpretação de David Keith, Kathy Shower, Brant van Hoffman, Cor, 87 minutos.

Tigres, caçadas, canibais e selvas luxuriantes... são os ingredientes deste filme de aventuras que, como se percebe pelo título português, corria para as bilheteiras no rasto de «Indiana Jones». Perante a estreante Kathy Shower, *Playmate do Ano*, os tigres hesitam. Os canibais, talvez não.

Sexta, 00.50, Canal 1

A sétima viagem de Sinbad

«The 7th Voyage of Sinbad» (EUA/1958). Realização de Nathan Juran. Interpretação de Kerwin Mathews, Kathryn Grant, Richard Eyer, Torin Thatcher. Cor, 82 minutos.

Mais aventuras, agora no Canal 2. Desta vez é Sinbad, herói mítico das fantasias orientais das «mil e uma noites», que nos entretém a paciência nesta tarde de Sábado, entretido (e aflito!) que ele visivelmente está, a tentar descobrir, por entre misteriosas ilhas e tesouros, a poção que permitirá devolver à estatura normal a sua própria noiva, Parisa, que um tenebroso mágico «encolhera» para uma nada conveniente dimensão!

Sábado, 14.25, Canal 2

O herói do ano 2000

«Sleeper». (EUA/1973). Realização de Woody Allen. Interpretação de Woody Allen, Diane Keaton, John Beck, Mary Gregory, Don Keifer. Cor, 84 minutos.

Comédia verdadeiramente «louca» da primeira fase da carreira do grande realizador norte-americano, este filme foi objecto das recensões críticas mais disparas e constituiu um inesperado falhanço comercial. Entretanto, a história deste «homenzinho» que se vê de súbito ressuscitar num mundo totalitário, 200 anos após ter sido con-

gelado, contém alguns dos mais impagáveis diálogos escritos por Woody Allen e uma série de situações hilariantes nitidamente inspiradas em Chaplin ou nos Irmãos Marx que será interessante redescobrir. E a presença, na imagem, de Diane Keaton e, na banda sonora, da Preservation Hall Jazz Band, são mais duas não menosprezáveis recomendações.

Sábado, 16.20, Canal 1

O último tango em Paris

«Last Tango in Paris» (It./Fr./1972). Realização de Bernardo Bertolucci. Interpretação de Marlon Brando, Maria Schneider, Jean-Pierre Léaud, Darling Legitimous, Catherine Sola, Mauro Marchetti. Cor, 130 minutos.

Um americano de meia idade, atormentado pela morte da sua mulher, que se suicidara recentemente, encontra por acaso uma jovem francesa quando ambos procuram um apartamento em Paris. Surge então, entre ambos, uma estranha paixão, violentamente sexual, que ambos acordam continuar a alimentar sem que, paradoxalmente, pretendam saber mais das suas vidas que, entretanto, prosseguem o seu próprio percurso. Filme de estranhas ressonâncias psicanalíticas, despertou aquando da estreia as mais especulativas interpretações da crítica, para além de constituir um escândalo pela «cruza» de certas sequências, verdadeiramente invulgares na época.

Sábado, 23.20, Canal 1

O Barão Vermelho

«Von Richthofen and Brown» (EUA/1971). Realização de Roger Corman. Interpretação de John Phillip Law, Don Stroud, Barry Primus, Karen Huston, Corin Redgrave. Cor, 92 minutos.

A história passa-se durante a I Guerra Mundial e evoca as personagens de um aristocrata alemão, o Barão Von Richthofen, o lendário «Barão Vermelho», aviador célebre pela sua invencibilidade nas grandes batalhas aéreas do primeiro conflito mundial, e do seu grande rival, um outro famoso aviador canadiano, Roy Brown, o único a conseguir abatê-lo no seu grande

último combate. Roger Corman, prestigiado realizador com tarimba feita nos filmes da «série B», encaixa aqui, com brilhantismo e contensão, algumas das melhores seqüências de batalhas aéreas do cinema.

Domingo, 15.35, Canal 1

A cortina rasgada

«Torn Curtain» (EUA/1966). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Paul Newman, Julie Andrews, Lila Kedrova, Hans Jorg Felmy, Tamara Toumanova. Cor, 123 minutos.

Produto típico da «guerra fria», com um argumento eivado de primário anticommunismo, este filme menor de Hitchcock é um dos últimos da sua carreira e foi sujeito a severas críticas aquando da sua estreia. A história conta-nos as intrigas de espionagem à volta de «fórmulas científicas», que envolvem um sábio atómico americano e a sua amante em território da ex-RDA. Apesar de tudo, o talento do realizador revela-se na encenação de algumas cenas cruciais como é o caso da violenta seqüência em que o cientista assassina o seu «guia» ou a da perseguição ao casal no seu atribulado «regresso ao Ocidente». Segundo rezam as crónicas, os actores Paul Newman e Julie Andrews foram impostos a Hitchcock pelos produtores. Está-se mesmo a ver porquê...

Domingo, 22.35, Canal 2

Luta desigual

«Ghost Dancing» (EUA/1983). Realização de David Greene. Interpretação de Dorothy McGuire, Bruce Davison, Bo Hopkins, Richard Farnsworth. Cor, 100 minutos.

Mais um telefilme de temática ecologista que nos conta a história de uma fazendeira viúva que se torna activista na luta isolada contra uma companhia de electricidade que obstruiu o fornecimento de água à sua propriedade. A história original, de Phil Pennin-groth, em que se baseia o argumento, ganhou o «ABC Theatre Award» desse ano e as referências colocam este telefilme acima da média. A ver vamos.

Segunda, 14.35, Canal 1

De Sade

«De Sade» (EUA/Alem./1969). Realização de Cy Endfield. Interpretação de Keir Dullea, Senta Berger, Lilli Palmer, Anna Massey, John Huston. Cor, 92 minutos.

Assim vai o sensacionalismo da programação «fora de horas» das segundas-feiras, na RTP.

A seguir às doses de violência das semanas anteriores, temos agora as taras do Marquês, numa péssima biografia mal ficcionada e pior encenada por um realizador de terceira categoria.

Segunda, 00.40, Canal 1

Armadilha final

«Brass» (EUA/1985). Realização de Corey Allen. Interpretação de Carroll O'Connor, Lois Nettleton, Vicent Gardenia, Jimmy Baio, Paul Shenar. Cor, 100 minutos.

Episódio «piloto» de uma série, do que não se conhece futuro desenvolvimento, este telefilme constitui a primeira (e não particularmente conseguida) oportunidade para Carroll O'Connor (já Archie Bunker Cooper em «Uma Família na Diferença») assumir um papel diferente na televisão: o de um chefe de polícia de Nova Iorque à volta com a resolução de dois crimes que viraram manchete nos jornais da grande metrópole.

Terça, 14.35, Canal 1

Uma mulher é uma mulher

«Une Femme Est Une Femme» (Fr./1961). Realização de Jean Luc Godard. Interpretação de Anna Karina, Jean Paul Belmondo, Jean-Claude Brialy. Cor, 78 minutos.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Billy Bathgate	★★★	—	★★★
B Detective de Saltos Altos	★★	—	★★
C Frankie e Johnny	★★	—	★★★
D Nuvem	★★★★	—	★★★
E O Rei Pescador	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Robert Benton — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 B — Real. Jeff Kanew — Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Terminal/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.40) — Lisboa.
 C — Real. Garry Marshall — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Ana Luísa Guimarães — King/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00); S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Terminal/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.40) — Lisboa.
 E — Real. Terry Gilliam — Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.

TEATRO

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16., HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO DO CALVÁRIO

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, texto e encenação de Fernando Gomes.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: MI RIVAL, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb. às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Teñ. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. A MISSÃO, de Heiner Müller, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DA GRAÇA

Travessa de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. ESTRELAS DA MANHÃ, de Alexandre Galine.

TEATRO IBÉRICO

R. Xabregas, 54. Tel. 8582531. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. AY, CARMELA!, de José Sanchis Sinisterra, encenação de José Blanco Gil.

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto (ao fundo da Calçada de Carriche). Tel. 8388770. De 1ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. OS CAVALHEIROS DA TAVOLA REDONDA, de Christoph Hein, encenação de José Branco, pelo Teatro do Teatro da MalaPOSTa.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3467740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e

feriados também às 16.00, FOMOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. LA NONNA, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIAS INTEIROS NAS ÁRVORES, de Marguerite Duras, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Sala Estúdio, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 5ª, 6ª e sáb. às 19.30. NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

TEATRO VARIEDADES

Parque Mayer. Tel. 3466665. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também, às 16. QUEM MUDA A FRALDA À MENINA?, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

Para crianças

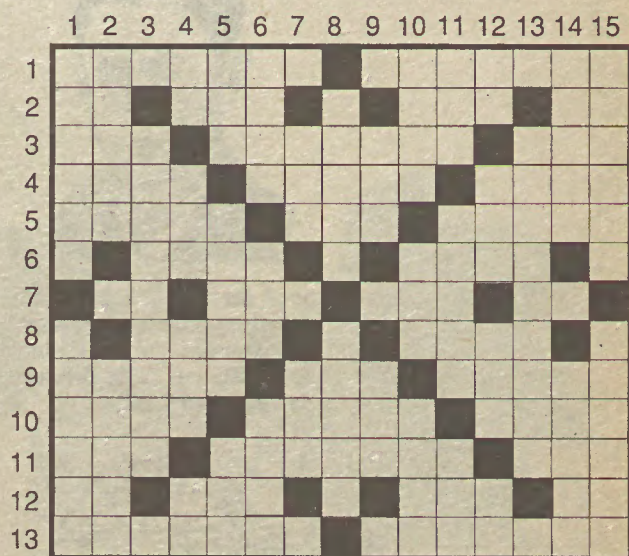
TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TEL.

TEATRO DE CASCAIS

Avenida das Indústrias. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — Estúpidos; astutas. 2 — Presenteia; meio-dia; cinco cadernos; entrega. 3 — Ovário de peixe; atolar; colocar. 4 — Moeda italiana; restos mortais; intuito (fig.). 5 — Lugar onde se faziam ouvir músicos e cantores em Atenas; rio da Suíça; cólera. 6 — Suf. de qualidade; habitação. 7 — Prep.; sirga; relação; pedra de moer. 8 — Pertências, rabino. 9 — Lote; cruéis; higiénico. 10 — Descerrei; venturoso; pouco vulgar. 11 — Tanto; cavalgadas ordinárias; a nossa família. 12 — Pref. neg.; filha de Labão e mulher de Jacob; aguardente de melaço; cont. prep. e art.. 13 — Tempos da conjugação grega; favoritos.

Verticais: 1 — Pessoas que veneramos muito; vencia. 2 — Rei de Israel sagrado por Samuel; ventarola. 3 — Aparelho usado para avaliar a densidade dos líquidos. 4 — Art. cont. prep. e art.; soberano; quinquagésimo primeiro. 5 — Afluente do Douro; ingenito; letra grega no pl. 6 — Elevado; pedido de socorro no mar; automóvel italiano. 7 — Ansa; substância açucarada fabricada pelas abelhas; 8 — Tostam; desgraças. 9 — Coragem; textualmente. 10 — Patroas; colorido; cidade da Jugoslávia. 11 — Móvel para bebidas alcoólicas; discursas; ponto cardeal. 12 — Satélite de Júpiter; mulos; local onde se servem bebidas alcoólicas; nota musical. 13 — Colossal. 14 — Idolatro; furioso. 15 — Cicatrizar; filtrar.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

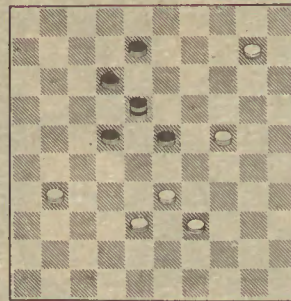
Horizontais: 1 — Guadiana, viagem. 2 — Sério; ventura. 3 — Ar; zás; rim; aias. 4 — Tom; Goa; ovas. 5 — Alor; lar; Orão. 6 — Rudes; ate; Be;. 7 — Bobos; arenosos. 8 — Soror; elo; má. 9 — Igor; Sir; ocos. 10 — Más; fio; opas. 11 — As; sem; ovo; arar. 12 — Somei; acedera. 13 — Snobismo; aromas.

Verticais: 1 — Gratas; limais. 2 — Rol; gás. 3 — Ás; morosos; Só. 4 — Dez; rubor; sob. 5 — Irão; dor; semi. 6 — Ais; lesos; mês. 7 — Nó; gás; Rif; im. 8 — Ror; rio. 9 — Via; are; ova. 10 — Vem; Otelo; oca. 11 — In; Orenoco; er. 12 — Atava; opado. 13 — Guião; sarem. 14 — Eras; bom; Sara. 15 — Mas; César; rás.

DAMAS

CCCXLIII
20 de Fevereiro de 1992
Proposição Nº 1992D015
Por: J. V. TOL & Th. O. PROOYEN
1º Prémio L'Effort, 1950

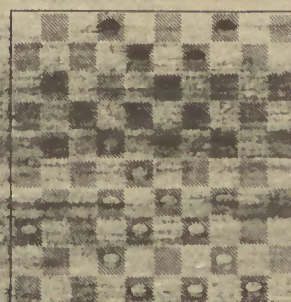
Pr: [5]: 8-12- (18)-22-23
Br: [6]: 10-24-31-33-78-39



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1992D016
Por: J.V.D. BOOGAARD
1º Prémio de Leidsse, 1955

Pr: [13]: 2-4-8-9-11-13-17-18-19-21-23-24-45
Br: [13]: 22-28-32-33-34-36-38-39-42-44-48-49-50



Branças jogam e ganham [MT]

Nº 1992D0015 [J.V.T. & O.P.]: 1. 10-4-d, (8-13*); 2. 24-19, (23x14*); 3. 39-34, (18x45*); 4. 4X1, (45-50*); 5. 1-12, (50x26); 6. 12-26, (28-19*); 7. 38-32 e+.

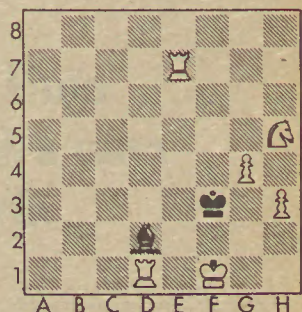
Nº 1992X0016 [J.V.D.B.]: 1. 42-37; (18x27); 2. 33-291, (24x31); 3. 44-40, (27x38); 4. 36x7, (2x11); 5. 50-44, (23x32); 6. 39-33 (38x29); 7. 34x21 (45x34); 8. 21-17, (11x22); 9. 44-39 (34x43); 10. 49x9, (4x13); 11. 48-43 e+ (Não: 11. 48-42., porque (13-9 e=).

A. de M. M.

XADREZ

CCCXLIII
20 de Fevereiro de 1992
Proposição Nº 1992X015
Por: FRITZ KOHNLEIN
V. Söddeutsche Schachblätter, 1907

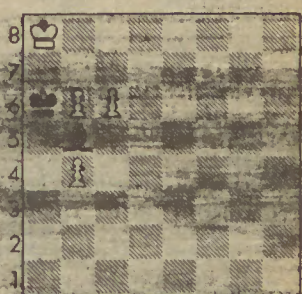
Pr: [2]: Bd2 — Rf3
Br: [6]: Ps g4, h3 — Ch5 — Ts. d1, é7 — Rf1



Mate em 3 lances

Proposição nº 1992X016
Por: MORAVEC — 1925

Pr: [2]: Bb5 — Ra6
Br: [4]: Ps b4, b6 — c6 — Ra8



Branças jogam e ganham

Nº 1992X015 [F. K.]: 1. Tc2, Bc3; 2. Td3, Rc4; 3. Tc: é3++

Nº 1992X016 [M.]: 1. c7, Bc6+; 2. b7! (se R68; Bb7=), B:b7; 3. Rb8, Rb6; 4. b5 e as Pr. estão em zugzwang e perdem.

A. de M. M.

Tempo

Previsão do Instituto de Meteorologia e Geofísica.

Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco de Leste. Acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada nas regiões do interior. Neblinas e nevoeiros nos vales e terras baixas.



Quarta, 21.35, Canal 1



José Moreira, responsável das tipografias clandestinas do «Avante!», assassinado pela PIDE em 1950. Gravura de José Dias Coelho



Maria Machado, professora primária, responsável de uma tipografia do «Avante!» de 1942 a 1945, ano em que foi presa pela PIDE. Gravura de José Dias Coelho



Manuel Gonçalves. Tipógrafo do «Avante!» explicando o funcionamento dos prelos clandestinos



O «Avante!» legal saindo da rotativa de «O Seculo» onde foi impresso de Maio de 1974 a Julho de 1975

A célula de distribuidores do «Avante!» em Alpiarça visitam a Heska Portuguesa num dia de saída do jornal



Alhos Vedros, Julho de 1974: o «Avante!» com trabalhadoras da fábrica Gracinda Flores. Fala a operária que havia sido despedida e cuja readmissão fora imposta pela solidariedade das companheiras



«Avante!»

61 anos

Há 61 anos, um jornal que jamais conheceu censores. Milhares e milhares de páginas, escritas e impressas na clandestinidade ou na democracia, sempre com a verdade, sempre com os trabalhadores, sempre com a liberdade.

«Avante!». 61 anos. Uma informação verdadeira uma opinião revolucionária



Aientejo, Junho de 1975: o «Avante!» com trabalhadoras da Reforma Agrária numa herdade ocupada



A redacção do «Avante!» no 1.º de Maio de 1979, em Lisboa



Reportagem do «Avante!» no XIII Congresso (Extraordinário)



Venda do «Avante!» nas ruas após a greve geral de 12 de Fevereiro de 1982

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Desatino

Como alguém uma vez disse, ele há pr' aí gente que devia ser proibida de abrir a boca. Pela simples razão de que sempre que o faz entra mosca ou sai asneira.

Como nesta altura do ano as moscas ainda escasseiam, por maioria de razões deviam tais pessoas ser aconselhadas a abster-se de se entregarem a práticas oratórias.

Vem isto a propósito de uma crónica radiofónica de um senhor que se dedica a coleccionar comissões, presidências e actividades correlativas, e dá pelo nome de Vasco Graça Moura.

Ora o senhor VGM decidiu um destes dias abrir as goelas aos microfones da tê-sê-fê para insultar essa cambada de analfabrutos que na sua opinião constituem o povo português em geral e a população de certas comarcas em particular.

Numa voz em que nem era necessário esforço para adivinhar a espuma raivosa a conspurcar o microfone, VGM não hesitou em classificar tais gentes de «putas doidas» que depois da casa arrombada «metem o rabo entre pernas».

E porquê, perguntarão os leitores, tão despudorada linguagem num dos expoentes da nossa classe política, mais a mais dado a intimidades com a cultura, tu cá tu lá com oito séculos de História na comissão dos Descobrimentos?

A coisa explica-se de uma penada. Como é sabido, o envio de obras de arte do património nacional para exposição na Europália deu que falar. Bem pensantes de todos os quadrantes políticos, na ocasião, colocaram sérias reservas à deslocação de certas obras para o estrangeiro, por considerarem não estarem reunidas as necessárias condições de segurança das mesmas. Outros se pronunciaram contra, por devoção aos objectos ou lembrados de casos antigos em que os empréstimos feitos não tiveram volta na ponta.

Na mesma altura, e feito que foi o levantamento de obras dispersas por todo o país, aquelas e outras vezes se fizeram ouvir alertando as entidades responsáveis para as deficientes condições de conservação e protecção a que tais obras estavam sujeitas.

Ao que consta, ninguém se preocupou com o assunto. A não ser, como se veio a comprovar, os amigos do alheio, de súbito despertos para o valor de bens ali mesmo à mão de semear. E também, claro, os vândalos, que por obscuras razões começaram a mutilar quadros e outras peças artísticas.

É aqui que VGM desatina. Não contra ladrões e destruidores; não contra as autoridades responsáveis pela guarda e segurança do património, mas contra «a canalha» que não autorizou a deslocação das obras para recatos europeus.

Furibundo, VGM não olhou a meios para estabelecer esdrúxulas relações de causa e efeito, assacando responsabilidades às bárbaras gentes que ainda não entenderam que uma talha em Bruxelas vale mais do que uma talha em Freixo-de-Espada-à-Cinta, não só porque lá mais finos olhos a admiram, como os ladrões há muito entraram em extinção.

Roubaram a talha? Esquartejaram o quadro? É bem feita, para a população aprender. Pena é que o mesmo não se possa fazer a certas gentes, que com essas modernices da democracia se arrogam o direito de pôr obstáculos no fulgurante caminho de VGM de mostrar novos mundos ao mundo.

Más mesmo em democracia, ameaçou VGM, é possível mostrar à «canalha» que com a arte não se brinca.

VGM não disse como, mas é de temer que escreva mais um livro sobre os Descobrimentos. Com a falta de moscas que pr' aí há...

■ AF

CTT passam a SA para privatizar Telecom

A Comissão de Trabalhadores quer que seja chamado a ratificação o projecto de decreto-lei da passagem dos CTT a sociedade anónima

Protestando contra a falta de diálogo do Governo com os representantes dos trabalhadores, a CT dos Correios e Telecomunicações de Portugal manifestou na semana passada, em conferência de imprensa, a sua discordância com a passagem daquela empresa pública a sociedade anónima. Reconhecendo embora a necessidade de alterar o actual Estatuto, que é muito anterior ao 25 de Abril, a CT considera que a transformação dos CTT em SA é feita com o objectivo de «criar condições para a cisão da empresa e posterior privatização do capital das telecomunicações» (Telecom Portugal).

Aquela estrutura dos trabalhadores manifesta ainda preocupação por, na sequência da cisão, a empresa de

correios poder ficar, com capitais exclusivamente públicos, fora da alçada da holding (que integraria apenas empresas de telecomunicações). «Quem financiará o défice crónico neste sector? O OE? Ou assistir-se-á ao aumento brutal das tarifas e à degradação mais acentuada da qualidade de serviço?» - pergunta a CT no parecer que enviou à Secretaria de Estado da Habitação (que tutela o sector das comunicações).

A Comissão de Trabalhadores dos CTT alerta ainda para os problemas que surgirão por, no projecto de decreto-lei da passagem a SA, se prever a alteração do estatuto do pessoal que venha a ser

admitido pela sociedade anónima, o que põe em causa direitos e regalias actuais. Pelo menos, em relação aos novos trabalhadores, a aprovação do projecto iria pôr em causa a aplicação do acordo de empresa e do regime disciplinar.

A CT levanta ainda objecções quanto ao futuro que o Governo reserva para as Obras Sociais (regime privativo de assistência médico-social), o regime de aposentação e o fundo de pensões da empresa.

Para expor as suas posições, num momento muito importante para o futuro dos CTT e das quase 30 mil pessoas que nela trabalham, a CT

está a reunir com todos os sindicatos da empresa, esperando uma resposta às preocupações e procurando «posições e acções convergentes». Está também a promover reuniões de trabalhadores e a recolha de assinaturas para um documento a entregar aos órgãos de soberania e a cada um dos grupos parlamentares, «com o objectivo de tentar que algum chame à ratificação» o projecto de decreto-lei. A CT enviou já uma exposição ao Presidente da República e está a preparar uma queixa ao Provedor de Justiça por não ter sido consultada sobre o projecto de estatutos da holding a constituir.

Plenário hoje na Cometna

Os trabalhadores da Cometna têm marcado para esta tarde, em Famões, um plenário para debater formas de acção com o objectivo de forçar a administração a recluir na aplicação de graves medidas.

Na Cometna entraram em vigor novos horários para o trabalho por turnos, o que levou a que tenham que iniciar o trabalho às zero horas de segunda-feira, todas as semanas, 52 trabalhadores (das áreas de produção mais perigosas) que saem às oito horas. Durante este turno todos os outros serviços (incluindo os serviços médicos) estão encerrados.

Foi introduzido na empresa um novo sistema de pica-gem do ponto, com tratamento informático, que veio permitir um controlo muito rigoroso. Em consequência, há

trabalhadores a quem, no fim do mês, são descontados 3 ou 4 minutos de atrasos acumulados!

Dos problemas referidos pelas estruturas representativas do pessoal da empresa sobressai o prosseguimento a todo o custo da eliminação de postos de trabalho. Das 850 pessoas que trabalhavam na Cometna no início do verão, cerca de 300 foram despedidas até ao dia 9 de Dezembro passado; no início deste ano foi concretizado um processo de despedimento colectivo de 16 trabalhadores (7 dos quais eram membros de organismos representativos).

Actualmente, está em curso um processo de despedimento de mais 7 trabalhadores, alegando faltas injustificadas ao longo de 1991. Esta é a primeira vez que a acumulação de faltas dá lugar directamente ao processo de despedimento, sem qualquer

aviso prévio antes de atingido o limite legal.

Tais situações têm alimentado um clima de descontentamento e disponibilidade para lutar, que se reflectiu, por exemplo, nos resultados das eleições para a Comissão de Trabalhadores, realizadas segunda-feira: 320 votos na lista única unitária.

Nos plenários de trabalhadores já efectuados o procedimento da administração tem sido fortemente repudiado, ao mesmo tempo que é manifestada a solidariedade para com os camaradas atingidos por aquelas medidas. No dia 12, durante a jornada de luta da CGTP, registou-se uma forte adesão à greve na empresa (que atingiu os 95 por cento na produção), e uma delegação participou no desfile do Rossio a S. Bento. O plenário de hoje deverá debater, entre outras propostas, a mobilização para a luta da próxima terça-feira no sector.

Primeira reunião da CNE

Reuniu anteontem pela primeira vez a Comissão Nacional de Eleições eleita a 19 de Dezembro pela Assembleia da República e que tomou posse no dia 7 de Fevereiro.

Nesta nova composição da CNE, recordamos, o PCP está representado pela dr^a Ana Serrão, jurista. Para presidente foi reeleito o conselheiro Melo e Franco. Integram ainda a comissão Guerreiro Nunes, Bastos Vilela, Dina Matos Ferreira, Azevedo Oliveira, Casimiro de Figueiredo, Noronha Correia e Barbosa Cardoso.

Problemas dos emigrantes preocupam PCP

Um pedido de esclarecimento sobre a legalização dos muitos milhares de portugueses que nos últimos anos emigraram para países da CEE, agora que está em vigor a livre circulação de pessoas nos Estados membros da Comunidade, foi solicitado por Miguel Urbano Rodrigues, em requerimento dirigido ao Governo. Para o deputado comunista importa saber se o Governo português tem conhecimento das medidas que cada Estado membro tomou ou vai tomar com vista à legalização imediata destes cidadãos portugueses, cujo número ultrapassa largamente os 150 mil, distribuídos por França (mais de 100 mil), Espanha (45 mil), Bélgica (10 mil), Reino Unido (7 mil), Alemanha e Luxemburgo (5 mil), Holanda (3 mil).

Subscritos por Miguel Urbano Rodrigues, vários outros requerimentos deram entrada nos últimos dias na Mesa da Assembleia da República, versando igualmente temas relacionados com a emigração. Em qualquer dos casos, trata-se de problemas largamente sentidos pelos nossos compatriotas, como sejam o adiamento do primeiro Congresso Mundial das Comunidades Portuguesas, a constituição das estruturas das comunidades portuguesas no estrangeiro, a reestruturação dos serviços consulares na Suíça ou o seguro de desemprego para os trabalhadores sazonais neste último país.

tempo
de antenna
do PCP

PCP

Hoje

RDP-Antena 1
e Emissores Associados

a seguir ao noticiário das 13.00 h.